

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Senado: Casa de Senhores?
Os perfis de carreira dos senadores
eleitos entre 1990 e 2006.**

Rodrigo Santos da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: André Marengo dos Santos

Porto Alegre – 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Senado: Casa de Senhores?
Os perfis de carreira dos senadores
eleitos entre 1990 e 2006.**

Rodrigo Santos da Silva

Banca examinadora:

**Prof. Rafael Machado Madeira [PUCRS]
Prof. Maria Izabel Noll [UFRGS]
Prof. Paulo Sérgio Peres [UFRGS]
Prof. André Marengo dos Santos [UFRGS, orientador]**

Índice

		Página
	Resumo	4
	Abstract	4
	Tabelas, gráficos, figuras e quadros	5
	Siglas e abreviaturas	7
	Agradecimentos	8
	Introdução	9
Capítulo 1	Referencial teórico	15
Capítulo 2	Senado: uma radiografia	39
Capítulo 3	Carreiras: estímulos e desestímulos	78
Capítulo 4	Perfis de carreira	100
	Considerações finais	123
	Referências bibliográficas	128

Resumo

A presente dissertação analisa os perfis de carreira dos senadores brasileiros eleitos entre 1990 e 2006. O argumento do trabalho entende que a caracterização do Senado enquanto recinto de políticos experientes encontra importantes variações, sugerindo uma maior heterogeneidade e permeabilidade política da casa. Num primeiro momento será posto à prova a face senhorial do conjunto dos senadores ao que se refere à longevidade política e partidária. Posteriormente a meta passa a ser o teste de hipóteses que permitam compreender o surgimento de diferentes perfis. Por fim será sugerida uma tipologia passível de abarcar as variações das carreiras encontradas no Senado.

Palavras chaves: Senado, senadores e carreiras.

Abstract

The present dissertation analyse the profile career of brazilian senators elected between 1990 and 2006. The argument of this proposition understand that the senate characterization while enclosure of experienced politics find important variations, suggesting a bigger heterogeneity and permeability politic of the house. In a first moment, will be tested the manorial face of the senators group to make reference to the politic and supporting longevity. Subsequently, the aim became the test of the hypothesis to allow to understand the appearing of the different profiles. Finally, will be suggest a typology susceptible to cover the variation of the careers finded in the Senate.

Keywords: Senate, senators and careers.

Relação de tabelas, gráficos, figuras e quadros

Tabelas		Página
Tabela 1	Composição partidária do Senado (%)	41
Tabela 2	NEP e Fracionalização Partidária do Senado	42
Tabela 3	Anos de carreira desagregado (%)	50
Tabela 4	Anos de filiação desagregado (%)	53
Tabela 5	Primeiro cargo conquistado (%)	59
Tabela 6	Número desagregado de eleições disputadas (%)	62
Tabela 7	Número desagregado de cargos ocupados (%)	64
Tabela 8	Cargos previamente ocupados pelos senadores (%)	65
Tabela 9	Padrão de carreira em termos de esferas	67
Tabela 10	Cargo prévio ao ingresso no Senado (%)	69
Tabela 11	Ambição política dos senadores (%)	72
Tabela 12	Cargos ambicionados (%)	74
Tabela 13	Força partidária por ano de eleição (%)	81
Tabela 14	Força partidária por faixas de tempo de carreira (%)	82
Tabela 15	Força partidária por faixas de filiação (%)	83
Tabela 16	Nível de competitividade por faixa de tempo de carreira (%)	90
Tabela 17	Nível de competitividade por faixa de tempo de filiação (%)	91
Tabela 18	Taxa de renovação por faixas de tempo de carreira (%)	92
Tabela 19	Taxa de renovação por faixas de tempo de filiação (%)	93
Tabela 20	População, n° de deputados, n° de senadores, relação Sen./Dep. e nível de sobre-representação por Estado.	94
Tabela 21	Nível de sobre-representação por tempo de carreira	97
Tabela 22	Média, mediana e soma do nível de sobre-representação por tempo de carreira.	98
Tabela 23	Distribuição de perfis de carreira	103
Tabela 24	Anos de carreira, n° de eleições disputadas e cargos ocupados	103
Tabela 25	Cargos prévios ocupados por perfil (%)	104
Tabela 26	Primeiro cargo ocupado por perfil (%)	105
Tabela 27	Cargo prévio à entrada no Senado por perfil (%)	106
Tabela 28	Movimento de ascensão na carreira por perfil (%)	107
Tabela 29	Tempo de filiação, n° de filiações, migração partidária e migração no mandato por perfil	108
Tabela 30	Ideologia partidária por perfil (%)	110
Tabela 31	Partidos por perfil de carreira (%)	111
Tabela 32	Nível de sobre-representação por perfil (%)	112
Tabela 33	Região por perfil (%)	114
Tabela 34	Perfil de carreira por eleição (%)	114
 Gráficos		
Gráfico 1	NEP – Câmara e Senado	43

Gráfico 2	Distribuição ideológica	45
Gráfico 3	Distribuição ideológica da Câmara dos deputados (%)	46
Gráfico 4	Tempo de carreira em anos	49
Gráfico 5	Tempo de filiação médio em anos	52
Gráfico 6	n° de filiações	55
Gráfico 7	Média de filiações partidárias	56
Gráfico 8	Migração partidária (%)	56
Gráfico 9	Migração no mandato (%)	57
Gráfico 10	n° de eleições disputadas e cargos ocupados	61
Gráfico 11	Carreira em termos de poderes (%)	66
Gráfico 12	Anos de carreira por ideologia (%)	87
Gráfico 13	Tempo de filiação por ideologia (%)	88
Gráfico 14	Anos de carreira por nível de sobre-representação (%)	96
Gráfico 15	Anos de filiação por nível de sobre-representação (%)	99
Gráfico 16	Distribuição da seniority política e partidária	102
Gráfico 17	Força partidária por perfil de carreira (%)	109
Gráfico 18	Taxa de sobre-representação média por perfil de carreira	113

Figuras

Figura 1	Estrutura da carreira política no Brasil	47
Figura 2	Padrões de carreira	60
Figura 3	Vetores das carreiras do Senado	61
Figura 4	Movimentos de ascensão dos senadores	68
Figura 5	Entradas e saída do Senado	76
Figura 6	Cruzamento do tempo de carreira e filiação	100

Quadros

Quadro 1	Tipologia básica dos senadores	116
-----------------	--------------------------------	-----

Siglas e abreviaturas

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CD	Câmara dos Deputados
DEM	Democratas
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEP	Número efetivo de partidos
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata-Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PR	Partido Republicano
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEN	Senado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade da federação
UDN	União Democrática Nacional

Agradecimentos

Inicio agradecendo duplamente o Departamento de Ciência Política da UFRGS. Primeiro por me conceder a oportunidade de participar de um programa de pós-graduação com tamanha qualificação. Em segundo pela compreensão desse diante das minhas dificuldades em cumprir o cronograma pré-estabelecido.

Ainda na instituição agradeço ao professor André Marengo pela sua orientação e sapiência a mim disponibilizada. A professora Mercedes Cánepa por toda sua experiência que me fora muito produtiva na produção desse trabalho. Ao professor Benedito Tadeu César pelas agradáveis aulas e pelo precioso conhecimento acadêmico e extra-acadêmico que possui.

No corpo discente cito o colega Guilherme Perin, ao qual compartilhei algumas aflições de mestrando, assim como nosso comum coloradismo. Ao colega Maurício Rebelo, que entre outras coisas, me ajudou a desvendar o “enigma” estatístico.

No foro íntimo agradeço aos meus pais por me ensinar a mais valiosa lição que já aprendi, a de simplicidade. Ao amigo Matheus pelas sempre produtivas idéias advindas do “sociologuês” da boêmia. E por fim a Srta. Gerber, pelo apoio irrestrito a mim dedicado, independente do tempo e da distância.

Introdução

O Senado freqüentemente é caracterizado como uma casa conservadora, composta por políticos experientes, longevos e influentes na política nacional e local. A idéia de uma “antiguidade” senatorial conota a presença de resquícios aristocráticos em seu seio, associando-o muitas vezes como o “refúgio da nobreza”¹. Por outro lado o jogo democrático imprimindo uma competição ao acesso a arena política, tenderia a obstacularizar tal processo. Diante disso e trazendo para o caso brasileiro, questiona-se: Quais os processos que poderiam reforçar o caráter “senhorial” dos senadores? Seriam os senadores a elite da política nacional? Qual é o caminho percorrido até as portas do Senado? E por fim, as instituições políticas brasileiras forneceriam incentivos para uma “oxigenação” do Senado?

A julgar pela escassez de estudos sobre o Senado² continuaríamos sem respostas, pois hegemonicamente a produção da Ciência Política nacional volta-se para a câmara baixa, tendo um foco basicamente unicameral. Fato esse que contrasta com a força do Senado brasileiro, tido como um dos mais fortes do mundo³, com sua longeva tradição⁴ que se insere numa estrutura bicameral igualmente forte, assimétrica e incongruente⁵.

A fim de contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o Senado Federal e suprir essa lacuna, esse trabalho visa empreender um estudo sobre os perfis de carreiras dos senadores brasileiros eleitos entre 1990 a 2006 (49° a 53° legislatura). O recorte temporal das eleições pós-constituente procura delimitar um período de relativa estabilização política e partidária do país⁶, visando estabelecer numa dimensão longitudinal o caminho percorrido e a bagagem política dos senadores eleitos nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal, com bases nos vínculos partidários e na experiência política prévia.

Nesse quesito a produção científica além de escassa têm primado pela

¹ Duverger, 1975.

² Os poucos trabalhos existentes constituem-se em esforços iniciais de sedimentar o Senado brasileiro enquanto objeto de pesquisa. Nesse terreno pouco tateado vale citar o livro organizado por Leany Barreiro Lemos, intitulado “O Senado Federal Brasileiro no Pós-Contituente” (2008).

³ Neiva, 2004.

⁴ Presente como instituição do Poder Legislativo desde a constituição de 1824.

⁵ Lijphart, 2003.

⁶ Ferreira & batista & Stabile; Tarouco, 2006.

análise de “perfis sócio-políticos”⁷. Para além de uma descrição, propõe-se uma abordagem analítica sobre os processos de constituição e consolidação de carreiras, que numa distinção mínima podem ser forjadas de duas maneiras: A primeira que se denomina uma *carreira horizontal*, com o indivíduo constituindo seu capital político⁸ fora dos partidos ou da vida política, possuindo um prestígio pessoal que lhe permite um ingresso tardio na política, do tipo lateral⁹ e por integração horizontal¹⁰. A outra denominada *carreira vertical* implica numa socialização política ampla, com o capital constituído dentro das instâncias partidárias permitindo o estabelecimento de uma carreira endógena¹¹ e por integração vertical¹². Cabe aqui investigar os condicionantes que incentivam um ou outro caminho, assim como suas variações.

O neo-institucionalismo nos servirá como escopo analítico, partindo da idéia que as instituições capacitam ou restringem em grande medida as ações individuais, influenciando assim seus resultados (MONTEIRO & CAVALERO & LIMA, 2001). Sob essa ótica instituições políticas são variáveis explicativas relevantes para a compreensão das escolhas dos indivíduos, coagindo-as, restringindo-as e condicionando seus desdobramentos. Não negligenciando a atuação do “cálculo” dos atores políticos, essa perspectiva enfatiza o poder das instituições em redesenhar suas estratégias, fazendo com que estes condicionem seus comportamentos de forma a alcançar resultados desejados, a partir do conjunto de regras formais e informais que orientam o funcionamento dessas instituições (MARCH & OLSEN, 1989).

Nessa direção a face incongruente do bicameralismo brasileiro fornece-nos algumas pistas, pois a singularidade do método de seleção sugere indícios de uma maior restrição e seletividade para ocupar da vaga de senador. A exigência etária de 35 anos para se candidatar ao cargo¹³, a regra eleitoral majoritária¹⁴ e as discrepâncias da representação estadual, criam uma baixa permissividade em

⁷ Cita-se os trabalhos de Lemos & Ranincheski (2002), Llanos & Sánchez (2008) e Bohn (2008) que enfatizam atributos tais como gênero, idade, ocupação, escolaridade e cargos ocupados prévios e verificam sua incidência na composição do corpo de senadores.

⁸ Bourdieu, 2007.

⁹ Marengo dos Santos, 2000.

¹⁰ Panebianco, 2005.

¹¹ Dogan, 1999.

¹² Idem 10.

¹³ Acima dos demais cargos legislativos e igual aos cargos de Presidente e Governadores.

¹⁴ Além de eleições majoritárias, o senado brasileiro elege 3 senadores por Estado da federação, aos moldes do Federalismo Clássico americano (BACKES, 2008), com um mandato de 8 anos com a renovação alternada de 1/3 e 2/3 das cadeiras a cada 4 anos.

relação principalmente a câmara baixa. Corroborando esse argumento Mariana Llanos e Francisco Sanchez (2008) apontam que uma estrutura institucional mais restritiva de oportunidades para a seleção das câmaras altas, geraria perfis diferenciados dos senadores. Contudo a relação estreita entre baixa permissividade e o perfil “sênior” do Senado deixa de captar a interação que esses têm com demais peculiaridades que compõe um ambiente político-institucional que envolve uma carreira.

A predisposição institucional indica a consolidação de um seletivo grupo político, baseado principalmente numa expectativa de uma *seniority* política e partidária alta. A conformação de um perfil senhorial dos senadores nesses termos seria esperada, considerando os obstáculos institucionais presentes para ingresso na casa. Entretanto a complexa incidência de fatores nos obriga a questionar a conformação de tal tendência, haja vista o incremento de trajetórias políticas distintas. E assim incluir no rol de variáveis explicativas aspectos políticos e institucionais atuantes para o fomento das carreiras senatoriais.

Nesse caso o protagonismo dos partidos políticos merece ser resgatado enquanto promotores de representação¹⁵. Nessa via as pressões das instituições geram “incertezas” ambientais aos partidos, que para superá-las e obter a estabilidade organizativa¹⁶ buscariam não apenas a sobrevivência da organização¹⁷, mas também a própria continuidade das linhas de autoridade legitimadas internamente¹⁸, ou seja, a perpetuação da coalizão dominante do partido no poder. Para isso o controle e distribuição de incentivos seria peça chave para sedimentar laços intrapartidários.

A conquista de uma candidatura consolida-se como um recurso de poder essencial em uma organização partidária, em particular, quando ganhar eleições se converte na principal meta para seus membros e a designação como candidato significa a perspectiva de um cargo político (FREIDENBERG & LÓPEZ, 2002). Sob esse raciocínio, presume-se que a candidatura ao Senado e a eventual conquista da vaga representa o acesso a importantes recursos políticos, constituindo-se num grande incentivo seletivo¹⁹, já que além de possuir prerrogativas semelhantes as dos

¹⁵ Alcântara & Freidenberg, 2001.

¹⁶ Panebianco, 2005.

¹⁷ Michels, 1982.

¹⁸ Braga & Borges, 2008.

¹⁹ Idem 16.

deputados²⁰, o cargo de senador possui uma maior influência pessoal²¹, seja pelo número menor de senadores, pela maior remuneração, pelo período mais longo no cargo e pelo aparato administrativo proporcionalmente elevado.

Conjugando esses elementos, dimensiona-se o envoltório de pressões e incentivos que obstaculizam e impulsionam uma carreira, sintetizado nas seguintes premissas: i) Carreiras políticas se forjam dentro de estruturas de oportunidades²², que inclui regras eleitorais, competição do mercado eleitoral e o crivo partidário, detentores do monopólio da representação²³. ii) As regras eleitorais envolvendo candidaturas ao Senado caracterizam-se por uma baixa permissividade, aumentando a incerteza quanto aos êxitos dos partidos e dos candidatos. iii) Os partidos estando sujeitos a pressões impostas pelo ambiente²⁴ necessitam desenvolver estratégias adaptativas de forma a minimizar as incertezas ambientais e assim maximizar suas chances de êxito, que dependerá de cada organização partidária e do tipo de socialização política que essa impõe aos seus quadros. iv) A competição existente na arena política reflete-se nas instâncias intrapartidária, de forma a exigir certa posse de capital político para ascensão e sobrevivência política.

Com base nisso, como se estruturariam as carreiras dos senadores frente às restrições institucionais, as diferenças partidárias e às disparidades da representação estadual imposta aos partidos e aos candidatos? O argumento do trabalho afirma que não é possível estabelecer um padrão homogêneo de carreira, visto que a combinação político-partidária e institucional não fornece incentivos para tal. Os incentivos eleitorais e do mercado político estadual interagem com as agremiações partidárias conferindo importantes variações. Assim defende-se a hipótese que o Senado brasileiro, a despeito de sua propensão ao cultivo de uma alta *seniority*, apresenta meios capazes de fomentar renovação e incrementar senadores com rodagem política menor, conferindo uma pluralidade de perfis de carreira.

Um estudo sobre carreiras nesses termos permite dimensionar a relevância das instituições na sedimentação das mesmas, partindo da idéia que essas

²⁰ Criar projetos de lei, opinar sobre projeto de lei, votar projeto de lei, solicitar informações, criar emendas orçamentárias, participar de Comissões, opinar sobre emenda constitucional, além das prerrogativas específicas que apenas aos senadores, ver Neiva, 2008.

²¹ Llanos & Sanchez, 2008.

²² Norris, 1997.

²³ Alcântara & Freidenberg, 2001.

²⁴ Panebianco, 2005.

possuem variações decorrentes de combinações institucionais distintas. Assim sendo os objetivos do trabalho é verificar os pré-requisitos políticos, tanto em termos de experiência política, como de lealdade partidária²⁵, e a incidência de sua variabilidade a partir de cortes longitudinais, de forma a possibilitar o mapeamento dos “vazamentos” ou caminhos alternativos para compor carreira no Senado.

Os meios utilizados para a mensuração das variáveis e indicadores sugeridos nessa pesquisa proverão de análises de dados biográficos dos 193 senadores eleitos entre 1990 e 2006, oriundas nas páginas pessoais na web e do Senado Federal, e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2003). Cabe ainda frisar que a escolha por estudar apenas os senadores eleitos não é aleatória. Grande parte da composição atual do Senado se dá por suplentes, que ingressam ao cargo principalmente em função do falecimento, afastamento ou devido à ocupação de outro cargo público por parte do titular. Entretanto a suplência do Senado não segue um rito eleitoral ordinário, mas sim através de nomeações dos próprios titulares *apriori*. Esse item por si só poderia ser sintomático para uma renovação e oxigenação. Por isso para evitar conclusões inseguras optou-se pelos eleitos, aqueles que são escolhidos nas urnas e conquistam a cadeira.

Para dar conta desse trabalho, a estruturação do texto será distribuída da seguinte forma: No primeiro capítulo serão expostas as principais fontes teóricas, divididas em três eixos: Carreiras Políticas, Regras Eleitorais e Partidos Políticos. Na discussão sobre *carreiras* o objetivo é examinar a continuidade de elites políticas e a constituição do político profissional. Posteriormente se examinará os modelos explicativos para os diferentes desdobramentos e consolidação das carreiras. A discussão sobre as *regras eleitorais* concentra-se no impacto nas organizações partidárias. Encerrando com uma análise dos partidos políticos, no que diz respeito a sua estabilidade, dinâmicas internas, disputas e hierarquias.

No segundo capítulo será feita uma radiografia do Senado, com uma caracterização dos senadores, em termos de experiência política identificando-os ou não como uma classe de “veteranos” da política. Finalizando com os possíveis caminhos trilhados para o ingresso na casa, dando com isso um mapeamento da

²⁵ Cabe distinguir três conceitos que por vezes se confundem: Disciplina, Coesão e lealdade partidária. Disciplina refere-se ao fato do parlamentar seguir a orientação de voto da sua liderança. Coesão trata da homogeneidade das preferências de políticos de um mesmo partido, diminuindo assim os custos de sanções e incentivos. E lealdade é melhor caracterizada pela indicação de “tempo” de vínculo do político com seu partido, quanto mais tempo estiver no partido, mais lealdade partidária ele terá.

posição do cargo de senador na estrutura de carreiras no Brasil. O terceiro capítulo apontará os principais achados empíricos e também os testes de hipóteses explicativas. A idéia é fornecer elementos acerca da influência exercida pela força partidária. Na seqüência a posição ideológica do partido será posta a prova no sentido de verificar se distintos padrões de recrutamento e de socialização política ao longo do espectro, convergem com alguma uniformidade com distintos padrões de carreiras. Encerrando com as possíveis conseqüências políticas propiciadas pela sobre-representação estadual e a competitividade eleitoral.

No quarto capítulo, o objetivo é elaborar uma tipologia ideal dos senadores, conjugando os eixos experiência partidária (*seniority* partidária) e experiência política (*seniority* política) medidos pelo indicador tempo. O cruzamento desses possibilitará a construção de uma classificação mínima dos perfis dos ocupantes do cargo de senador. Encerrando o trabalho com a exposição dos principais achados, de suas limitações e possíveis contribuições para o debate científico.

Capítulo 1

Referencial Teórico

Esse capítulo ocupa-se de três objetivos. Primeiro repassar a literatura a respeito de carreiras políticas, que antes de tudo passa por uma análise da constituição da atividade política profissional, para depois trazer o estado da arte referente aos modelos explicativos dos diferentes tipos de carreiras. Posteriormente o objetivo é o impacto das regras eleitorais nos partidos políticos, e trazer inferências para o caso do Senado Brasileiro, estipulando as regularidades existentes nessa relação e de que forma isso pode incidir nas carreiras políticas. Por fim os partidos serão objeto de discussão ao que se refere a dois pontos: sua organização interna e sua estabilidade política.

1.1 Carreiras Políticas

O estudo de carreiras remete-nos a tradição na Ciência Política em estudar elites políticas. A presença de minorias tomadoras de decisões públicas e de uma maioria que lhe é subordinada há muito é tema de debate nos estudos políticos. A erupção de regimes democráticos para alguns viria por romper elos já sedimentados por outros regimes, e permitir rupturas de uma divisão desigual do trabalho político. Apostando nesse caminho, Alex Tocqueville movido por um vislumbamento com a democracia americana, onde prevaleceria a “igualdade de oportunidades”, acreditava que nesse contexto os homens, de certa forma, só chegam às funções por acaso e não têm nenhuma segurança de que se manterão nelas (TOCQUEVILLE, 2001). Nessa condição não haveria por assim dizer uma “carreira pública”, mas sim postos públicos ocupados momentaneamente por cidadãos e com uma constante renovação e circularidade.

Na contramão do otimismo Tocqueviliano, a presença de um contínuo histórico de minorias organizadas e maiorias desorganizadas tal como proposta por Mosca, questiona as supostas rupturas com resquícios oligárquicos provindos com a ascensão de democracias. O estabelecimento de uma visão pessimista da

democracia colocaria essa apenas como uma etapa do processo de “circulação de elites” tal como proposto por Pareto. A tese na continuidade de estruturas oligárquicas em contextos democráticos foi posta a prova por Robert Michels (1982) quando esse verifica a perpetuação de oligarquias políticas em organizações supostamente democráticas e igualitárias. Em seu argumento a democracia por necessitar de uma organização permanente haveria, inevitavelmente, por criar oligarquias internas as organizações democráticas. Para Max Weber essa aparente contradição provinha da crença de que a expansão do sufrágio no século XIX traria o incremento de constante renovação para a arena política. Contudo advertia o autor que paralelo a incorporação de novos atores políticos, se consolidava um novo tipo de político, o profissional.

Verificar as condições e os caminhos que consolidam o “político profissional” leva o estudo de carreiras direcionar-se para os processos de consolidação desse ator político. A identificação da presença de elites, por si só, não aponta as regularidades que as perpetuam, necessitando de uma análise da luta política tendo como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os politicamente passivos (BOURDIEU, 2002).

Um fator tido como indispensável para propiciar alterações no “fazer político” é a expansão do sufrágio²⁶ no século XIX, que provoca a abertura das portas de acesso à política, consolidando o direito ao voto à grande massa dos cidadãos. Nesse contexto em que a propriedade e a cultura deixaram de ser representadas e o direito ao sufrágio foi ampliado (MANIN, 1995), vinha por modificar os padrões de relacionamento entre os cidadãos e a classe política, e essa consigo mesma.

Uma representação política calcada em uma relação de confiança direta entre eleitores e políticos, tinha como elo uma rede de relação locais, de onde emergiam homens dotados de notoriedade comunitária, riqueza, prestígio, reconhecimento e deferência local. Em mercados políticos desse tipo, as eleições

²⁶ Analisando a formação do campo político profissional no Brasil, Adriano Codato (2008) atenta-se para as peculiaridades que envolveram a emergência do profissional político brasileiro. Em seu argumento defendia que enquanto a passagem do “notável” – o homem político que dispunha de prestígio, posses e títulos – para o “político de profissão” se fez tradicionalmente num contexto da universalização do sufrágio e avanço da democracia política, ocorre aqui exatamente o contrário: essa permuta faz-se no contexto ditatorial e – é meu argumento – devido à ditadura (CODATO, 2008).

parecem ser um reflexo e uma expressão da interação não-política (MANIN, 1995). O prestígio local e a fortuna pessoal, na ausência de uma competição eleitoral acirrada, criava condições para consolidação de um tipo particular de homem político, o *notável*. A ampliação do mercado eleitoral trazida pela incorporação de um volume numeroso de eleitores passava a não fornecer garantias de sucesso eleitoral. Os vínculos pessoais do notável já não bastavam para assegurar acesso ao poder político. Por outro lado os sujeitos desprovidos de fortuna tinham como fonte de mobilização de um eleitorado cada vez maior, os partidos políticos e sua burocracia, como meio de adquirir recursos necessários ao ingresso e manutenção na vida política. Assim a posse de rendas e propriedades era contrabalanceada pela necessidade de canalizar vontades e expectativas coletivas em organizações partidárias, o que exigia uma nova forma de dedicação ao trabalho político.

A ascensão do profissionalismo político envolveria assim um processo de superação do notável, para um novo tipo de político que busca na atuação pública ganhos e retorno, passando a ter na política uma atividade regular, constituindo-se numa fonte de sobrevivência. A distinção weberiana entre o “viver para a política” e “viver da política” incumbe-se em demarcar dois tipos de *modus vivendi* para com a vida pública. Na primeira forma, aquele que vive “para” o faz tendo-a como um objetivo de vida, expressando uma significação ou valoração pessoal, não a vendo como meio de maximização de riqueza. Oposto daquele que vê na atividade política uma permanente fonte de rendas, a feição de um empreendedor, ou *condottiere*, que transforma seu investimento e sua influência política em fonte de lucros (WEBER, 2002). O incremento que torna uma ou outra postura viável dependeria de certas condições, sobretudo de natureza econômica. Não ter a atividade política como fonte de rentabilidade, para Weber, significava ser economicamente independente, ou seja, não depender das vantagens que a vida política poderia proporcionar. Neste caso a posse de uma fortuna pessoal garantiria a consecução da atuação política como algo “nobre”, exercendo-a “honorificamente”, nessa situação o arrebanhamento basear-se-ia em critérios essencialmente plutocráticos. A absorção de pessoal fora dessa plutocracia, obrigatoriamente, passaria pelo fornecimento de garantias de ganhos para que os sujeitos “sem fortuna” pudessem despendar tempo e serviços à política.

Mattei Dogan (1999) avalia que apesar da atividade política profissional, assim consolidada, não necessitar de permissões formais, tais como diplomas ou

títulos, como ocorre nas demais profissões, existem canais que “instituem” o sujeito a ser percebido como um político. Diante da variedade de figuras políticas, Dogan identifica pelo menos duas que são sintomáticas para a instauração da política como profissão. Uma é a do “amador”, ou o “herdeiro”, espécie cada vez mais rara nas democracias, que emerge a vida pública principalmente via rede de relacionamentos pessoais e extra-atividade política. O outro na figura do especialista político, definido por Dogan a partir de quatro características: Em primeiro lugar, uma precoce vocação para a política. Em seguida, uma longa presença no fórum político, ou seja, uma longa carreira política. Além disso, seus recursos são provenientes principalmente ou exclusivamente de funções políticas exercidas. Por último, possuir qualidades que incluem apresentabilidade, domínio da retórica, capacidade de diálogo e negociação (DOGAN, 1999).

Pierre Bourdieu (2002) vê a consolidação do político profissional associada à própria demarcação e autonomização do campo político. Nesse espaço de concorrência e lutas entre os agentes se produzem formas de expressão politicamente legítimas, que são monopólio exclusivo dos profissionais políticos. A permeabilidade no acesso ao campo implica na superação de certos “obstáculos morfológicos”, referentes, sobretudo a posse de instrumentos materiais, culturais e de disponibilidade de tempo para então se empreender uma participação política ativa. As barreiras impostas pelo desapossamento econômico e cultural, contudo, não são as únicas existentes como filtragem à arena política. Bourdieu considera que o “político”, na concepção moderna do termo, é forjado seguindo uma preparação especial, que inclui i) o domínio de um corpus de saberes políticos, ii) o domínio da linguagem, seja a retórica do tribuno, ou a do *debater*²⁷, e por fim iii) o domínio prático da lógica imanente do campo político, ou seja, incorporar o “sentido prático” que são as tomadas de posições convenientes e convencionadas evitando condutas comprometedoras. No entanto não há nada mais exigido de modo mais absoluto do que a adesão fundamental ao próprio jogo e as suas regras, na forma de um contrato tácito que está implícito no fato de participar do jogo ao qual se inclui.

A dedicação plena, ou quase sua totalidade, da atividade de trabalho à política, representa para Panebianco (2005) a forma mais simples de caracterizar o político profissional. Sua afinidade com o argumento weberiano, todavia, é acrescida

²⁷ A retórica do tribuno e a do *debater*, para Bourdieu (2002) trata-se respectivamente daquela dispensada aos “profanos” (não políticos) e aos profissionais (iguais).

pela identificação de processos de complexificação da atividade política. As demandas práticas de sobrevivência “da” política provocariam uma diferenciação das atividades, manifesta numa maior heterogeneidade funcional²⁸ na prestação de serviços políticos. Instituíam-se assim para Panebianco não só a condição de retirar a sobrevivência da política, mas uma adequação a uma exigência cada vez mais técnica e especializada, na forma de uma racionalização política. A profissionalização implicaria, portanto, que progressivamente os cargos efetivos na atividade política sejam ocupados por especialistas, numa idéia de profissionalização intelectual, não implicando que os técnicos suplantem os “políticos”, mas apenas que esses se transformem em políticos.

A “profissão política” instituída como fonte de ganhos regulares, restrita a um campo de concorrência delimitado por suas próprias regras, passa a exigir aos seus postulantes dedicação, saberes e especialização. A existência dessas demandas não implicou que os canais de acesso, e seguimento na política fossem os mesmos. Os caminhos trilhados variam de acordo com o investimento dispensado a ela, ao caráter coletivo ou individual do capital acumulado, e na forma de ingresso se incipiente ou tardio. A convergência de fatores permite opor no mínimo duas formas distintas de sedimentar uma carreira política.

Fazendo uma conexão com a carreira dos senadores podemos delinear duas caracterizações referentes ao tipo de carreira, como também ao caráter e a origem do capital investido para a dedicação a vida política. A primeira refere-se ao indivíduo que se investe de um alto capital pessoal, lhe conferindo “notoriedade” e “popularidade”, produto da reconversão de capital acumulado em domínios não políticos, forjado na sua influência pessoal e fora de organizações partidárias, que permitem um ingresso tardio na política, do tipo lateral e por integração vertical²⁹. A permeabilidade do campo político, nessa situação, admite um recrutamento por osmose (DOGAN, 1999), distinto aos diferentes grupos sociais, tendo sua propagação principalmente às pessoas ou profissionais cujas habilidades assemelham-se as exigidas para a política. O padrão de mobilidade se consuma, lateralmente paralelo, a uma baixa socialização política e pela posse de recursos que são absorvidos e reconvertidos em capital político, permitindo, assim, o acesso

²⁸ Panebianco aponta no mínimo sete tipos de profissionais políticos. O manager, ou empresário político; a autoridade, o burocrata representativo, o burocrata executivo, o profissional de *staff*, o profissional oculto e o semiprofissional.

²⁹ Panebianco, 2005.

de *outsiders* ou do *freshman*, como também do político tipo "autoridade", que é o protótipo do dileitante, que vive de recursos extra-políticos e converte uma centralidade socioeconômica em centralidade política (PANEBIANCO, 2005). Essa primeira definição dá o contorno de um tipo de político que ingressa na atividade política com recursos obtidos fora dela. A permeabilidade do campo político nessa situação origina-se da posse de recursos ou de reconhecimento público passíveis de serem reconvertidos para a política.

A segunda maneira, os recursos para o ingresso na política provêm de um investimento coletivo que outorga ao indivíduo meios para ingresso na vida pública. Nesse caso o desapossamento de recursos não lhe permite por si só trilhar uma carreira, recorrendo a uma espécie de capital delegado (BOURDIEU, 2002), que diferente daquele de cunho estritamente individual que desaparece com seu portador, é produto de uma transferência coletiva de uma instituição ou partido. No caso dos partidos trata-se de uma contrapartida de serviços prestados, de investimento temporal, de trabalho, de dedicação e devoção à instituição (BOURDIEU, 2002). A trajetória percorrida inicia-se na base, nas fileiras primárias da organização constituindo uma socialização mais ampla e com laços partidários mais sólidos. O acesso aos recursos políticos e a possibilidade de obtenção de candidaturas é controlado pelo partido, que recorre ao seu reservatório de candidatos potenciais ou as suas fileiras à maneira de um recrutamento endógeno (DOGAN, 1999). As permutas entre os agentes e a instituição assim é recíproca, a instituição dando tudo àqueles que tudo deram a ela, e investindo naqueles que investiram na nela, seja na forma de serviços, obediência as instruções e a lealdade dispensada.

Mas o que incentiva um ou outro caminho? E como poderíamos pensar esses incentivos atuando na consolidação das carreiras dos senadores? Entre as interpretações que dão conta de nos fornecer algumas pistas, está uma que aponta os incentivos provindos das regras eleitorais para o desdobramento de carreiras endógenas ou laterais. Nessa concepção a combinação da fórmula eleitoral, listas e magnitude distrital produziriam efeitos diretos na competição intrapartidária e, por conseguinte na própria organização dos partidos, incentivando seja o incremento de posturas mais individualistas ou "antipartidárias" por parte dos políticos ou então posturas fortemente calcadas no partido.

Analisando o caso brasileiro grande parte da literatura detecta a presença de

partidos frágeis ou débeis³⁰. A raiz disso basear-se-ia nas conseqüências desagregadoras das instituições políticas brasileiras³¹. Nesse raciocínio os partidos políticos seriam instituições de baixa relevância, já que o contato com os eleitores se daria de maneira direta, baseado essencialmente na figura pessoal do político³². O diagnóstico de David Samuels (2003) para a não existência de partidos fortes no Brasil aponta que esses não serviriam de rótulos ou atalhos úteis para os políticos fomentarem lealdades partidárias sólidas, e por conseqüência frear a propensão aos comportamentos “individualistas”. Para Samuels o padrão curto de carreira dos parlamentares brasileiros estaria arraigado ao baixo controle partidário imposto aos candidatos, tornando a carreira dos políticos brasileiros baseada essencialmente na sua figura pessoal e de recursos extra-partidários.

Todavia a consideração de Carey & Shugart possibilita-nos uma apreciação mais parcimoniosa dos distintos efeitos do regramento eleitoral. Para além de uma previsão convencional de fomento de posturas desarraigadas de partidos, Carey & Shugart (1996) fornecem elementos que permitem inferências para além do fenômeno ocorrido na câmara baixa brasileira. Entendiam que o cultivo de uma "reputação pessoal" em detrimento de uma "reputação partidária" devia-se a influência das regras eleitorais, do tipo de listas utilizado para o ordenamento dos candidatos e da magnitude distrital. Nesse caso a combinação de regra eleitoral majoritária com listas fechadas, ao moldes do Senado, forneceriam incentivos a uma reputação partidária maior na medida em que disponibilizaria recursos mais incisivos à organização e aos seus líderes. Fornecendo assim um marco interpretativo mais condizente com a realidade com a câmara alta brasileira.

Numa vertente similar, a estrutura de oportunidades do sistema político traria condicionantes decisivos para as carreiras políticas por direcionar as ambições dos

³⁰ Ames, 2003; Lamounier & Meneguelo, 1986; Mainwaring, 2001; Samuels, 2000.

³¹ A divisão dos poderes, aliada as eleições por regra proporcional, o modelo de lista aberta, o federalismo e o multipartidarismo tornariam o funcionamento dos partidos tanto na arena eleitoral como na arena parlamentar um universo dado ao individualismo. A personalização do voto, a baixa significância dos partidos na arena eleitoral tornaria os políticos competidores entre si, buscando a todo custo meios para atender sua base eleitoral com vistas à eleição.

³² Transferindo essa lógica para o parlamento o caminho para a governabilidade seria a permuta direta entre o executivo e os parlamentares, onde o primeiro, na busca de apoio, negociaria individualmente com os parlamentares oferecendo-lhes recursos para esses atenderem suas bases eleitorais. Com isso o sucesso do sistema só seria possível por meio de intensas negociações cujas moedas eram os votos e as emendas orçamentárias, que para Ames (2003) são as políticas distributivistas, na forma de *pork barrel* servindo de explicação para a “cooperação” com o executivo, dada a intensa fragmentação provocada pelas regras eleitorais.

candidatos a concorrer a cargos eletivos, orientando-os a definir as chances que esses têm de vencer as eleições para os cargos disponíveis. Nesse sentido a carreira é compreendida como uma função da ambição moldada pelos políticos, em especial suas metas, e os fatores que determinam seu sucesso ou fracasso. Schlesinger (1966) avalia que o comportamento político é produto dos objetivos que os atores procuram atingir, que através de cálculos estratégicos buscariam maximizar suas metas a partir dos custos e benefícios de suas escolhas. Utilizando-se dessa premissa o autor delimita três tipos de escolhas referentes à carreira política, que ele denomina de “ambições políticas”. A primeira seria a ambição “discreta”, que ocorre quando o político pretende assumir um posto público temporariamente para depois afastar-se; a segunda ambição é a “estática”, pautada pela busca da reeleição; e a terceira, a ambição “progressiva”, onde a ambição estaria voltada para postos mais altos do que atualmente ocupa. A natureza dessas ambições estaria ligada aos custos inerentes a cada escolha, que seriam medidos pelos poderes que cada cargo oferece, salários e benefícios, tamanho da *constituency*, duração do mandato e o potencial de permanência e avanço na carreira. Conjugando esses atrativos poderia se estipular os cargos mais quistos pelos políticos, que optariam por eles de acordo com a possibilidade real de conquistá-los.

Samuels (2000), numa tentativa de aplicar os pressupostos de Schlesinger ao Brasil, constata que a estrutura política brasileira, ao contrário da americana, não incentivaria a solidificação de carreiras legislativas. O baixo potencial de retenção do legislativo seria decorrência das regras eleitorais brasileiras, gerando um legislativo “reativo” ao executivo³³, dando pouca visibilidade aos seus integrantes, forçando esses a ambicionarem postos mais altos. Reforçando esse argumento, Santos (2000) salienta que “a capacidade de reter os políticos na casa - Câmara dos Deputados - relaciona-se positivamente com as oportunidades de intervir no processo decisório, vale dizer, quanto maior o poder de agenda do Legislativo, maior a capacidade de retenção”. Como o contexto brasileiro apresentar-se-ia numa direção contrária, a classe política seria restrita a ter duas opções: ou por uma ambição progressiva, buscando cargos que oferecessem maiores recursos e garantias³⁴, ou então uma “ambição executiva”³⁵, justificada pela concentração de

³³ Morgenstein & Nacif, 2002.

³⁴ Nessa concepção apenas políticos eleitoralmente vulneráveis se orientariam na busca pela

recursos passíveis de serem revertidos tanto em benefícios privados ou coletivos, oferecido pela condição de conduzir algum governo.

O bojo dessas interpretações se baseia fundamentalmente em idéias derivadas de estudos na câmara baixa. Nesse caso, seríamos obrigados a questionar tais postulados para o Senado, pois tanto as filtragens institucionais como os ganhos políticos são diferenciados. A prudência necessária implicaria em considerar uma maior multiplicidade de fatores convergentes, não só para a moldura de uma ambição política como também elementos do sistema político brasileiro que ainda são subestimados. Um primeiro passo seria dessengessar o “determinismo” das ambições dos políticos brasileiros propondo uma explicação que procure agregar outras possibilidades.

Contribuindo para essas questões o estudo de Leoni & Pereira & Rennó (2003) preconiza que a “natureza” da ambição não seria o determinante, mas a avaliação que os políticos fazem dos riscos e custos contidos na decisão. Partindo de tal premissa, entendiam que um leque de opções se apresenta para os políticos, que vai desde a “aposentadoria” (retirar-se da política), o regresso a cargos estaduais, a reeleição ou a concorrer à cargos mais altos, cuja causa seria a avaliação dos riscos e custos da escolha e as reais chances de obter êxito. Com isso não seria possível restringir as escolhas dos políticos brasileiros apenas num tipo de ambição, já que verifica-se diferentes estratégias no delineamento das carreiras, que foram orientadas pelo grau de dificuldade e a na capacidade de superá-las³⁶.

Numa outra consideração, deve-se questionar a insistente idéia de irrelevância dos partidos brasileiros como articuladores de carreiras. Colocando esses argumentos à prova, muitos estudos evidenciam a relevância das organizações partidárias. Contrariando uma visão “distributiva” e individualista do comportamento político, os partidos, a despeito de regras eleitorais sugestivamente “anti-partidárias”, mostram-se como atores importantes, como elementos estruturadores da atividade política³⁷. Nessa linha as defecções encontradas nas instituições políticas brasileiras não seriam tão desagregadoras quanto se

reeleição no parlamento.

³⁵ Bourdoukan, 2006.

³⁶ O estudo de Leoni & Pereira & Rennó (2002) foi baseado na escolhas de deputados federais nas eleições de 1998.

³⁷ Patrício & Santos, 1996; Figueiredo & Limongi, 1999.

imaginava. Corroborando para essa direção o estudo de Marengo dos Santos (2001) aponta a existência de estruturas institucionais semelhantes tanto no período 1946-1962, como 1982-1988, que, no entanto não implicaram em padrões de carreiras iguais entre os dois períodos. Com isso a presumível homogeneidade dos efeitos das regras não seria direta, mas permeadas por outras variáveis.

Uma sugestão alternativa de resposta para os incentivos partidários é fornecida pela teoria organizacional. Nesse enfoque, são privilegiadas as dinâmicas organizativas internas dos partidos com o objetivo de investigar o papel da organização na produção e controle da representação política (BRAGA & BORGES, 2008). Na via inversa das interpretações que apontam a debilidade partidária, diagnosticada como um efeito de instituições propensas ao individualismo e a partidos fragilizados, procura-se colocar no centro do debate o partido enquanto organização, examinando-as como realmente funcionam internamente e produzem a representação política.

Maria do Socorro Braga (2008) vê as práticas organizacionais, regras regimentais, formação da coalizão partidária e a seleção dos candidatos como variáveis analíticas fundamentais. Segundo a autora essas determinam o mosaico do poder interno do partido, cabendo investigar como o crivo dos partidos pode de certa forma ser um elemento explicativo para alavancar uma carreira. O exame da caixa preta partidária permite verificar as filtragens e os critérios para promover internamente os políticos e os potenciais candidatos³⁸. A forma como cada organização partidária organiza-se internamente pode apontar para um pólo de inclusão, ou seja, mais aberta e pouco centralizada, ou para o pólo oposto da exclusão, com exigências internas mais rígidas e com a organização impondo maior número de requisitos para uma candidatura. Detendo-se sobre o caso dos partidos do Estado de São Paulo³⁹, Braga conclui que esses têm papel crucial na dinâmica de representação, pois os processos de seleção de candidatos tendem para o pólo da exclusão, ou seja, os partidos impõem significativos obstáculos às carreiras, contrariando a suposta tendência ao individualismo na política nacional. Conclusão

³⁸ Segundo Braga (2008) a “caixa preta” dos partidos aponta a existência de três questões fundamentais para a produção de uma candidatura: *quem pode ser candidato? quem seleciona os candidatos? E como se seleciona os candidatos?*

³⁹ A autora analisou a formação e manutenção da estrutura organizacional e a seleção de candidatos à Câmara dos Deputados realizados pelo PFL, PP, PMDB, PSDB e PT no estado de São Paulo.

análoga a pesquisa Freidenberg & Lopez (2002)⁴⁰ que mostram que apesar da crescente tendência para o emprego de processos mais inclusivos na seleção dos candidatos nas últimas décadas, predomina nas organizações partidárias latino-americanas a centralização do processo de tomada de decisões (FREIDENBERG & LOPEZ, 2002).

Esta abordagem, apesar de investigar um terreno pouco tateado que traz importantes contribuições para a compreensão interna dos partidos, apresenta limites que não permitem inferências conclusivas. Uma delas refere-se à tensão entre “regras e procedimentos formais” circunscrito aos estatutos e o funcionamento real dos partidos. O regramento formal pode fornecer garantias analíticas apenas no plano ideal, vide os casos em que as mesmas siglas partidárias, com as mesmas regras estatutárias, em contextos regionais diferentes apresentam padrões de carreiras distintos. Nesse caso as coerções formais dos partidos teriam sua relevância potencializada no acréscimo de demais fatores concorrentes para a carreira. Nesse sentido os efeitos de um padrão formal mais *inclusivo* ou *exclusivo* de recrutamento e seleção de candidaturas dos partidos, não levariam em conta as diferenças entre os partidos, e mais, as distintas origens dos políticos?

Avançando na discussão, o componente *societal* referente ao perfil social dos profissionais políticos não poderia ser negligenciado para análise das carreiras políticas. A composição socioprofissional da representação político-partidária é importante na caracterização dos partidos, distinguindo-os especialmente quando posicionados na escala esquerda-direita (KINZO, 2007). O mapeamento das origens sociais da classe política permite verificar a existência de padrões e alinhamento entre perfis sócio-econômicos e partidos, o suficiente para diferenciá-los tanto em termos ideológicos como em termos do perfil social. Rodrigues (2002) examinando a composição social das bancadas dos seis principais partidos⁴¹ em 1998 na Câmara Brasileira, verifica que um corte partidário-ideológico encontra correspondência nas distintas origens das classes ocupacionais, profissionais e escolares. A conexão lógica era a de que, *ceteris paribus*, os parlamentares, segundo suas origens e status socioeconômico, estariam em partidos que mais se aproximassem de suas convicções ideológicas e interesses pessoais (RODRIGUES, 2002). Em suas

⁴⁰ Estudando as regras e as práticas de 44 partidos em 16 países latino-americanos na escolha de candidatos à presidência utilizam-se dos mesmos meios que Braga, para estabelecer um mapa que permitisse ordenar os tipos de mecanismos utilizados para as seleções partidárias.

⁴¹ PT, PDT, PMDB, PSDB, PPB e PFL.

conclusões claramente os partidos de esquerda teriam uma maior incidência no recrutamento de trabalhadores manuais, classes assalariadas, como também de intelectuais e professores. Partidos mais à direita teriam seus quadros compostos principalmente por empresários, proprietários rurais e profissionais liberais, tais como médicos e advogados.

Recorrer ao social background assim permite a visualização das heterogeneidades existentes na consolidação das carreiras, que podem vir a ser ofuscadas tanto pela da influência das regras eleitorais, como pelas metas e objetivos dos atores em ambicionar suas carreiras. Numa aproximação com Rodrigues (2002), Marengo dos Santos & Serna (2007) efetuam um exame sobre as diferenças entre as carreiras políticas da Esquerda e Direita no Brasil, Chile e Uruguai. O estudo baseou-se na identificação da origem dos recursos movimentados pelos políticos e a derivação desses com a posição social, como também as estratégias partidárias de seleção de candidatos, associadas aos recursos sociais dos candidatos, à posição ideológica e ao tempo de existência de cada organização partidária (MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007). As diferenças apontam que os partidos de esquerda recrutam seus quadros predominantemente no setor público, nas classes médias assalariadas, que devido a sua maior escassez de recursos investem em carreiras mais sólidas com os partidos. Já os partidos de direita apresentam um padrão de recrutamento em um nicho sócio-ocupacional mais elitista, com proprietários urbanos e rurais que os dotam de recursos suficientes para empreender carreiras descontínuas e com baixa lealdade partidária.

1.2 Regras Eleitorais e Partidos Políticos

De forma simplificada poderíamos delimitar os dois princípios que distinguem os sistemas eleitorais como sendo o majoritário e o proporcional. Para Lijphart (2003), esta é a linha divisória mais fundamental dos sistemas eleitorais, que delimita o método majoritário, ou *plurality*, como aquele do tipo “o vencedor leva tudo”, do método de representação proporcional, que teria como objetivo básico expressar em proporção à votação, diminuindo exageros de uma sobre-

representação e de uma sub-representação. A existência de um convívio tendencial, aponta um relativo paralelismo na coexistência das regras eleitorais com os partidos políticos, tendo a concomitância do bipartidarismo com sistemas majoritários, e do multipartidarismo com a representação proporcional.

Para Maurice Duverger⁴², o regramento eleitoral seria a estrutura básica que formaria e reforçaria a configuração partidária de um país, agindo sobre o número, dimensões, alianças e eleitores dos partidos. Tido como realidades indissoluvelmente ligadas, sistemas eleitorais e sistemas partidários interagiriam numa relação de causa e efeito, cuja variável dependente seria o número de partidos. Delimitando a configuração partidária como sendo um efeito das regras eleitorais, Duverger enfatiza o papel estruturante das instituições nas predisposições dos agentes, fazendo que haja uma conformação aos seus estímulos.

Tendo como ponto de partida os sistemas eleitorais o autor argumenta, que um dado sistema estará correlacionado a certo sistema partidário, na forma de tendências causais. Onde cada sistema eleitoral forneceria incentivos negativos e positivos sobre a organização dos partidos. Sob essas afirmações foram formuladas as “Leis de Duverger”, que buscam estabelecer um padrão de convívio entre os partidos e as regras eleitorais. A primeira formulação afirma que o sistema majoritário de um turno só causaria a existência de sistemas bipartidários, colocando em disputa apenas dois partidos “fortes” e independentes. E um sistema por representação proporcional tenderia ao multipartidarismo, cujos partidos seriam rígidos, independentes e estáveis (DUVERGER, 1988). O teor dessas correlações encontra-se na influência exercida pelos sistemas eleitorais, naquilo que Duverger denomina *efeitos mecânicos* e *psicológicos*. Os primeiros seriam o reflexo do sistema no nível de sub-representação e sobre-representação dos partidos. Um sistema majoritário incentivaria o bipartidarismo visto que tende a favorecer os maiores partidos (sobre-representados), fazendo com que os pequenos partidos (sub-representados) fossem desestimulados a concorrer. Já os efeitos psicológicos referem-se ao impacto do sistema eleitoral na escolha do eleitor, posto que esse procuraria dar um “voto útil” e não desperdiçá-lo com escolhas incertas, tendendo a

⁴² Suas afirmações tornaram-se referências e status de “leis”, onde procurou traçar as regularidades que comungam na interação entre partidos e regras eleitorais, fornecendo um modelo analítico fortemente calcado sob uma perspectiva institucional. Mesmo não negligenciando outros fatores que poderiam incidir na constituição dos partidos políticos, tais como a tradição e a história, a estrutura econômica e social, as crenças religiosas e as rivalidades nacionais (DUVERGER, 1967), afirmava que o elemento fundamental era o regime eleitoral.

escolher partidos com reais chances de vitória.

Sartori (1982) busca reformular as hipóteses duvergerianas, pondo diante dos sistemas eleitorais não apenas a capacidade de “tencionar” dado sistema partidário, mas de dificultar. A tese é que sistemas de maioria simples “favoreceriam” a ascensão de regimes bipartidários, e “dificultariam” o multipartidarismo. Por sua vez um sistema proporcional favoreceria o multipartidarismo, em detrimento do dualismo partidário. A lógica dessa interação, no entanto, não seria um efeito direto⁴³ tal como preconizado por Duverger, pois as regras eleitorais por si só não poderiam produzir formatos bipartidários ou multipartidários, o que fazem é contribuir para manter um formato já pré-existente, exercendo uma influência e um efeito congelante⁴⁴.

Douglas W. Rae em *The Political Consequences of Electoral Laws* (1967) procura complexificar as formulações de Duverger centrado-se nos efeitos dos *resultados eleitorais*, que em sua visão sobrepunham a lei eleitoral. O núcleo do argumento seria a desproporcionalidade e as discrepâncias existentes entre resultados eleitorais e a distribuição de cadeiras, que de acordo com cada regimento eleitoral agiria como um efeito redutor maior ou menor sobre os sistemas partidários. A idéia de Rae é que a distribuição do poder pós-eleições promovidas pelos sistemas eleitorais seriam maiores para os partidos que obtiveram mais votos, e menores para os partidos que tiveram uma votação baixa. Essa desproporcionalidade geraria maiorias parlamentares fabricadas, pois não refletiriam o resultado das urnas em virtude da tendência à super-representação dos sistemas eleitorais.

O efeito concentração-dispersão provocado pelos resultados eleitorais na distribuição de cadeiras, variaria de acordo com a tendência dos sistemas eleitorais

⁴³ Contribuindo para as críticas das imprecisões trazidas da díade causal regras e partidos, Pippa Norris (2004) aponta que essa interação varia sob certas condições. A distribuição geográfica, por exemplo, associada ao tamanho do distrito, tal como preconizado por Rae (1967), Carey & Shugart (1995) e presença de clivagens sociais dentro de dado território, seria um dos fatores que poderia significar uma variação importante ao apoio eleitoral dos partidos, onde num quadro eleitoral regionalista peculiar poderia haver concentração de votos discrepantes com demais regiões, algo característico do caso brasileiro devido as singularidades das disputas nos sistemas sub-partidários estaduais (LIMA Jr, 1993).

⁴⁴ Sartori (1965) estipula algumas condições prévias para que dado sistema eleitoral “produza” efeitos sobre os partidos. No caso das eleições majoritárias e sua relação com o bipartidarismo a exigência seria um quadro partidário previamente estruturado e com um eleitorado que é refratário das pressões dos sistemas eleitorais. Do contrario haveria a impossibilidade se houvesse minorias raciais, lingüísticas e territoriais resistentes aos efeitos congelantes das regras eleitorais.

em maximizar ou minimizar votos. Nesse sentido Rae formula algumas proposições que tratam das vantagens e desvantagens propiciadas pelos sistemas eleitorais sobre os partidos mais fortes (com grande votação) e nos partidos menos fortes (com menor votação). Portanto a regra majoritária tenderia à concentração, pois maximizaria os votos dos partidos mais votados enquanto reduziria as votações dos menores partidos. O raciocínio inverso aplica-se ao caso da regra proporcional, onde a tendência seria a dispersão das cadeiras já que essas seriam alocadas de maneira mais proporcional, associando-se à sistemas partidários mais fracionalizados.

Um elemento novo agregado na análise de Rae, era a magnitude do distrito eleitoral, isto é o número de representantes eleitos por determinada unidade territorial (LIMA Jr, 1997). Esse item somado à fórmula eleitoral seria o fator primordial para explicar os níveis de desproporcionalidade, onde quanto maior a magnitude eleitoral, menor o desvio da proporcionalidade, e sendo assim menos concentração na alocação das cadeiras. Posto isso em distritos pequenos o número de partidos tende a ser menor, que comparado aos distritos médios e grandes, onde a desproporcionalidade seria mínima. Em resumo, a abordagem de Rae aponta que os maiores partidos ganham parcela de poder maior do que aquelas conquistadas nas urnas, e os partidos pequenos tendem ter sua parcela de votos diminuída, que variaria de acordo com a combinação da regra eleitoral com a magnitude distrital.

Para Carey & Shugart (1995) os sistemas eleitorais variariam de acordo com os incentivos para os políticos a cultivarem um “voto pessoal” ou “partidário”. A direção tomada por esses incentivos teriam implicações para a disciplina partidária, e por consequência para a própria representação. Sendo assim questionava-se qual fórmula criaria incentivos para se cultivar uma reputação pessoal em detrimento da reputação partidária. A correlação encontrada dava conta de afirmar que a combinação de representação proporcional, listas abertas e aumento da magnitude distrital fortaleceria as reputações pessoais. Já um quadro de lista fechada e de regra eleitoral majoritária o efeito seria justamente o oposto, quanto menor a magnitude do distrito, menor os incentivos à personalização do voto, aumentando a reputação partidária. O efeito da magnitude do distrito diferia em sistemas de listas abertas e lista fechada. Nos primeiros, o aumento da magnitude distrital aumentaria o incentivo para votações nos candidatos. Já nos sistemas de listas fechada, aumentando o distrito, ocorreria a diminuição das reputações pessoais, fortalecendo assim os partidos.

Considerando essas análises é sugestivo pensar que no caso do Senado brasileiro, as implicações do regime majoritário envolvam uma série de atores nele envolvidos. Com isso espera-se que as referidas causalidades advindas com a regra eleitoral, seja no sentido de tencionar, dificultar ou facilitar, reflita-se nas oportunidades dos postulantes ao Senado. Analisando os desdobramentos do regramento eleitoral, Pippa Norris (2004) aponta que as conseqüências não residem apenas no formato ou no tamanho do sistema partidário, mas também na representatividade desses principalmente na sua relação com eleitores e quadros. Na sua concepção, os efeitos diretos de concentração e dispersão do poder partidário afetariam o estabelecimento de vínculos e as escolhas do eleitorado. Num outro ponto a dupla face dos efeitos psicológicos, que não agiriam somente sobre os votantes, mas também sobre os quadros partidários causariam incentivos de encorajamento e desencorajamento para os políticos candidatarem-se ou não a determinados cargos. A tendência “inclusiva” do proporcionalismo e a “exclusão” propiciada por sistemas de *plurality* sugerem que esses agiriam enquanto inibidores ou incentivadores de candidaturas. Nesse ponto as conseqüências não resumir-se-iam a esfera competitiva entre partidos, mas adentrariam as portas partidárias servindo como referência às estratégias de campanhas.

Posto assim é presumível inferir a incidência dos sistemas eleitorais nos conflitos internos aos partidos. Nessa linha argumentativa Sartori (1982) afirma que as regras eleitorais proporcionais fomentariam a proliferação de facções intrapartidárias acentuando assim suas disputas; já os sistemas majoritários diminuiriam a concorrência, resultando numa maior coesão interna. Na mesma sintonia, Panebianco vê uma reprodução das pressões eleitorais nos partidos, pois esses agindo em função da disputa eleitoral, tenderiam a refletir no próprio interior as hierarquias dos níveis institucionais mais relevantes na disputa pelos cargos públicos (PANEBIANCO, 2005). Podendo sugerir que a estrutura de cargos e os níveis de dificuldade impostos para concorrer a determinado pleito, exige uma estratégia partidária compatível com a pressão do ambiente.

De forma geral as coerções institucionais⁴⁵, demandariam adaptação as diferentes fisionomias institucionais. Se a arena eleitoral ao qual o partido está

⁴⁵ As coerções institucionais são aqueles fatores relativamente estáveis que estruturam as arenas (os ambientes em sentido restrito) do partido, e por essa via, influenciam a organização...Por exemplo, a legislação que regula certos aspectos da vida interna dos partidos ou as leis sobre os financiamentos estatais das atividades dos partidos (PANEBIANCO, 2005).

inserido é estável, pode-se esperar uma maior coesão das linhas de autoridade partidária. Já uma arena turbulenta, tenderia a uma imprevisibilidade, ocasionando grandes dificuldades para o partido driblar as incertezas desse ambiente, com maiores tensões e divisões internas. Panebianco ainda assim adverte que haverá muitas diferenças de partido para partido na adaptação a essas coerções (PANEBIANCO, 2005), entre elas o nível de institucionalização dos partidos e a distribuição do poder organizativo. Esse item impõe a necessidade de se explorar as caixas pretas partidárias e desvendar o “nó” organizativo⁴⁶ analisando seu interior de maneira visualizar suas fisionomias internas e a forma como se organizam e canalizam as tensões institucionais. O que significa assumí-los como instâncias de conflitos e lutas, tendo suas diferenciações internas como oriundas de relações hierárquicas de poder, ocasionando a existência de grupos distintos e com interesses distintos.

A analogia weberiana dos partidos como uma “empresa de interessados”⁴⁷ remete a idéia de uma associação livre de indivíduos, que procuram obter participação política, a fim de conquistar benefícios ideais ou materiais. O caráter “livre”, no entanto não exclui para Weber a presença de um controle partidário nas mãos de um núcleo minoritário, definidor de metas, programas, recrutamento e listas de candidatos. A presença de um corte vertical e hierárquico, mantido por uma estrutura desigual de poder, reflete-se em lutas internas sobre tudo pela ocupação de cargos (WEBER, 1999) e acesso aos recursos provindo de postos públicos, que seria um elemento fundamental frente a crescente racionalização das técnicas de lutas eleitorais (WEBER, 1999). A conquista de votos e mandatos para o partido, e o controle de distribuição de empregos implicaria assim não apenas num aumento de poder ao núcleo de dirigentes, mas também as possibilidades de retribuição desses para os militantes e principalmente para o quadro funcional, na medida em que se expandiria o rol de cargos e vagas na burocracia partidária.

Robert Michels (1982) ao analisar com afinco o fenômeno da oligarquização partidária, via essa como um custo inerente frente às demandas da democracia. A necessidade de organização dos partidos enquanto meio para canalizar vontades coletivas, geraria inevitavelmente um racha no interior dos mesmos, dividindo-os

⁴⁶ Poderia se definir na forma como o poder é distribuído dentro da organização, como se reproduz, como se modificam as relações de poder e quais conseqüências organizativas (PANEBIANCO, 2005).

⁴⁷ Weber, 1999.

entre dirigentes e dirigidos. A “lei férrea da oligarquia” assim instituída, trazia em seu âmago o paradoxo weberiano da democracia, que através da expansão do sufrágio propiciou a *inclusão* de novos atores, ao mesmo tempo que fomenta sua *exclusão* frente à consolidação do “viver da política”, ou seja sua profissionalização. O aumento das franquias eleitorais assim tornaria o sucesso político e a autoconservação política inviável sem a organização, tornando-a uma condição *sine qua non* para conduzir as lutas das massas, assim como a sobrevivência de elites. O fato de não conceber democracia sem organização e essa sem oligarquização, na lógica Micheliana, estaria enraizada na incapacidade mecânica e técnica⁴⁸ dos partidos em serem geridos diretamente pelo conjunto de seus membros. O efeito direto seria a divisão vertical do trabalho partidário baseado nos princípios de especialização e tecnicização dos conhecimentos, na disponibilidade desigual de tempo dos membros e na tendência “psicológica”⁴⁹ das massas na delegação de decisões.

Para Duverger (1965) essa realidade oligárquica seria revestida de uma aparência democrática diante da necessidade dos partidos em adquirir legitimidade em contextos de apego à valores democráticos tais como eleições, participação coletiva e deliberação. Contudo salienta que a eficácia prática os impeliria a um movimento inverso, posto que do contrário não estariam bem armados para a luta política e conseqüentemente sem garantias de subsistência. Os “ossos” da competição política pressionariam a constituição de um vértice decisório de tendência autocrática, que como ponto nevrálgico emanaria as decisões e os conflitos partidários. Tendo a direção dos partidos contornos de um “circulo interior” fechado seja na forma de *camarilhas* com um tipo solidariedade pessoal estreita, ou em “equipes de direção” materializado nas burocracias partidárias, enraizado numa tendência conservadora e “autopreservativa”, avessas a renovações que não seguissem um lento *cursus honorum* para o crescimento dentro do partido.

Para contribuir nessa direção, uma referência necessária é o estudo

⁴⁸ Michels faz alusão a impossibilidade de todas as pessoas terem disponibilidade de dedicar-se permanentemente as discussões políticas e conseqüentemente as decisões coletivas. Isso por um lado ocorre pela indisponibilidade de tempo da maioria das pessoas e pela falta de conhecimento, ou saberes referentes a cada matéria ou item a ser discutido. Nesse item afirma: na maioria dos indivíduos é muito pouco desenvolvida a consciência das íntimas relações existentes entre o bem individual e o bem coletivo. A maior parte deles não tem a menor suspeita das influências e das reações que os assuntos desse organismo a que chamamos de Estado pode exercer nas suas vidas (MICHELS, 1982).

⁴⁹ Refere-se à uma certa propensão psicológica das massas em delegar decisões a algum líder, implicando na “necessidade” de chefes perante as massas.

empreendido por Ângelo Panebianco (2005), que procura desvendar o “nó” partidário detendo-se sobre a estrutura do poder organizativo. Para o autor a forma como se distribui o poder partidário difere da interpretação Micheliana, onde a relação entre líderes e seguidores seria de “mão única”, e a de Duverger para quem a força da necessidade geraria divisões. A indagação de Panebianco seria de ver como sedimentar-se-ia os laços partidários frente a um conjunto heterogêneo de atores com distintos interesses. O princípio de sua resposta encontra-se num entendimento mais complexo sobre o poder organizativo, onde:

...o poder é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se numa “negociação desequilibrada”, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação... Em outras palavras, a relação de poder entre um líder e seus seguidores deve ser concebida como uma relação de troca desigual, na qual o líder ganha mais, mas, apesar disso deve dar algo em troca (PANEBIANCO, 2005).

Com isso, apesar da força dos líderes, todos os atores envolvidos com os partidos sejam eles eleitores, militantes e quadros de carreiras, dispõem de parcelas de poder que lhes permite barganhar e contribuir para o funcionamento da organização⁵⁰, necessitando de retribuições que garantam a unidade dos laços partidários. Assim sendo a necessidade de sedimentar os vínculos do partido exigiria a distribuição de *incentivos*. Esses por um lado poderiam ser de caráter *coletivo*, como ideologias e bandeiras políticas, distribuídas principalmente para eleitores e militantes, como por outro lado de natureza *seletiva*, como recursos materiais, status, nomeação, candidaturas e poder, distribuídos principalmente para o núcleo duro do partido, constituído pelos seus carreiristas. Portanto, a consolidação de um sistema de incentivos daria a “liga” necessária e propiciaria o desenvolvimento de lealdades organizativas indispensáveis a sobrevivência da organização.

A despeito das complexas pressões internas e externas canalizadas aos partidos e aos seus quadros, a sobrevivência implica sobretudo na continuidade do partido enquanto referência nas disputas políticas. A solidificação dos partidos políticos caminha lado a lado com a própria consolidação das democracias,

⁵⁰ A idéia é que seja por meio do voto do eleitor, do apoio e da contribuição permanente do militante, da prestação de serviço contínua do burocrata, e da presença parlamentar na representação do partido pelos políticos eleitos, esses constituem-se em peças fundamentais para a manutenção do partido, portanto devendo ser constantemente incentivados a se manterem.

passando a ser sintomática de um sucesso democrático. Sem a devida compreensão dos processos de institucionalização e estabelecimento dos vínculos entre eleitores e partidos, ficaríamos diante de um vácuo na relação entre os mesmos. Faz-se necessário examinar em que medida os partidos brasileiros são entidades capazes de oferecer aos eleitores opções políticas distintas o suficiente para construir suas identidades, criar lealdade e servir como atalho no ato de votar (KINZO, 2005). O debate sobre o assunto expõe uma variedade de interpretações sobre a estabilidade dos partidos e dos sistemas partidários. Contudo, se por um lado exista concordância em relação à importância da institucionalização dos partidos para as democracias, por outro há uma completa divergência em sua definição e identificação dos seus fatores causais.

Uma referência necessária, ainda que pouco satisfatória, é apresentada por Sartori em *Partidos e Sistemas Partidários* (1982). Sua análise sobre sistemas partidários, definidos a partir do número de partidos e do grau de polarização ideológica⁵¹, aponta a institucionalização partidária, ou “consolidação”⁵², como uma variável dicotômica que distinguiria sistemas partidários institucionalizados de não-institucionalizados. Tal dualidade, entretanto impõe importantes dificuldades analíticas na medida em que demarca rigidamente o que é, e o que não é institucionalizado. Fortalecendo essa crítica Mainwaring e Torcal (2005) afirmam que uma classificação dos sistemas partidários baseada no número de partidos e no nível de polarização negligencia diferenças substanciais no grau de institucionalização, o que limitaria a compreensão das diferenças entre os sistemas partidários e dos fatores que competem para diferenciá-los.

Analisando o caso brasileiro⁵³ e posteriormente os sistemas partidários após a terceira onda de democratização⁵⁴, Scott Mainwaring defende a institucionalização como um *continuum*, variando em níveis ou graus, na forma de um processo na qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita (MAINWARING, 2001). Implicando numa noção aberta, cujo processo que institucionaliza pode também desinstitucionalizar, não sendo assim unidirecional e teleológico.

⁵¹ Com base no número de partidos e na posição ideológica desses Sartori classifica três tipos de sistemas partidários: Bipartidarismo, Pluralismo Moderado e o Pluralismo exarcebado.

⁵² O autor prefere utilizar o termo “consolidação” ao invés de “institucionalização”.

⁵³ Mainwaring, 1999.

⁵⁴ Mainwaring & Torcal, 2005.

A proposta de Mainwaring envolve o dimensionamento da institucionalização dos sistemas partidários em quatro níveis: i) Estabilidade e regularidade nos padrões de competição eleitoral; ii) Enraizamento social, ou estabilidade nos vínculos entre partidos e cidadão; iii) Reconhecimento e legitimidade dos atores políticos para com os partidos e por fim; iv) Insubordinação e independência dos partidos em relação aos seus líderes.

Como alternativa a noção de "sistemas partidários", pode conceber-se fatores que contribuem para que um partido, individualmente, se institucionalize. Nesse caso cada organização partidária seria uma unidade de análise, o que implicaria numa idéia de institucionalização específica, onde um partido tenha desenvolvido uma trajetória no tempo e de alguma maneira se estabelecido em um cenário político compartilhado com outros atores políticos (TAROUCO, 2006).

Tomando os partidos individualmente como unidade de análise, Kenneth Janda define a institucionalização partidária como a medida que um partido é reificado na opinião pública, que exista como uma organização para além dos seus líderes momentâneos, avaliados enquanto exerçam padrões regulares de comportamento (JANDA, 1993). A ênfase na reificação pública e na "despersonalização" partidária, aproximaria essa definição à terceira e a quarta dimensão de Mainwaring, cujos fatores são exógenos as organizações partidárias, que os confeririam maior ou menor legitimidade.

Panbianco (2005) além de tomar individualmente os partidos, acrescenta a variável tempo como significativa para entender sua institucionalização, pois essa é vista como um *processo*, onde verifica-se um salto de qualidade motivado pela passagem da *fase genética*⁵⁵ do partido, em que esse é apenas um instrumento para suas bases, para um momento que a organização adquire valor em si, perdendo pouco a pouco seu caráter instrumental passando a priorizar sua sobrevivência. A consolidação desse processo envolveria o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização, e também o desenvolvimento de lealdades, que passaria necessariamente pela distribuição de incentivos.

Numa aproximação à Mainwaring, Panbianco considerava que a institucionalização sofreria variação em níveis ou graus, diferente de partido para partido, que dependeria por um lado, da história organizativa (modelo originário) do

⁵⁵ Etapa de surgimento do partido onde se elaboram as metas ideológicas e bandeiras políticas, e selecionam sua base social, ou seu "território de caça".

partido, da forma do seu desenvolvimento, se por penetração ou difusão territorial; da presença ou não de uma instituição externa patrocinadora e do caráter carismático ou não na formação partidária. Por outro lado, também as relações que ele estabelece com os seus inconstantes ambientes externos e internos, indicado pelo grau de autonomia, isto é controle sobre o ambiente, pelo grau de sistematicidade e de interdependência entre as diversas partes da organização, seriam fatores explicativos que conjugados incrementariam diferentes níveis de institucionalização, o que por sua vez geraria instituições fortes ou fracas.

Em uma abordagem semelhante, Steven Levitsky (2003) insere os partidos num conjunto de pressões que exige adequação a elas como condição de sobrevivência. A institucionalização teria a feição de um processo adaptativo as demandas ambientais impostas ao partido, podendo ser visualizada a partir da estabilidade eleitoral, ou seja presença sucessiva nas disputas políticas, e da rotinização e burocratização dos procedimentos internos. Sob essa ótica a permanência partidária passa a ser sintomática para a estabilidade, sobretudo na condição de promotores de representação. Em convergência a essa idéia Rosie & Mackie (1988) defendem que a institucionalização partidária seria um processo temporal e longitudinal, constituindo-se numa condição para a sobrevivência ou desaparecimento de partidos. Para esses autores a permanência de uma organização partidária dependeria sobretudo de sua presença em eleições, indicada por uma organização permanente nos pleitos em nível nacional, a apresentação de candidaturas e a permanência sucessiva em disputas eleitorais.

Detendo-se sobre o caso brasileiro, Gabriela Tarouco (2006) aponta as defecções do sobre-dimensionamento de Mainwaring e sua aplicabilidade aos partidos nacionais. A primeira objeção refere-se a uma premissa que comunga a idéia que sistemas partidários fluídos ou débeis, gerariam partidos não institucionalizados. Para Tarouco ainda que o sistema brasileiro não apresente um enraizamento sólido na sociedade, não significa necessariamente que os partidos tomados individualmente sejam frágeis. Para que não se chegue a essa constatação a autora reafirma a necessidade de desagregação da idéia de sistema para então tomar os partidos enquanto unidade de análise.

Tomando apenas o item “enraizamento social” não restariam dúvidas da incipiência e fragilidade dos partidos brasileiros. Pesquisas que mensuram a identificação e as preferências dos eleitores brasileiros para com os partidos são

categóricas ao afirmar o baixo nível de lealdade e instabilidade nos laços que os unem⁵⁶, o número decrescente de eleitores identificados com algum partido político⁵⁷ e, até mesmo, a perda de identidade partidária e avaliação negativa dos partidos⁵⁸. Para Scott Mainwaring a fragilidade dos laços partidários na sociedade brasileira se dá pelo fato de não serem os partidos brasileiros estruturados a partir de clivagens sociais como ocorrera no contexto europeu, ao moldes de Lipset & Rokkan (1993). No Brasil ao contrário, mesmo com suas heterogeneidades essas nunca se reproduziram em termos de luta política, consolidando um sistema partidário descontínuo e construindo de cima para baixo pelas elites estatais (MAINWARING, 2001).

Seria possível partidos sem vínculos sociais e avaliados negativamente serem estáveis? Restringindo-se a dimensão estabilidade eleitoral, sim. Tarouco (2006) aponta ser possível identificar indícios de estabilização dos partidos brasileiros, principalmente no que se refere a presença eleitoral. A identificação de uma baixa penetração social dos partidos, mesmo que essa seja significativa para a qualidade democrática, nessa linha argumentativa, não implica que os padrões de competição eleitoral não apresentem regularidade. Pesquisas nessa direção mostram uma relativa estabilização da competição entre os partidos brasileiros reforçada pelo contínuo declínio das taxas de volatilidade eleitoral, nos diferentes pleitos e em eleições consecutivas, podendo falar em um processo de consolidação do quadro partidário brasileiro (FERREIRA & BATISTA & STABILE, 2008).

Analisando a presença dos partidos nas disputas eleitorais, tanto na oferta de candidatos, na ocupação de postos públicos e na distribuição dos votos, vislumbramos um cenário contrário ao de uma intensa volatilidade, desaparecimento de partidos e variação da votação partidária conforme a migração dos seus correligionários. Numa conclusão mais parcimoniosa, Tarouco assim avalia ser mais informativo dizer que um determinado sistema partidário esteja razoavelmente estabilizado apesar de pouco arraigado, em vez de dizer que ele está institucionalizado em uma dimensão e não em outra, produzindo um índice agregado de difícil interpretação. No caso específico do Brasil, esta redução do conceito provavelmente produziria um retrato mais acurado do sistema partidário (TAROUCO,

⁵⁶ Kinzo, 2005.

⁵⁷ Carreirão & Kinzo, 2004.

⁵⁸ Veiga, 2007.

2006). Em sintonia com esse recorte o trabalho assumirá essa perspectiva e seu potencial explicativo para as carreiras.

1.3 O que fica?

Nesse capítulo primeiramente a idéia foi a de associar a carreira política a uma forma peculiar de fazer política, a profissional. Compreender o processo de formação da política como profissão, de suas exigências e as rotas que levam à seu ingresso e sua manutenção permitem ver as carreiras enquanto um processo, e não uma posição social distinta, instituída e invariável presente na idéia de "elites". O segundo passo foi expor as explicações para que se siga determinado tipo de carreira. Em que pese à variedade de fatores convergentes, a orientação desse trabalho assumirá que as regras e o mercado eleitoral assim como os partidos políticos, serão elementos explicativos fundamentais.

A segunda parte desse capítulo tratou justamente de examinar na literatura as lógicas existentes na relação entre regras e partidos. A amplitude da discussão poderia ser resumida nas conseqüências "inclusivas" dos sistemas eleitorais proporcionais, opondo-se a tendência "exclusiva" da regra tipo *plurality*. Trazendo o raciocínio para o Senado brasileiro, o objetivo era mostrar as elevadas exigências eleitorais para a ocupação da vaga, que de certa forma sugere inferências sobre os efeitos na orientação estratégica do partido nesse tipo de pleito. Para sistematizar o argumento foi necessário expor o quanto a estabilidade partidária de um lado e sua organização interna são significativas. O pressuposto era que por se tratar de uma organização complexa, haveria nos partidos uma multiplicidade de interesses em disputa, que para superá-los necessitaria por parte dos políticos posse de determinado capital, para inclusive pleitear recursos de poder, no caso aqui a candidatura ao Senado.

Capítulo 2

Senado: uma radiografia

Esse capítulo, num primeiro momento analisará o *background* político dos senadores no que tange ao tempo de carreira pública, cargos prévios e vínculos partidários, tanto em termos de filiação, ideologia e migração. O objetivo inicial será verificar a permeabilidade política do Senado, procurando ver incidência de algum padrão significativo que singularize senadores. Num segundo momento o foco passa a ser as trajetórias políticas, com a meta de mapear os caminhos que levam até a câmara alta. A finalidade desse item é testar hipóteses que tratam de caracterizar os senadores como políticos experimentados e com longa carreira pública, assim como um possível caráter mais conservador, sob o ponto de vista ideológico. Por consequência será possível visualizar a posição estrutural do Senado na hierarquia de cargos eletivos brasileiros, pois tornarão claras as vias de acesso que levam um político até a casa, como também as opções de continuidade na carreira e nos investimentos em outros cargos públicos.

2.1 Veteranos e (ou) novatos?

Quem são os senadores? São políticos distintos dos demais? Por mais simplistas que possam parecer essas perguntas, as mesmas por muito tempo foram desnecessárias de serem respondidas, já que a condição de "senador" historicamente carregava em si a resposta. Desde as primeiras manifestações da presença de um Senado, seja na forma de um conselho de anciãos ou da *boulé* grega, essa instituição tinha como característica intrínseca em sua composição figuras de homens experientes e com uma posição política e social destacada. A própria erupção da democracia representativa no século XVII não eliminou esse padrão⁵⁹, forjando assim uma imagem de senador delimitada em termos políticos, etários, de gênero e rendas.

Mesmo levando em conta as reconhecidas mudanças na dinâmica de

⁵⁹ Duverger, 1975.

seleção das elites políticas imposta pela democracia, dois caminhos se desenham: O primeiro poderia atestar rupturas significativas incrementadas pelo jogo democrático, tornando o Senado mais permeável à heterogeneidade política; o outro ao contrário se caracterizaria pela continuidade de um grupo político distinto. Na primeira direção teríamos um Senado mais heterogêneo politicamente, onde ocorreria a manifestação de uma pluralidade seja em termos de renovação partidária ou de políticos. Num caminho distinto seria a presença daquilo que o Senado traz consigo em sua faceta mais tradicional, ou seja, homens com distinção política e social, vasta experiência, vivenciadas em grupos partidários mais concisos. Essa retratação do Senador vincula-se a própria posição política da casa. A maior dificuldade de conquistar a vaga, o menor número de membros e a segurança de um mandato longo, presume uma triagem rigorosa ao seu acesso. Assim compreender como o Senado se apresenta aos postulantes a suas cadeiras nos tornará conhecedor dos próprios senadores.

Tabela 1: composição partidária do Senado (%)

Partido	Ano da eleição					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
PMDB	25,8	27,8	44,4	18,5	14,8	25,4
DEM (PFL)	25,8	22,2	18,5	25,9	22,2	23,3
PSDB	3,2	16,7	14,8	13,0	18,5	13,5
PT	3,2	7,4	11,1	18,5	7,4	10,4
PTB	12,9	3,7	-	3,7	11,1	5,7
PP	3,2	11,1	7,4	-	3,7	5,2
PDT	3,2	5,6	-	7,4	3,7	4,7
PPS	-	3,7	-	7,4	7,4	4,1
PR (PL/PRONA)	-	1,9	-	3,7	3,7	2,1
PRN	6,5	-	-	-	-	1,0
PDC	6,5	-	-	-	-	1,0
PDS	6,5	-	-	-	-	1,0
PC do B	-	-	-	-	3,7	0,5
PSB	-	-	3,7	-	-	0,5
PMN	3,2	-	-	-	-	0,5
PRTB	-	-	-	-	3,7	0,5
PSD	-	-	-	1,9	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSE

Sob o ponto de vista partidário, o Senado brasileiro não deixa de reproduzir certas peculiaridades do sistema partidário nacional. A exacerbada presença de legendas manifesta-se num total de dezessete partidos que já conquistaram ao menos uma cadeira ao longo do período⁶⁰. A despeito desse quadro, que reproduz o multipartidarismo brasileiro, é nítida na tabela 1 a inconstância de determinados partidos de uma eleição para outra. Conforme aponta a tabela, com exceção do PMDB, DEM (PFL), PSDB e PT, a despeito de suas oscilações, grande parte das demais legendas fica restrita a uma única eleição. Nesse caso inclui-se partidos como PRN, PDC, PDS, PC do B, PSB, PMN, PRTB e PSD, que eventualmente elegeram um ou no máximo dois senadores. Numa faixa intermediária estariam o PTB, PP, PDT, PPS e PR⁶¹, com presença baixa ainda que freqüente. Com relação às quatro principais legendas - PMDB, DEM, PSDB e PT – destaque para a relativa estabilidade do DEM, a leve queda do PMDB, principalmente nas duas últimas eleições, o crescimento longitudinal do PSDB e a inconstância do PT, que deu sinais de crescimento, mas ainda carece de confirmação.

A oscilação das legendas indica uma diferença essencial que distingue o total de partidos que conquistaram vaga e os partidos que são relevantes ou efetivos. O cálculo do número efetivo de partidos permitirá uma distribuição mais concisa das forças partidárias e também a fracionalização dela decorrente. Com isso, quanto maior o número de partidos relevantes, mais fracionalizada será a casa. Nesses termos a significativa presença de partidos no Senado pode ser minimizada se calculado o NEP ($N = 1/\sum si^2$) da forma proposta por Laakso e Taagepera (1979), assim como a fracionalização (F) ($F = 1 - \sum si^2$) de Rae e Taylor (1970) conforme tabela 2.

Tabela 2: Número Efetivo de Partidos e Fracionalização Partidária do Senado

Indicies	Ano da eleição				
	1990	1994	1998	2002	2006
NEP	5,97	5,61	3,66	6,00	7,36
F	0,83	0,82	0,73	0,83	0,86

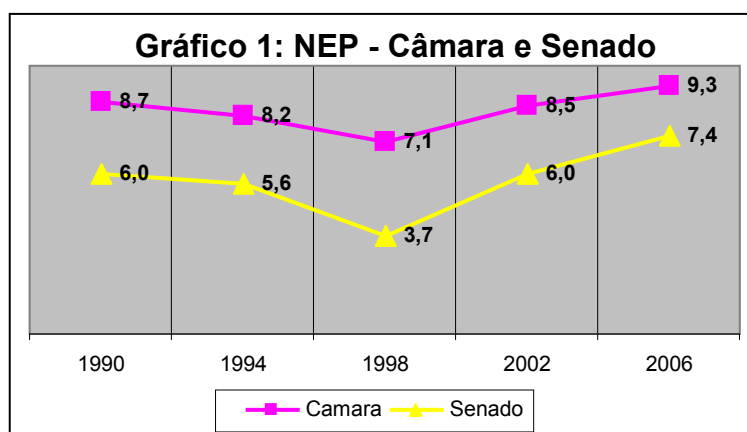
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral

Nota-se que a presença de partidos no Senado é alta, e por conseqüência a

⁶⁰ Partidos nas quais os senadores foram eleitos, desconsiderando nesse momento as migrações posteriores.

⁶¹ Fruto da fusão do PRONA e PL em 2006.

própria fracionalização da casa. Com exceção da eleição de 1998 com 3,66 partidos, os demais pleitos ficaram com NEP entre 5,61 e 7,36. Considerando as já mencionadas restrições eleitorais impostas a ocupação de uma vaga ao Senado, balizadas pelo menor número de vagas e pela eleição majoritária, era de se esperar que esse quadro fosse menos exacerbado. Entretanto comparando com os números da Câmara dos Deputados, composta por 513 membros e com eleição proporcional, fica evidente no Senado o efeito redutor provocado pelo tamanho da casa e por sua regra eleitoral. O gráfico 1 compara o NEP da Câmara dos Deputados e do Senado entre 1990 e 2006, onde fica explícita a composição mais heterogênea e fracionalizada da câmara baixa. Outra importante inferência é que os fenômenos oscilatórios deram contornos semelhantes em ambas as casas, com curvas relativamente estáveis entre 1990 e 1994, uma queda em 1998 o crescimento da participação de partidos a partir de 2002.



Fonte: Senado Federal e TSE

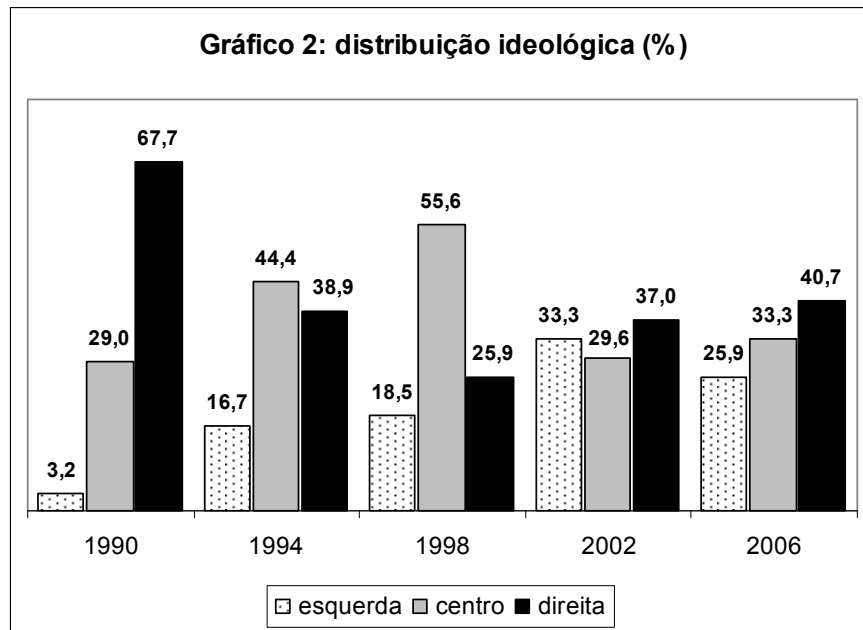
A inserção partidária em cada casa reflete assim a dificuldade imposta à conquista de uma vaga. Nesse sentido, a conseqüente menor fracionalização da câmara alta, indica uma maior exclusão imposta a participação de partidos, sinalizando uma casa mais restritiva e fechada que a Câmara dos Deputados. A suposição duvergeriana serve de explicação para o efeito redutor imposto pela eleição majoritária. Ainda que as diferenças entre as duas casas não reproduzam as dualidades correlatas entre eleição majoritária e proporcional, traduzidas nas díades "bi" e "multipartidarismo", a diminuição e a maior impermeabilidade partidária implicou numa variação do quadro multipartidário do país.

A "redução" encontrada no Senado aponta um estreitamento do leque

partidário. Com efeito, a proposição de Rae de que as dificuldades de acessos maximizam os mais fortes e enfraquecem os mais fracos, aliado às discrepâncias entre as câmaras altas e baixas, dispõe uma maior predisposição da primeira em não ser sensível a penetrabilidade partidária. O efeito propiciado direciona para uma maior aversão ao fomento de modificações, e uma maior tendência à manutenção de um quadro mais restritivo. A tendência a conservação partidária, em tese, acentuaria a relevância partidária na oferta de candidatos ao Senado. Contudo a ausência de estabilidade do NEP no Senado não autoriza conclusões definitivas, haja vista, por exemplo, a grande variação entre 1998 e 2006. Assim, se o regramento majoritário comprimiu o número de partidos em relação a CD, esse não se apresenta como justificativa para a variação longitudinal encontrada no próprio Senado.

O efeito encontrado com os partidos, presumivelmente se refletiria na distribuição ideológica, e junto a isso a suposição que associa senados a uma matriz política mais conservadora. Essa visão "negativa", segundo Backes (2008), tende a ver a câmara alta como sendo um recinto de partidos conservadores ou de direita. Assim partidos ou políticos de direita teriam uma presença mais marcante do que partidos de esquerda. Tentando verificar essa hipótese o trabalho distribuiu os partidos nos três blocos ideológicos da seguinte forma: considera-se direita, o PTB, PP, DEM, PR (PL/PRONA), PDC, PRN, PSD, PRTB, PMN e PDC. No centro estão o PMDB e PSDB. E na esquerda o PT, PDT, PC do B, PSB e PPS⁶². Disposto dessa maneira verificou-se, no gráfico 2, a presença de cada grupo ideológico ao longo do tempo na seguinte forma:

⁶² Conforme classificação de Marengo dos Santos & Serna (2007) e Rodrigues (2002).

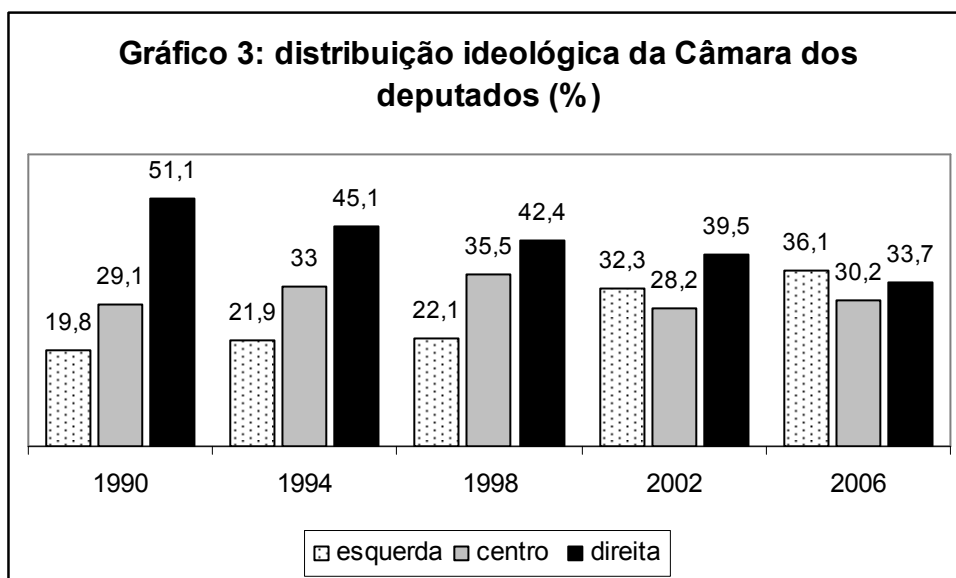


Fonte: Senado Federal

Mesmo considerando certo “dessengessamento” partidário ocorrido de maneira gradativa após fim do período militar, torna-se claro principalmente em 1990 resquícios da forte presença de partidos de direita e centro. A partir de 1994 as diferenças ideológicas passam a ganhar contornos mais visíveis. Com relação aos partidos de direita que ocuparam no total 41,5% das vagas no Senado, seguido por 37,8% do centro e 20,7% da esquerda, constituí o grupo de maior presença, que a despeito de suas oscilações atingiu um patamar inferior a 37% somente na eleição de 1998. O centro possui um desempenho ainda mais oscilante no curso das cinco eleições, ainda que marque presença de maneira forte. E a esquerda, mesmo sendo o grupo ideológico minoritário, é a única que claramente ascende em sua trajetória, tendo seu pico de 33,3% em 2002.

Um comparativo com a Câmara dos Deputados serve para corroborar uma propensão mais “conservadora” do Senado. Analisando a distribuição ideológica da câmara baixa, para o mesmo período, nota-se um quadro mais equânime condizente com o caráter mais inclusivo dessa. Outro traço distintivo é o processo mais rápido de ascensão de forças de esquerda, e diminuição de espaços dos partidos de direita e centro. No gráfico 3 os três blocos ideológicos nas cinco eleições estudadas demonstram movimentos estáveis, porém em direções distintas. Para a direita, oposto ao caso do Senado, ocorre um franco declínio após 1990 quando contava com 51,1% das cadeiras, caindo continuamente até os 33,7% em 2006. O centro

a característica é relativa estabilidade, com movimentos oscilantes que, no entanto não assumem direção de queda ou crescimento. Já a esquerda passa por um crescimento progressivo saindo de 19,8% em 1990 para ser o maior bloco ideológico em 2006 com 36,1%. Esse comparativo permite inferir três aspectos. Primeiro que em ambas as casas as forças de esquerda gradativamente ganham espaços. Segundo que esse processo encontra maiores obstáculos no Senado do que na Câmara. E por conseguinte confirma a maior predisposição da câmara baixa à renovação e circularidade.



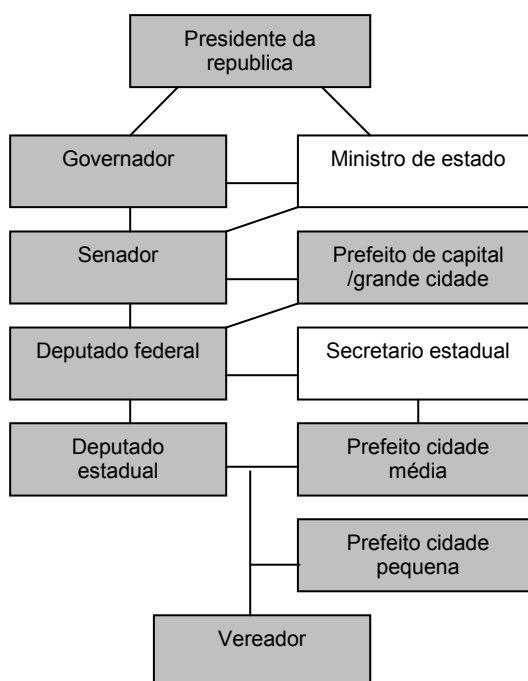
Fonte: Câmara dos Deputados e TSE.

Sob o ponto de vista partidário, mesmo aceitando a redução do número de partidos, o Senado não deixou de absorver os sintomas do multipartidarismo brasileiro. Posto isso, por mais que se considere a tendência de exclusão da casa, essa não implicou que não houvesse ingressos de partidos com menor expressão, e sim apenas uma redução. Já a disposição ideológica, em que pese a maior presença da direita e do centro, há de considerar o ingresso e o crescimento da participação da esquerda. Aparentemente a predisposição à "conservação" fora contrabalanceada por sinais de uma relativa pluralidade em crescimento. Remetendo essa idéia aos senadores, seria possível predizer que o mesmo ocorre com relação ao seu perfil político?

A busca de respostas passa impreterivelmente pelo entendimento do que representa o cargo de senador na política brasileira. Colaborando para essa investigação, Miguel (2003) de maneira "intuitiva" esquematiza na figura 1 uma

disposição prévia dos cargos políticos mais relevantes do país. A estrutura de carreiras apresentada tem em sua base o cargo de vereador e no topo o de presidente da república. A verticalização de uma ponta a outra evidencia uma hierarquia dos cargos posicionados de acordo com a força e relevância no sistema político nacional. Posto assim a estrutura de carreiras sugere uma lógica que corrobora a intuição do autor, se vista a partir das vantagens, custos e obstáculos para se ocupar cada cargo. Dessa maneira os mesmos são hierarquizados conforme os poderes que oferecem assim como as dificuldades que impõe a quem deseja ocupá-lo. A posição de cada um explica-se quando analisadas a visibilidade pública oferecida pelo cargo, os ganhos materiais, notoriedade e a possibilidade de maximizar capital político e reinvesti-lo na carreira. Por outro lado, em proporção aos ganhos, encontram-se os custos, que poderiam ser medidos pela demanda pública e eleitoral, refletida na votação necessária ao êxito, pelo reconhecimento intrapartidário e também por aspectos institucionais, tais como regra eleitoral, número de vagas etc.

Figura 1: Estrutura da carreira política no Brasil



Nota: as caixas cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular

Fonte: Miguel (2003)

Nota-se como conseqüência disso, alguns cortes que se sobressaem, entre

os quais: cargos executivos e legislativos; municipais, estaduais e federais; eleição majoritária e proporcional. Tendo os cargos executivos uma maior notoriedade, por tratar-se de um cargo “único” e com grande publicidade pessoal, e os legislativos como um espaço de “socialização” da elite política, potencializando o reconhecimento intra-pares (MIGUEL, 2003). Com relação aos níveis da federação, permite-se medir o alcance territorial do cargo, e por consequência a repercussão pública de cada. Por fim, a regra eleitoral e as vantagens e desvantagens que demandam, seja pela maior “inclusão” da representação proporcional ou pela “exclusão” da regra majoritária.

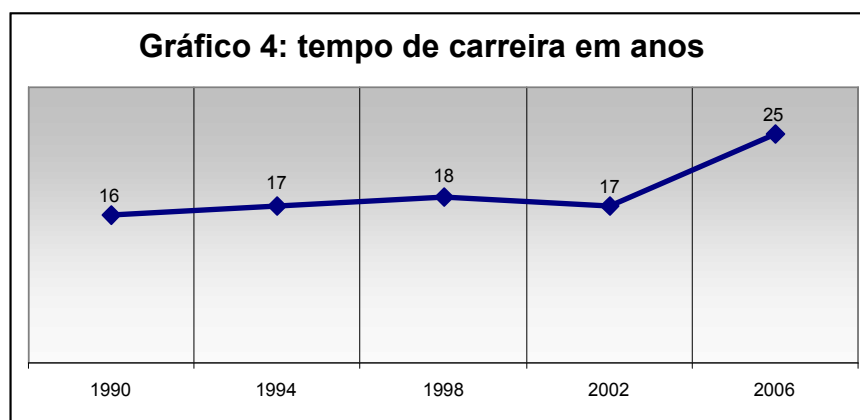
Conjugados e sobrepostos esses itens nota-se a posição destacada que ocupa o Senado, justificada pelo longo mandato, número reduzido de pares, menor custo de produção e ação legislativa⁶³, além das já referidas dificuldades ao acesso, o que a torna objeto de cobiça de muitos políticos. Considerando esse posicionamento, é esperado rotas de ingresso mais extensas que exijam dos seus ocupantes uma experiência política prévia considerável, assim como o devido reconhecimento intra-pares, principalmente dentro dos partidos. Em estando essa suposição correta é lógica a expectativa de encontrar no Senado brasileiro políticos com uma alta *seniority* política e partidária, ou ao menos uma delas. O que por sua vez faria jus a filtragem da estrutura de oportunidade provinda da vaga ao Senado.

A mensuração dessa sugestão requer o levantamento de dois importantes indicadores: tempo de carreira e tempo de filiação partidária. Verificar o tempo de atuação do político possibilita dimensionar o rol de relações firmadas, potencial de negociação e compromissos, habilidades e conhecimentos desenvolvidos na atividade parlamentar e no treinamento político (MARENCO DOS SANTOS, 2000). O mesmo raciocínio impõe-se ao tempo de filiação no partido. Delinear o tempo de vinculação com determinada legenda indica o grau de vinculação e coesão desses, da mesma forma sugere o quanto dos investimentos realizados na carreira política foi forjado no partido ao qual está filiado.

O levantamento do tempo de carreira fora realizado levando em conta o primeiro cargo público conquistado pelo político e o tempo transcorrido até a ocupação da vaga no Senado. A opção metodológica assumida no trabalho considerou tanto os cargos eletivos como os postos assumidos na administração pública, pastas ministeriais, secretarias municipais e estaduais, para quantificar

⁶³ Emendas, projetos de leis, requerimentos, discursos etc.

temporalmente a experiência política. Extraindo as médias de tempo dos senadores eleitos obtiveram-se no gráfico 4 os seguintes resultados:



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Os dados indicam que o conjunto dos senadores estudados apresenta médias de experiência política consideráveis. Desde 1990, a média era de 16 anos, a seqüência das eleições apontam na direção da consolidação de uma alta *seniority* política. O incremento cada vez maior de políticos experientes mostra-se crescente, com exceção da eleição de 2002, que após o aumento de 1994 e 1998 com 17 e 18 respectivamente, decaiu para 17 retomando a curva ascendente em 2006 com o pico de 25 anos de experiência. Previamente duas constatações são viáveis. A primeira viria a corroborar a expectativa de ser o Senado um recinto de políticos experientes. Num segundo momento é possível afirmar que esse processo gradativamente se consolida com o decurso de novas eleições.

Se por um lado encontramos evidências a favor da idéia de um Senado “experimentado”, em termos de longevidade política, seria possível afirmar que a casa constitui-se apenas por políticos com essa envergadura? Nesse caso as filtragens de acesso a casa não forneceriam “brechas” para o ingresso de políticos com menor bagagem política? E se fornece o ingresso desses constitui-se em exceções ou com alguma continuidade representativa?

A utilização de médias a despeito de sua utilidade pode trazer significativas distorções. Assim por exemplo se somássemos os tempos de carreira e extraíssemos a média dos senadores Jose Sarney (PMDB) e Kátia Abreu (DEM) em 2006, teríamos 60 anos, com a média de 30, tendo, contudo o primeiro sozinho possuindo 52 anos de carreira e a segunda apenas 8 anos. Uma saída metodológica objetivando minimizar possíveis distorções passa ser a estratificação do tempo de

carreira em categorias. A ponderação escolhida, como qualquer outra, não está plenamente livre da aleatoriedade dos cortes empíricos. A classificação procurou desagregar os dados em faixas de oito anos, que ligeiramente reproduz o tempo de duas eleições ou dois cargos públicos seqüenciais. Assim dividiu-se o tempo de carreira em quatro grupos como exposto na tabela abaixo:

Tabela 3: Anos de carreira desagregado (%)

anos de carreira	ano da eleição					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
0 a 8 anos	35,5	29,6	33,3	18,5	14,8	25,9
9 a 16 anos	12,9	29,6	29,6	46,3	14,8	29,5
17 a 24 anos	32,3	13,0	7,4	22,2	29,6	20,2
25 ou mais	19,4	27,8	29,6	13,0	40,7	24,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A nova disposição acentua as heterogeneidades oriundas da bagagem dos senadores fornecendo um quadro mais flexível que permite a captação de tendências outrora não evidenciadas. A faixa de políticos que ingressam no Senado com experiência prévia entre 0 e 8 anos engloba tanto os iniciantes quanto aqueles com uma carreira incipiente. Apesar de a primeira vista presumir-se tratar-se de um contingente inexpressivo, a presença de senadores com esse perfil não se apresenta irrelevante ou residual. Entre os anos de 1990 e 2006 o percentual de senadores nessa categoria oscilou de 35,5% a 14,8%. O alto percentual de senadores com baixa experiência em 1990 contrastava com os de vasta experiência, o que de certa maneira refletia o quadro de uma classe política ainda em processo de formação. As eleições posteriores apontam na direção de uma diminuição de espaços para ingressantes cujas carreiras estão em maturação. Contudo entre 1990 a 1998 manteve-se um alto patamar nunca inferior aos 29,6%, sendo negligente considerar como um fenômeno desviante.

Num nível acima estão os senadores com 9 a 16 anos de carreira. Nessa faixa observa-se um crescimento de 12,9% para 46,3% entre 1990 a 2002, com a posterior queda abrupta em 2006 para 14,8%. A derrocada na última eleição, contudo não permite concluir sua diminuição, visto que mantém com presença importante. E por tratar-se de um grupo com tempo de carreira de médio para alta, configuram-se como intermediários e passíveis de absorver mais políticos na medida

em que avança a consolidação partidária e eleitoral do país. Já as duas últimas faixas representariam grupos de senadores com experiência política compatível com a tradicional imagem do Senado. Tanto os senadores entre 17 a 24 anos de carreira ou aqueles acima de 24, compreende um universo com vasto acúmulo de capital político, na qual a experiência perpassa o conjunto das cinco eleições analisadas. Na faixa de 17 a 24 anos de carreira nota-se um início de forte presença em 1990 com 32,3%, seguido de uma queda para 7,4% em 1998 e a posterior retomada de 29,6% em 2006. Já os "antigos", com carreira de 24 anos ou mais, possuem uma média de 24,4% do total, e com uma curva que ascende a exceção de 2002.

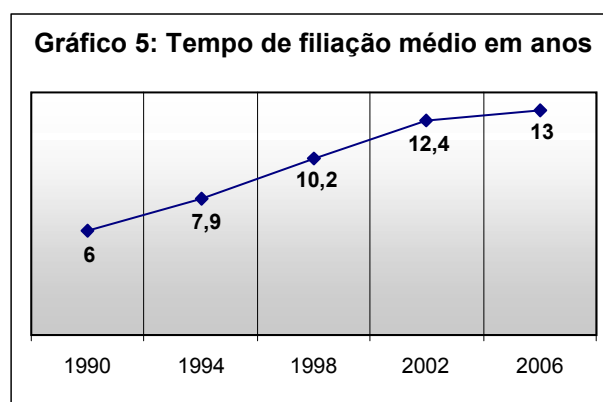
O quadro descrito aponta um conjunto de senadores, que longe de ser homogêneo, com traços indicativos de permeabilidade no que se refere aos seus filtros de acesso. Os movimentos num plano geral se direcionam para a solidificação de políticos com carreiras mais longas, visto a direção assumida pelas diferentes curvas de tempo. Entretanto salienta-se que diferente do que poderia se presumir, o Senado mesmo apresentando um tipo médio de senador experiente, aponta cortes sugestivos para uma maior problematização com relação ao perfil dos seus componentes. Por assim ser a lógica que vincula o acesso ao Senado à exigência de alta *seniority* política encontra vazamentos cujas raízes carecem de investigação.

Com relação à filiação partidária, essa indicará importantes pistas referentes aos perfis dos senadores, a rotas escolhidas por esses e o investimento partidário despendido na carreira. Com essa premissa um rastreamento dos vínculos partidários firmados pelos parlamentares ao longo de suas carreiras permite estimar a durabilidade e consistência dos laços de lealdade intrapartidários (MARENCO DOS SANTOS, 2001), conseqüentemente servirá para mapear a simbiose ou não da carreira política com a partidária. Se essa for constituída junto ao partido, nesse caso teríamos vínculos coesos, com maior fidelidade, longo tempo de filiação com a carreira política e partidária se confundindo. De outra forma, os senadores com vinculações mais oscilantes e frágeis não teriam o investimento numa carreira partidária sólida como fonte de fomento para seu capital, expressado por muitas filiações, ou tempo de filiação partidária baixo.

Se referente ao tempo de carreira no Senado, apriori poder-se-ia esperar políticos com carreiras longas, o que pode ser dito a respeito da filiação partidária? A julgar a idealização daquilo que se considera nocivo ou "ideal" na atuação política, a filiação partidária não se isenta de ser objeto desse debate. Em tal situação

entende-se que tanto a “infidelidade” como a constante migração partidária seriam sintomáticas de fragilidade política, institucional e partidária do país⁶⁴, reforçando assim o individualismo, o fisiologismo e tornando-se um dos itens que mais demandariam “urgência” na agenda reformista. Paralelo à pressuposição da existência de carreiras estáveis e políticos experientes, no Senado haveria a expectativa que isso não se reproduzisse em relação aos vínculos dos senadores com seus partidos. Ou seja, que na câmara alta os fenômenos de inúmeras filiações e migrações partidárias não houvesse incidência importante.

Procurando medir esse indicador para o Senado, o gráfico 5 elencou o tempo de filiação média dos senadores⁶⁵. No decorrer das cinco eleições estudadas percebe-se um movimento ascendente. Levando em conta que na eleição de 1990 o sistema partidário ainda estava em consolidação e por consequência os vínculos dos políticos seriam frágeis, não é de se surpreender com a média de 6 anos de filiação. Contudo no decorrer das demais eleições observa-se um aumento da vinculação partidária média dos senadores, que sobe para 7,9 em 1994, 10,2 em 1998, 12,4 em 2002 e 13 anos em 2006.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A primeira vista pode se afirmar que o tempo médio de vinculação dos senadores com os partidos confirma a expectativa. E o aumento longitudinal aponta para a solidificação de laços partidários mais duradouros. Esse aspecto corroboraria a outra expectativa para com os senadores, que pela longa experiência política não seriam permeáveis a flutuações partidárias e sim a vínculos mais sólidos.

⁶⁴ Mainwaring, 2001; Ames, 2003.

⁶⁵ Considera-se migração apenas as mudanças partidárias no mesmo sistema político, sendo assim, por exemplo, políticos que saíram do MDB e ARENA, “migrando” respectivamente para o PMDB e PDS considerará como apenas uma filiação.

Entretanto para não incorreremos aos mesmos riscos existentes para o tempo de carreira, a alternativa da estratificação servirá para o fornecimento de contornos mais nítidos dos vínculos partidários.

A tabela 4 aponta que na contramão da previsão de vínculos partidários sólidos, manifestam-se tendências que evidenciam senadores com tempos de filiação mais curtos. A variedade de trajetórias políticas de certa forma reflete os diferentes níveis de tempo de carreiras anteriormente mencionados, o que permite supor que a absorção do Senado não necessariamente contempla políticos com vida partidária pregressa longa e exclusiva. Na eleição de 1990, considerada uma eleição de transição, a esperada baixa vinculação da classe política com os partidos se faz presente quando 68,9% dos senadores apresentam filiação entre 1 a 6 anos, contra 24,2% daqueles entre 7 e 12 anos de filiação. O grande número de senadores com laços partidários em formação indicava que essa eleição seria de grande receptividade a políticos com menor envergadura, semelhante ao ocorrido com o tempo de carreira.

Tabela 4: Anos de filiação desagregado (%)

Anos de Filiação	Eleições					Média
	1990	1994	1998	2002	2006	
1 a 6	68,9	46,4	37,5	30,6	20,0	40,6
7 a 12	24,2	29,6	20,8	14,3	40,0	25,7
13 a 18	-	14,8	33,4	38,8	8,0	19
18 ou mais	6,9	9,2	8,3	16,3	32,0	14,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

As eleições seguintes promovem um gradativo processo de solidificação dos vínculos partidários. A partir de 1994 o percentual de senadores com 1 a 6 anos de filiação começa sensivelmente a se reduzir até o ano de 2006 onde atinge 20%. Paralelo a essa redução, as faixas com tempos de filiação maiores de 6 anos aumentam de forma geral, mesmo que de maneira desagregada. Nesse caso senadores entre 7 a 12 anos de filiação no partido perdem espaço até 2002, e retomam o crescimento em 2006. Movimento inverso ocorre entre aqueles que possuem 13 a 18 anos, que crescem após 1994 e caem para 8% em 2006. No grupo mais distinto, entre os que possuem acima de 18 anos de filiação, situam-se os senadores com vínculos com seus respectivos partidos mais longos. O movimento

desse grupo é o inverso da faixa com menor tempo de filiação, ou seja, só ascendem. Entre os anos de 1990 a 2006, o contingente desse saiu do 6,9% até os 32% na última eleição.

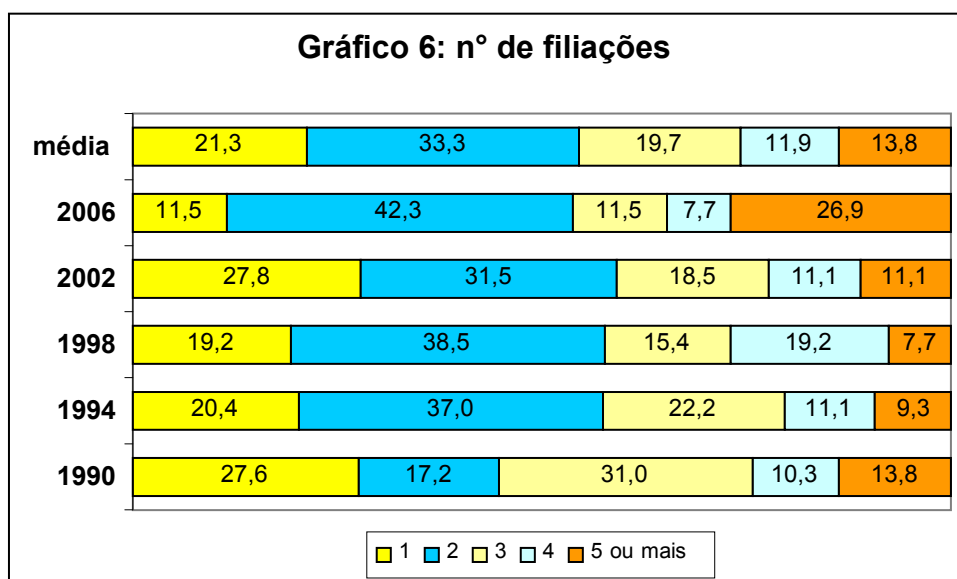
A despeito do progressivo fortalecimento dos índices de lealdade partidária, os dados apontam que um número expressivo de senadores ingressam no Senado sem um enraizamento profundo no partido ao qual foi eleito. A média de 40,6% de senadores com filiação que não ultrapassa 6 anos permite inferir que o construto de um capital político necessário ao ingresso na casa nem sempre provém de um forte investimento partidário. Por outro lado é visível que faixas intermediárias e com filiação mais extensa dão claros sinais de fortalecimento ainda que com médias inferiores. Sob esse quadro, mesmo não negligenciando o protagonismo partidário enquanto promotores da representação, há de considerar mediante os variados níveis de filiação encontrados que outros fatores possam estar concorrendo para a filtragem de políticos que ingressam no Senado.

Outra face desse indicador seria o número de filiações partidárias dos senadores ao longo de suas carreiras. Frente a um variado quantum de tempo de carreira e filiação, esperar uma heterogeneidade na quantidade de filiações é algo condizente com as evidências até então. Em consonância à lógica implícita no tempo de filiação, extrair quantitativamente a trajetória partidária do político reforça considerações a respeito da sedimentação das lealdades partidárias. A relação é de que quanto maior o número de filiações, menor será a coesão dos vínculos partidários. Inversamente ocorre com um número pequeno de filiações, ou de filiações exclusivas, que passam a ser sintomáticas de uma maior estabilização partidária por parte do político e conseqüentemente da relação com seu partido.

Aceitando que o acesso ao Senado imprima obstáculos consideráveis aos seus postulantes, de que forma isso poderia se refletir no montante de filiações partidárias dos senadores? Conjugando o monopólio da representação dos partidos a uma estrutura de oportunidades mais restritiva podia-se esperar uma maior seletividade de senadores "fiéis" ou um expressivo contingente com "filiação exclusiva". Nessa situação políticos com forte vinculação ao seu partido teriam como contrapartida a sua lealdade à indicação da vaga ao Senado. Essa hipótese, no entanto não considera a migração partidária como algo existente no horizonte dos senadores. E também as possibilidades de diferentes combinações e cruzamentos entre a força política fornecida pelo partido e aquela que provém do próprio político.

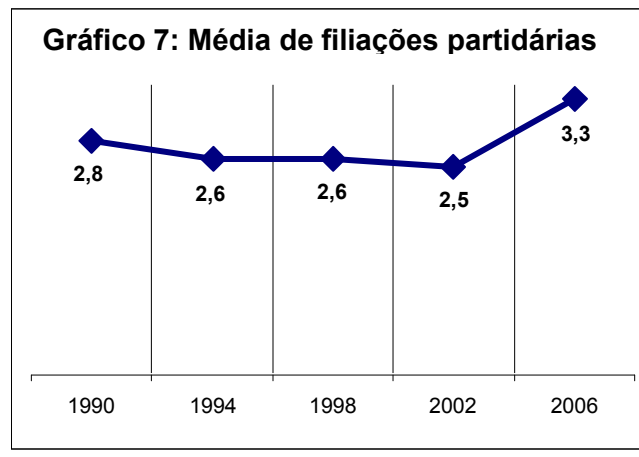
Assim políticos com muitas filiações partidárias poderão ter a participação do capital partidário em proporções diminutas, entretanto suficiente para o êxito em ocupar a vaga.

Dentre as possibilidades existentes, um pequeno número de filiações reforçará a hipótese de que a lealdade partidária se reflita numa maior filtragem partidária. Do contrário o Senado estaria sujeito aos demais fenômenos existentes na política brasileira, que associados a incentivos institucionais fomentariam carreiras de senadores "infiéis" e com grande mobilidade partidária. No gráfico 6 observa-se que os dois extremos (filiação única e com 5 ou mais) comprimem-se diante de um bloco intermediário inchado com 2, 3 e 4 filiações. Destaque para a grande parcela de senadores com apenas duas filiações partidárias e em menor escala os com 3 filiações. O número de senadores com filiação única apresenta-se leve e oscilante. Análogo ao que ocorre com aqueles acima de 5 filiações, mesmo com um ingresso massivo na última eleição.



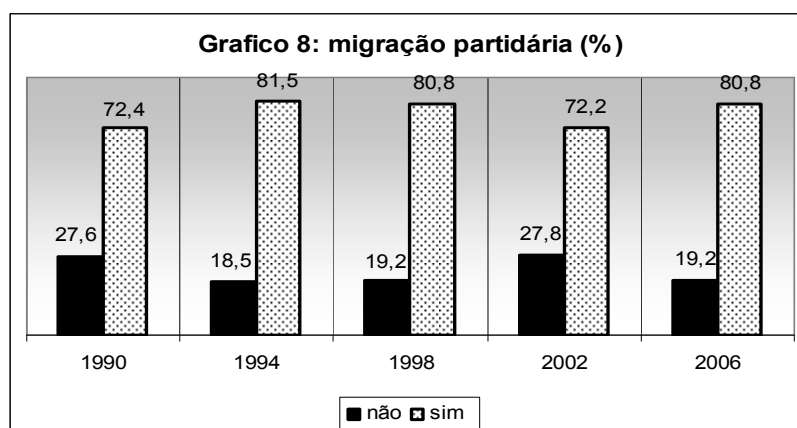
Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A tendência intermediária para a quantidade de filiações acentua-se quando a soma das médias de senadores com 2 e 3 filiações mostra-se em 53%. A aparência inconclusiva desse quadro, longe de sê-la, evidencia um equilíbrio quando considerada um novo agrupamento em duas faixas: 1 a 2 filiações e 3 ou mais. Respectivamente teríamos médias de 49,4% e 50,6%. Ou seja, um corte de senadores cujas carreiras se restringiram a no máximo duas legendas partidárias, e outro bloco com três ou mais filiações.



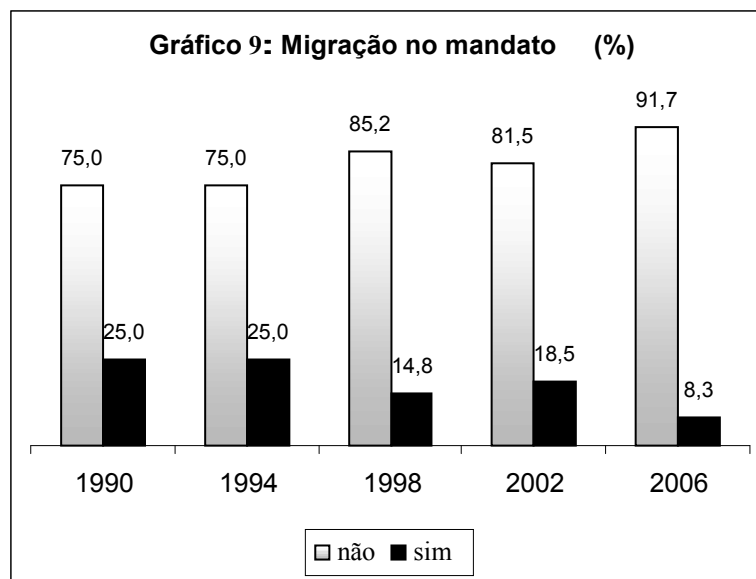
Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

No plano mediano a quantidade de filiações dos senadores durante as cinco eleições é 2,7. A variação desse número foi relativamente pequena, a exceção da última eleição com a subida para 3,3 filiações. Esse dado longe de ser "casual", passa a ser revelador de um processo, aparentemente paradoxal, que se consolida. Se do ponto de vista do tempo de filiação os dados indicam um crescimento longitudinal dos vínculos partidários, do ponto de vista migratório observa-se um incremento ascendente de senadores com maior número de filiações no currículo. Ou seja, os senadores estão ficando mais fiéis e ao mesmo tempo migrando mais? A aparente contradição, entretanto, é passível de ocorrer, pois o "crescimento" das filiações se dá através das médias de tempo. Os senadores longamente vinculados aos partidos, que por conseguirem continuidade na ocupação da sua cadeira, acabam por elevar as médias. Paralelo a isso, ingressam na casa políticos com uma mobilidade partidária maior. Revelando assim duas formas distintas de mensurar os laços partidários.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dados biográficos)

Em sintonia com esses achados os índices de senadores que já migraram também se mostra ascendente na última eleição. Os "migrantes" que em 1990 eram 72,4% sobem para 80,8% em 2006, tendo uma leve queda em 2002. O fideis protagonizam o movimento inverso, caindo de 27,6% para 19,2%. A consideração a respeito dessas migrações, deve-se salientar, basearam-se nas atividades prévias à entrada no Senado. Essa ressalva é prudente na medida em que após a ocupação da cadeira surge outro padrão, cuja tendência é a diminuição do número de senadores que migram. O gráfico 9 aponta uma curva descendente de senadores que migram após estarem investidos na função. Os 25% de migrantes ocupando o cargo, cai para 8,3% na última eleição, indicando um processo que relaciona a ocupação a uma clara diminuição do fluxo migratório.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dados biográficos)

Seguindo pistas do rastreamento do primeiro cargo eletivo, os traçados poderão direcionar para perfis mais verticalizados ou horizontais de carreiras. Identificar a porta de acesso à iniciação política evidencia a origem do investimento e o caminho percorrido pelo político. Assim uma iniciação mais próxima a base tende para perfis que ascendem verticalmente, seguindo minimamente a escala na estrutura de cargos. Nessa alternativa o caminho para o crescimento é mais longo podendo significar carreiras mais extensas, onde a socialização política precoce fornece os meios para manter-se e ascender na carreira. À medida que a iniciação

se dá mais ao topo passa a demonstrar a utilização de atalhos por parte do político que não obedece caminhos ascendentes seja via cargos ou investimento no partido. A alteração do fluxo "tradicional" torna-se viável quando o acesso aos cargos públicos permite a utilização de meios cuja origem não se deu via atuação política, sendo reconvertidos de forma a compensar a carência de experiência política e partidária.

Na conformação com os demais indicadores, o primeiro cargo eletivo complementa as caracterizações das carreiras dos senadores. Sabendo que o cargo de senador situa-se no topo da estrutura de carreiras, onde iniciaria a trajetória do senador até a conquista de vaga na câmara alta? Um perfil longo seria correspondente a um caminho de baixo para cima, pois o longo tempo de vida política permitiu o cumprimento de uma rota mais escalar. De acordo com Marengo dos Santos (2000) para que se consolide uma classe política estável, deve-se esperar que o ingresso ocorra nos postos mais baixos, com maior disponibilidade de vagas e de menor custo para sua obtenção. Isso para o autor seria sintomático de uma escassez de recurso, exigindo para quem inicia a carreira uma maior dependência das lideranças partidárias e apoiadores, gerando um treinamento ao qual o aspirante seria curtido tornando-se um político experiente (MARENCO DOS SANTOS, 2000). Variações seriam passíveis de ocorrer em carreiras cujo início mesmo não ocorrendo em cargos de base, podem posteriormente tornar-se longas e ascender até o Senado. Num outro extremo estariam políticos que iniciam a vida pública em cargos de alta expressão, que ordinariamente teriam um alto custo de acesso, que ao ser conquistado renderá dividendos políticos importantes para chegar ao Senado.

Na tabela 5 a mensuração elencou os cargos eletivos dispostos numa verticalização que vai da esfera municipal até a federal. Fica explícito a impossibilidade de delinear um caminho único ao Senado, visto os variados pontos de largada. A iniciação básica tem o cargo de vereador como à introdução a vida política mais incipiente. Entre o total de senadores estudados, 19,3% iniciaram a carreira política no legislativo municipal, com destaque a eleição de 2006 com o pico de 25,9%. Num passo acima e com uma presença mais oscilante estão senadores cujas carreiras iniciam em prefeituras com 13,4%. O legislativo estadual desponta como o principal cargo para 24,1% dos estreantes que futuramente atingem o Senado. Para além das fronteiras estaduais, a ocupação de vaga na Câmara dos

Deputados representou para 20,9% dos senadores a abertura de portas na política, sendo o único com presença expressiva em nível federal. Na escalada dos cargos temos situações que o "rito de passagem" à política se deu por um ingresso direto ao topo, como são os casos de 11% senadores que iniciaram no próprio Senado e os 5% como governadores.

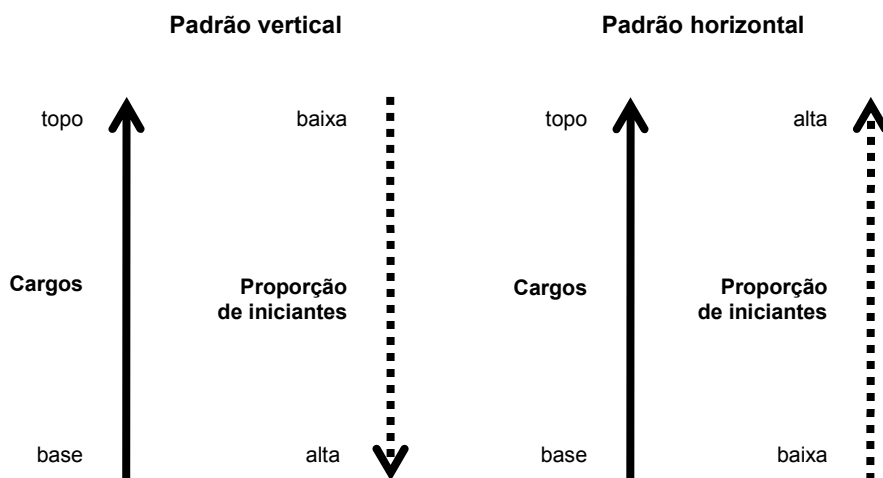
Tabela 5: primeiro cargo conquistado (%)

1º cargo	Eleições					Média
	1990	1994	1998	2002	2006	
Vereador	9,7	20,4	22,2	18,5	25,9	19,3
Prefeito	22,6	13,0	7,4	9,3	14,8	13,4
Deputado estadual	22,6	27,8	22,2	25,9	22,2	24,1
Deputado federal	19,4	22,2	18,5	22,2	22,2	20,9
Senador	9,7	13,0	14,8	16,7	11,1	13,0
Governador	6,5	1,9	7,4	5,6	3,7	5,0
Vice governador	6,5	1,9	3,7	1,9	-	2,8
Administração	3,2	-	3,7	-	-	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Delimitando de um lado a verticalização das carreiras e de outro a proporção em que cada cargo absorve os iniciantes é possível distinguir duas relações lógicas, mesmo considerando os saltos na carreira. Por parte de um padrão mais *vertical* é esperado que os vetores de verticalização dos cargos e início nas carreiras tenham sentidos contrários. Desta forma o número de iniciantes em cada cargo cai na proporção em que se avança ao topo da estrutura de carreiras. Já um padrão *horizontal* ocorre quando tanto o vetor dos cargos quanto o de iniciantes possuem sentidos iguais. Assim quanto mais alto o cargo, maior é a presença de estreias em cargo de topo. A figura 2 dispõe esquematicamente essas duas idealizações.

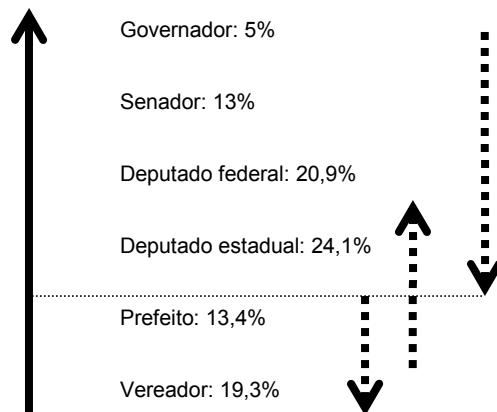
Figura 2: padrões de carreira



Fonte: elaboração própria

A figura 3 analisa o movimento dos vetores para o caso do Senado. Fica clara a inexistência de um movimento unidirecional, ocorrendo inversões de sentidos de forma irregular. Entre o cargo de vereador subindo para prefeito, observamos a queda da proporção o que consolida um caminho verticalizado. Porém o número de iniciantes no executivo municipal com relação a deputados estaduais e federais é menor, mudando assim o sentido do vetor para um formato horizontal. Já entre o legislativo estadual subindo até o cargo de governador se inverte novamente adquirindo feições tipicamente verticais. Os sintomas provindos da inversão do sentido vetorial de iniciantes indicam quebras nos movimentos de ascensão, o que inviabilizaria que os senadores progrediriam de forma escalar até o Senado. A presença de saltos tem como receptor para a iniciação política os legislativos estaduais. Não só por ser a iniciação política mais representativa entre os senadores, como também por representarem o ponto de ruptura de uma verticalização iniciada na carreira municipal.

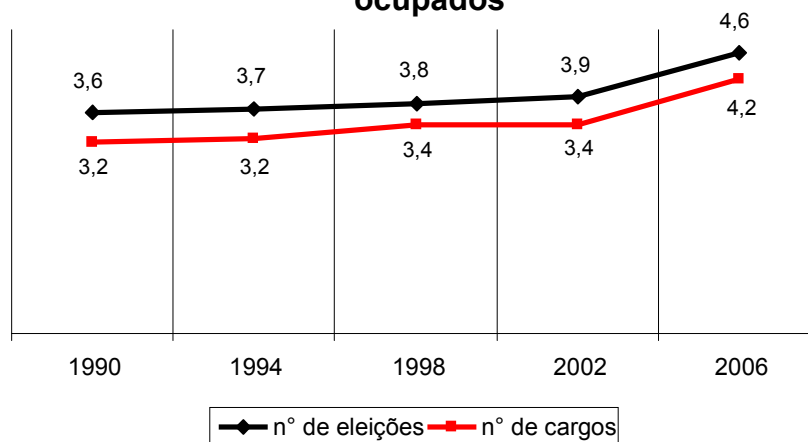
Figura 3: vetores das carreiras do Senado



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Com a largada na carreira em distintos pontos, o político movimentava-se por diferentes cargos no trajeto até o Senado. As trajetórias mais extensas tendem a perpassar vários cargos, consolidando carreiras com alta experiência política. Nesse caso tanto o número de cargos ocupados, como eleições disputadas tendem a ser grandes. Em outras situações, após iniciada a carreira, ocorre um precoce acesso ao Senado frente a um encurtamento do caminho, que se reflete em um número baixo de cargos ocupados e eleições. Com isso levantar o número de cargos e pleitos disputados pelo senador, em sua trajetória prévia, acrescenta indicativos importantes para o desenho da carreira.

Gráfico 10: n° de eleições disputadas e cargos ocupados



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Considerando as informações do gráfico 10, observa-se que a média de

cargos ocupados e eleições disputadas pelos senadores, previamente ao ingressar no Senado, aponta para um crescimento longitudinal onde ambas as curvas movimentam-se sincronicamente. No decorrer das 5 eleições ocorre um leve aumento entre 1990 a 2002, com um salto importante na última eleição. A variação na quantidade de eleições disputadas nessas etapas foi de 3,6 em 1990 até 4,6 em 2006. Para o número de cargos disputados, apesar de oscilações similares, esteve entre 3,2 a 4,2 de uma ponta a outra. A principal constatação é a de um incremento cada vez maior de experiência política, sugestão essa que converge com as linhas ascendentes de tempo de carreira e de filiação partidária anteriormente verificadas.

O número de eleições é um importante aliado na avaliação da experiência política, pois ambas possuem uma relação direta. Assim quanto mais um determinado político advém ao Senado sem que tenha uma rodagem por disputas eleitorais indica uma rápida mobilidade na carreira. Já em consonância com uma longa carreira, essa se refletirá por passagens por várias eleições. Como anteriormente feito, a opção por desagregar os dados torna-se a saída para evitar a homogeneização das médias de eleições e cargos ocupados. No que diz respeito à quantidade de eleições na qual os senadores participaram, a tabela 6 confirma uma tendência diversificada com relação à experiência no crivo eleitoral.

Tabela 6: Número desagregado de eleições disputadas (%)

nº de eleições	1990	1994	1998	2002	2006	Média
0	6,5	3,7	11,1	11,1	3,7	7,2
1	9,7	13,0	11,1	1,9	11,1	9,3
2	22,6	16,7	18,5	9,3	7,4	14,9
0 a 2	38,7	33,3	40,7	22,2	22,2	31,4
3	12,9	13,0	11,1	16,7	11,1	13,0
4	12,9	20,4	14,8	20,4	18,5	17,4
5	6,5	11,1	3,7	24,1	22,2	13,5
3 a 5	32,3	44,4	29,6	61,1	51,9	43,9
6	16,1	11,1	7,4	5,6	7,4	9,5
7	12,9	7,4	7,4	7,4	7,4	8,5
8	-	3,7	11,1	3,7	7,4	5,2
9	-	-	3,7	-	3,7	1,5
6 ou mais	29,0	22,2	29,6	16,7	25,9	24,7
Total	100	100	100	100	100	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

De acordo com os dados, as maiores restrições eleitorais do Senado não foram capazes de eliminar o aparecimento de políticos com baixa ou nenhuma experiência. Sejam os neófitos ou senadores cuja experiência resumiu-se a uma ou no máximo duas eleições, a recorrência não pode ser considerada discreta. Do total dos 31,4% foram os que passaram por no máximo duas eleições antes de concorrerem ao cargo. A variação temporal desse grupo mostra uma subida entre 1990 a 1998, com posterior queda a partir de 2002. Evidência essa que atesta um relativo encurtamento na subida até o Senado, com ocorrências inclusive de senadores sem nenhuma experiência em eleições prévias. Na faixa entre 3 a 5 eleições estão senadores com experiência eleitoral intermediária. Com 43,9% de ocorrência nos casos analisados, políticos com essa bagagem eleitoral representam o grupo com maior frequência no Senado, chegando em 2002 ao pico de 61,1%. Na faixa eleitoralmente mais experimentada, que engloba todos com passagem por mais de 6 eleições, a presença diminui para 24,7% e com presença oscilante nas cinco eleições.

A tabela 7 apresenta a distribuição desagregada da quantidade de cargos ocupados⁶⁶, que também atesta a existência de variações. Da maneira análoga à quantidade de eleições atestamos situações de senadores com poucas eleições no currículo. Por mais que sejamos tentamos a presumir que a composição senatorial comporte políticos com ampla experiência em cargos públicos, somos obrigados a relativizar tal afirmação diante da presença de senadores cujas experiências resumiram-se à no máximo 2 cargos. Essa foi a situação de 34,4% dos senadores, que representa uma quantidade considerável tratando-se de uma casa onde a expectativa vai ao encontro de políticos *apriori* mais veteranos. Entre 3 a 5 cargos ocupados estão 48,3% constituindo-se a maioria na casa. Grupo esse que cresceu significativamente nas duas últimas eleições. No grupo mais experimentado, com passagens por seis ou mais cargos públicos os números caem para 17,3% e sem sinais de estabilidade.

De forma geral constatamos que as faixas intermediárias são as que mais absorvem políticos. As extremidades tanto para aqueles com muitas eleições e cargos no currículo, quanto aqueles com muitas eleições e cargos ocupados se comprimem. Contudo cabe ressaltar que nas duas situações as faixas com experiência mais diminuída ocupam um espaço maior, que por sua vez reforça a

⁶⁶ Nesse item considera-se somente os cargos eletivos.

idéia de um convívio de políticos experientes com novatos, ou com carreira ainda em formação.

Tabela 7: Número desagregado de cargos ocupados (%)

n° de cargos	1990	1994	1998	2002	2006	Média
0	12,9	9,3	11,1	11,1	3,7	9,6
1	9,7	11,1	11,1	7,4	11,1	10,1
2	16,1	20,4	22,2	11,1	3,7	14,7
0 a 2	38,7	40,7	44,4	29,6	18,5	34,4
3	22,6	18,5	11,1	25,9	25,9	20,8
4	12,9	14,8	11,1	20,4	14,8	14,8
5	9,7	11,1	11,1	13,0	18,5	12,7
3 a 5	45,2	44,4	33,3	59,3	59,3	48,3
7	9,7	7,4	7,4	5,6	14,8	9,0
8	3,2	5,6	7,4	1,9	7,4	5,1
9	3,2	1,9	7,4	1,9	-	2,9
10	-	-	-	1,9	-	0,4
6 ou mais	16,1	14,8	22,2	11,1	22,2	17,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

O peso da bagagem política também pode ser medido pelos os cargos ocupados pelos senadores antes de assumir a vaga. Conforme seja o perfil da carreira, essa será materializada naquilo que o político já percorreu, dando sinais da envergadura do seu capital político. Sob outro prisma, verificar o rol de cargos já ocupados pelos seus ocupantes possibilita inferir sobre a própria força do Senado, como as possíveis rotas de acesso a ele. Sendo assim possuir políticos com um extenso "currículo", significará a passagem desses por postos de grande expressão e por conseqüência têm-se um Senado requisitado. Do contrário, a baixa relevância dos cargos prévios, refletiria uma casa de baixa atratividade.

A tabela 8 elenca o conjunto de cargos ocupados previamente pelos senadores. A suspeita de ser o Senado uma casa com políticos destacados encontra forte indício, se vista a partir da variabilidade de cargos já ocupados por esses. Levando em conta a disponibilidade de postos políticos eletivos e não eletivos ofertados pela estrutura de cargos brasileira, é possível afirmar que o Senado ao longo do período teve senadores provindos de todos eles. Sejam

senadores ex-vereadores, ex-governadores e até ex-presidentes da república.

Tabela 8: Cargos previamente ocupados pelos senadores (%)

Cargos	Ano da Eleição					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
Dep. federal	48,4	55,6	51,9	46,3	66,7	52,8
Dep. estadual	29,0	44,4	44,4	40,7	37,0	39,9
Governador	41,9	35,2	33,3	33,3	40,7	36,3
Prefeito	38,7	29,6	25,9	25,9	37,0	30,6
Senador	25,8	25,9	37,0	29,6	25,9	28,5
Secretário estadual	23,3	24,5	18,5	29,4	36	26,3
Vereador	12,9	20,4	29,6	18,5	29,6	21,2
Ministro	22,6	18,5	7,4	11,5	19,2	15,8
Vice-governador	12,9	16,7	14,8	7,4	14,8	13,0
Secretário municipal	10,3	1,9	-	4,1	8,3	4,4
Vice-prefeito	3,2	-	3,7	5,6	-	2,6
Presidente	3,2	-	3,7	-	7,4	2,1
Vice-presidente	-	-	-	1,9	-	0,5

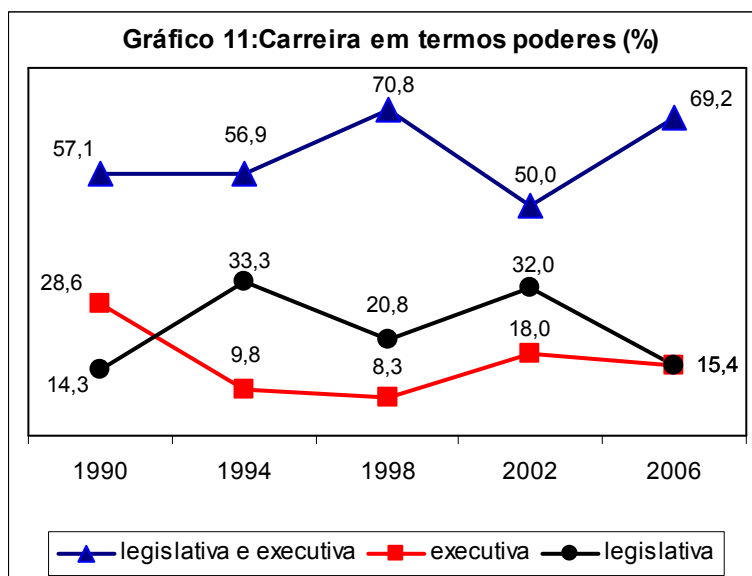
Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Partindo da base, a experiência municipal do total dos senadores inclui 21,2% que já foram vereadores, 4,4% secretários municipais e os expressivos 30,6% que ocuparam executivos municipais. No plano estadual as Assembleias legislativas foram rota de passagem para 39,9% dos senadores, seguidas de secretarias municipais com 26,3%. Na escalada aos governos estaduais, chama atenção o contingente de 36,3% de ex-governadores e 13% de vice-governadores, assinalando a expressiva experiência em executivos estaduais. No legislativo federal, a Câmara dos Deputados destaca-se como cargo por onde mais passam futuros senadores, com 52,8% do total. Já o retorno a casa foi uma realidade para 28,5% que se reelegeram para o Senado. No topo os percentuais reduzem-se, não significando, entretanto, a inexistência de senadores com antecedentes no executivo federal. Pelo cume da estrutura de carreiras, passaram 15,8% de senadores na condição de ministros de estado, 2,1% na presidência e 0,5% como vice-presidentes.

O conjunto dos senadores eleitos entre 1990 e 2006 possui credenciais destacadas, o que vêm a reforçar a posição política da casa. A socialização dos seus membros provém de antecedentes em diversos cargos, que além de variados

quantitativamente, apresentam significativas diferenças qualitativas. A passagem por todos os níveis executivos e legislativos do país indica uma casa cuja qualificação dos seus quadros inclui tanto experiências em coletividades parlamentares e legislativas como uma parcela de integrantes com passagens pela administração de municípios, estados e até mesmo do país. Extraíndo esses cortes poderemos inferir que carreiras legislativas indicaram um treinamento prévio no trabalho parlamentar e o valor de postos legislativos como forma de mobilizar apoios no mercado eleitoral (MARENCO DOS SANTOS, 2000). Já a rodagem por postos executivos, ou uma mescla em ambas, reforça a figura do “administrador”, que imbuído de passagens em chefias executivas adquiriu uma visibilidade exponencial.

Traduzindo a diversidade de antecedentes políticos em três tipos básicos encontramos um quadro condensado com relação ao perfil de carreira. Os senadores cujas carreiras resumiram-se a experiências exclusivamente executiva ou apenas legislativa são minorias se comparado aos que possuem ambas. Nessa situação temos uma presença que variou de 57,1% em 90 para 69,2% em 2006, tendo seu pico em 1998 70,8%. Com experiências exclusivas em legislativos de 1990 a 2002 o percentual variou de 14,3% para 32,0%, com a posterior queda em 2006. Entre os senadores somente com passagens por executivos houve uma queda a partir de 1990 e uma posterior retomada da presença após 2002.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Sabendo da singularidade que envolve o desenvolvimento da carreira de

cada senador, ficaria inviável estipular alguma uniformidade, em termos de seqüência de cargos, desde o início da carreira até a chegada ao Senado. Minimamente pode-se traduzí-las, no que diz respeito à movimentação, em termos de passagem pelas esferas municipais, estaduais e federal. Tendo isso em mãos pode-se trilhar os caminhos percorridos pelo senador, e inferir sobre possíveis saltos. O movimento cujo senador perpassa todos os níveis representaria uma socialização mais ampla, e por conseqüência se refletiria numa carreira mais longa. No outro extremo ocorreriam movimentos de ascensão diretamente para o nível federal, o que pressupõe um salto significativo na carreira. A grande freqüência dessa movimentação pode ser sintomática de horizontalidade no desenvolvimento da carreira, devido ao encurtamento do caminho. Em situações intermediárias ocorrem tanto com a passagem da esfera municipal para a federal, quanto da estadual para a federal. Esses dois casos apresentam saltos em menor escala já que eliminam ao menos a passagem por uma esfera. Atento a ressalva de que cada esfera apresenta uma hierarquia nos seus cargos, haja vista a multiplicidade de poder e abrangência conferida a cada um⁶⁷, podemos mesmo assim considerar a movimentação entre elas como um indicativo do perfil da carreira. Com base nisso quanto menor o salto entre as esferas, maior será a tendência do incremento de carreiras verticais. Já o oposto será indicativo de processos horizontais de ascensão na carreira.

Tabela 9: Padrão de carreira em termos de esferas

Movimentos	%
municipal - estadual - federal	39,1
Direto para esfera federal	28,3
estadual - federal	25,5
municipal - federal	7,1
Total	100

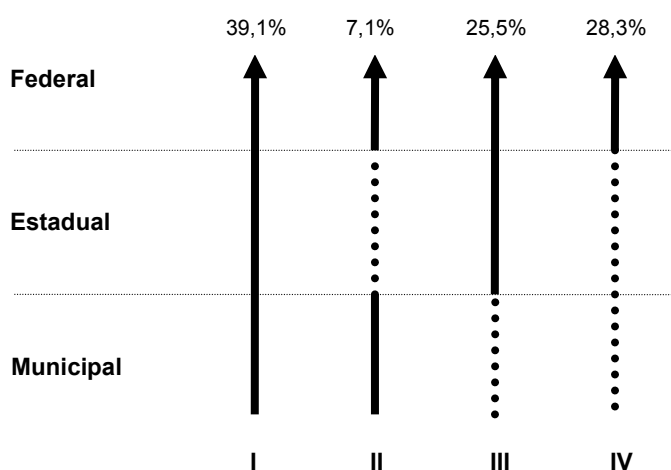
Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A tabela 9 demonstra que o percentual de senadores com percurso abrangendo as três esferas, mesmo sendo o de maior recorrência, não fornece garantias de ser essa a tendência para o Senado. Os 39,1% de senadores nessa condição, indica um grupo com experiência mais extensa, no sentido de não

⁶⁷ No capítulo 3 esse item será detalhado.

saltarem seqüencialmente de uma esfera a outra. Aqueles que após iniciada a carreira, no plano municipal, ascendem para um cargo federal fruto de "salto" representam apenas 7,1%. Entretanto a baixa presença desse movimento descontínuo contrasta com os 25,5% que saltam da esfera estadual, sem passagem por cargos municipais, para postos federais. E de forma mais acentuada ainda com os senadores que ascendem diretamente para cargos federais com 28,3%.

Figura 4: movimentos de ascensão dos senadores



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A figura acima ilustra os quatro movimentos básicos na trajetória dos senadores ao Senado. À primeira vista a maioria perpassa todos os níveis, sem que houvesse um desvio ou salto na carreira. Contudo se considerado o total daqueles cujos caminhos se fez com alguma descontinuidade, seja saltando uma ou duas esferas, teríamos um total de 60,9%. Nesse caso os caminhos descontínuos teriam uma freqüência mais acentuada que um caminho mais seqüencial. Com esse quadro é sugestivo pensar na variedade de estratégias e de investimentos dispensados para ascender na carreira. Do mesmo modo que os movimentos até o Senado mostram-se variados espera-se em relação ao posto previamente ocupado. Seguindo o mesmo raciocínio hipoteticamente é possível dizer que quanto maior a proximidade estrutural do cargo prévio em relação ao Senado, maior serão os contornos de carreiras verticais. Movimentos onde a distância entre o cargo prévio e o Senado é mais longínqua poderão indicar desobediência ao rito de ascensão "ordinário". Numa terceira via, tendo a provedade vinda de "cima" poderá reforçar o *staff* político do Senado, pois seria esse objeto de cobiça para políticos que não

desejam verem diminuídos seus espaços políticos.

2.2 Portas de entrada e saída

Posicionado no topo da estrutura de carreiras brasileira, o Senado federal apresenta-se como a casa legislativa de maior dificuldade de acesso. Se comparada a Câmara dos Deputados, cuja eleição proporcional e o elevado número de vagas a tornam mais receptiva ao ingresso de políticos inexperientes, o Senado ao contrário imprime obstáculos consideráveis. Contudo é importante salientar que os movimentos migratórios dos políticos e suas respectivas ambições estão sujeitas a tomarem rotas alternadas e diferenciadas, não sendo assim possível rigidamente definir um único caminho prévio. A causa disso provém do cálculo que cada partido e candidato fazem com a relação aos investimentos e suas reais chances de ter êxito nas suas escolhas. Dependendo de cada uma delas poderemos ter saltos significativos que não necessariamente sigam uma rota escalar e unidirecional, atendendo assim a variação de movimentos progressivos, estáticos e regressivos.

Tabela 10: Cargo prévio ao ingresso no Senado (%)

Cargo prévio ao de senador	ano da eleição					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
senador	12,9	20,4	25,9	28,3	29,6	23,4
deputado federal	19,4	24,1	18,5	22,6	22,2	21,9
governador	16,1	27,8	14,8	17,0	11,1	18,8
prefeito	16,1	7,4	11,1	5,7	25,9	11,5
deputado estadual	-	3,7	14,8	11,3	3,7	6,8
administração	3,2	-	11,1	11,3	3,7	5,7
vice governador	12,9	5,6	-	-	-	3,6
vereador	6,5	3,7	3,7	1,9	-	3,1
presidente da república	3,2	-	-	-	3,7	1,0
vice-presidente	-	-	-	1,9	-	0,5
nenhum	9,7	7,4	-	-	-	3,6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

As rotas de acesso ao Senado mostram-se variadas. A tabela 10 aponta uma distribuição relativamente equânime com relação aos movimentos dos políticos que ingressaram na casa. É possível perceber claramente que os três principais cargos previamente ocupados ao ingresso no Senado, deputado federal, senador e governador, representam respectivamente movimentos progressivos, estáticos e regressivos. A confluência de ambições para com o Senado demonstra ser a casa tanto objeto de ascensão na carreira, manutenção e estabilidade, assim como de resguardo. Por situar-se nas proximidades dos vértices das carreiras brasileiras, o Senado por suas peculiaridades já mencionadas é objeto de um intenso investimento de partidos e candidatos à ocupação de suas cadeiras.

Numa rota progressiva, o principal caminho se dá via Câmara dos Deputados, onde em média 21,9% dos senadores são ex-deputados federais, número relativamente estável durante as cinco eleições estudadas. Também num movimento de baixo para cima provêm os senadores que anteriormente eram prefeitos, com 11,5%, tendo um pico elevado em 2006 com 25,9%. Nessas duas situações trata-se de cargos que oferecem ao político a possibilidade de fomentar um estoque de capital que lhe permite ambicionar um salto na carreira. No caso dos deputados federais, apesar de ser um cargo legislativo e por conseqüência de menor visibilidade, esses podem adquirir destaque nas instâncias partidárias e por conseqüência a indicação a concorrer à vaga de senador. Já os prefeitos, que em sua maioria são de grandes cidades ou capitais, se utilizam da visibilidade que o executivo lhes confere para angariar força política e eleitores no distrito ao qual pertencem. Em menor escala aparecem deputados estaduais com 6,8% e os vereadores, com um movimento progressivo mais acentuado ainda que em proporções oscilatórias e pequenas.

A presença significativa de senadores que disputaram a reeleição e se reelegeram aponta a capacidade de retenção do Senado. Com exceção de 1990, as demais eleições apresentam um elevado número de senadores que se mantiveram na casa, totalizando 23,4%. Esse dado indica os incentivos que o Senado fornece para a estabilização da carreira. Sobressaem-se também os movimentos regressivos, provindos principalmente dos ex-governadores, com média de 18,8%. Esse grupo por ter adquirido um considerável capital político nos governos estaduais, conseguem redirecioná-lo a uma candidatura forte ao Senado, em situações em que a reeleição estadual é inviável, assim como arriscar uma

candidatura presidencial. Cabe ainda citar senadores ex-presidentes da república, com os casos de José Sarney em 1990 e Fernando Collor em 2006⁶⁸, e políticos oriundos da “administração”, considerado aqui principalmente os ex-ministros, com 5,7%.

Se por um lado é possível concluir que o Senado é objeto de desejo de políticos que querem avançar na carreira, como daqueles que enxergam a casa como um local de estabilização e manutenção de um capital já acumulado, qual seria a ambição dos senadores a cada eleição? Os indícios anteriormente observados dão conta de atestar que os movimentos em direção as portas de entrada casa assumem diversas origens, seja por políticos que desejam aumentar seu capital político, ou por aqueles que querem mantê-lo. Entretanto considerando o rol de ganhos com a conquista da vaga, não seria plausível presumir que os mesmos ocorressem nas portas de saída.

A razão disso reside no fato que tanto as motivações para o ingresso como para sair da casa, possuem relação direta com o valor político do cargo. Sob essa concepção Schlesinger (1966) elaborou um esboço para mensurar a força ou *desirability* dos cargos, divididos em seis itens: i) poder de decisão e influência, ii) salários e benefícios, iii) tamanho da *constituency*, iv) tempo de mandato, v) potencial de detenção do cargo e por fim vi) a possibilidade de avanço na Carreira.

Após elencados esses itens e aplicando-os ao Senado seríamos levados a relativizar as concepções prévias a respeito das ambições políticas no Brasil. Nesse caso o aclamado baixo potencial de retenção do legislativo brasileiro⁶⁹ que acabaria por inibir o surgimento de carreiras mais “estáticas” aos moldes americanos, não seria aplicável ao Senado haja vista seu alto valor político. Por conseqüência o suposto automatismo “progressivo” dos políticos brasileiros e sua ambição executiva⁷⁰ delimitam-se a ser uma das possibilidades para os senadores, podendo ter respaldo empírico de forma mais direta para outros legislativos, como na Câmara e Assembléias.

A capacidade de retenção do Senado deve ser considerada se levarmos em conta principalmente o mandato de longa duração. Mandatos mais longos para os senadores lhes permitem desenvolver maior experiência nos procedimentos

⁶⁸ Político ficou afastado durante 8 anos após ter sido cassado enquanto Presidente da República.

⁶⁹ Morgenstein, 2002; Samuels, 2000; Santos, 2000.

⁷⁰ Bourdoukan, 2006.

legislativos e ter maior independência política. De forma semelhante, a não renovação total das câmaras altas acarreta a estabilidade de pessoal, uma maior especialização e independência de opinião (LLANOS & SANCHEZ, 2008). Soma-se ainda os consideráveis ganhos em termos estratégicos para futuras candidaturas, algo que não ocorre em outros cargos. Durante o mandato, transcorrem duas eleições municipais, para prefeitos e vereadores, que possibilita ao senador ou candidatar-se para alguma prefeitura ou demonstrar apoio ao seu candidato. Além de uma eleição “geral”, em meio ao mandato, para presidente da república, governador, senadores, deputados federais e estaduais. Nessa última situação abrem-se as portas para ambicionar tanto um governo estadual ou presidência, seja como candidato principal ou na composição de chapa, para vice ou para pastas ministeriais.

O grande leque de opções que se propaga ao senador lhe permite, pela duração do mandato, um cálculo mais parcimonioso de uma futura escolha, o que diminuí os riscos de fracassos. Posto assim a decisão entre manter-se na casa ou sair dela seria de acordo com os ganhos a mais que o novo cargo poderia oferecer em termos de visibilidade e influência comparadas ao Senado. Sob esse raciocínio o movimento de retorno na carreira tenderia a ser diminuto ou inexistente, se posto lado a lado com a tendência de estatização e progressão.

Tabela 11: Ambição política dos senadores (%)

Ambição	ano da eleição				total
	1990	1994	1998	2002	
não concorreu	30	23,1	25,9	66,7	36,4
progressiva	30	34,6	25,9	25,9	29,1
estática	40	40,4	40,7	7,4	32,1
regressiva	-	1,9	7,5	-	2,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Na tabela 11 estão dispostas as ambições dos senadores eleitos em suas escolhas pós termino do mandato. Dividiu-se os três tipos básicos, progressiva, regressiva e estática, acrescidas da opção “não concorreu” como uma alternativa real principalmente para as condições do Senado. Nota-se que foram extraídos os dados do ano de 2006. A razão reside no fato de que os senadores eleitos nesse ano, em sua maioria, encontram-se em atividade, e não haviam passado pelas

eleições gerais no meio do mandato, optando-se assim por não considerá-los, para não gerar imprecisões nas interpretações.

Chama atenção a expressiva opção de senadores em “não concorrer”. Essa alternativa mostra-se como o caminho mais seguido pelos senadores, que em geral 36,4% recorrem a ela. A grande representatividade em desistir de concorrer eleitoralmente, longe de ser aleatória, apresenta-se como um estratégia racional de certos políticos. Renata Florentino (2008) ao estudar políticos que “saem de cena” verificou que entre as principais razões para interromper provisória ou permanentemente uma carreira estão o *esgotamento político*, seja pela idade, escândalos e participação de grupos decadentes; ou pela *impenetrabilidade no campo político*, com são os casos de mulheres, estreantes e suplentes.

Procurando entender os motivos para o alto número de senadores que optam em não dar continuidade a carreira deve-se lembrar algumas características e o posicionamento do Senado na estrutura de carreiras. A primeira consideração é o traço etário que singulariza os senadores. Como vimos anteriormente a média de idade maior dos senadores, em relação aos demais cargos, torna-se relevante na hora da decisão de concorrer a um novo pleito, com os riscos, exposição e desgastes inerentes a cada um deles. Sendo assim quanto mais velho, maiores são as chances de encerrar a carreira. Numa espécie de “aposentadoria voluntária”⁷¹ visto que políticos nessa situação já estariam com seu espaço consolidado⁷². Outra razão a ser considerada surge em situações em que o político não encontra espaço dentro partido que lhe permita utilizar seu capital já acumulado. Restaria assim a opção de migrar de partido ou fundar um novo, que muitas vezes força o político a ausentar-se de determinada eleição visto as limitações legais e temporais para as migrações e fundação de partidos.

Um importante fator explicativo da renúncia senatorial em concorrer, ainda pode ser localizado na posição política da casa. Como vimos anteriormente o Senado é objeto de desejo das principais ambições políticas, entretanto o mesmo não pode ser dito com relação à ambição dos senadores ao saírem da casa. Uma importante pista nessa direção provém do baixo número de senadores que apostam numa estratégia política regressiva como demonstra a tabela 11. A sugestão desse dado indica que ao entrar no Senado o indivíduo ingressa num patamar político

⁷¹ Florentino, 2008.

⁷² Kiewiet & Zeng, 1993.

considerável, sendo desestimulado a sair dele, e sim nele se manter ou então ascender politicamente. Diante da inviabilidade desses, uma opção estratégica seria a não candidatura, no sentido de ser uma interrupção provisória a espera de um momento oportuno para o reinvestimento do capital político num cargo de alto valor.

Reforçando esse argumento nota-se o contingente de senadores que optam tanto pela ambição progressiva com 29,1%, como a estática com 32,1%, ilustrado principalmente pela busca da reeleição e governos estaduais, e em menor escala uma prefeitura de grande cidade ou também candidatar-se a presidência da república conforme a tabela 12. Deve-se também lembrar que o Senado é o único cargo legislativo posicionado no topo da estrutura de carreiras, sendo os demais todos de natureza executiva. A partir disso, passamos considerar a aptidão parlamentar de certos políticos e o desejo de manter-se nessa condição, haja vista que outra opção legislativa implicaria no recuo regressivo da carreira.

Tabela 12: Cargos ambicionados (%)

Cargo	Ano da eleição				Total
	1990	1994	1998	2002	
Não concorreu	30,0	23,1	25,9	66,7	36,4
Senador	30,0	38,5	40,7	-	27,3
Governador ou vice	23,3	32,7	14,8	22,2	23,3
Prefeito	10,0	1,9	-	7,4	4,8
Presidente ou vice	6,7	1,9	11,1	3,7	5,9
Deputado estadual	-	-	7,4	-	1,9
Deputado federal	-	1,9	-	-	0,5
Total	100	100	100	100	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

O esboço de um quadro geral resume as principais vias de acesso e saída do Senado. Os dados confirmam a predisposição com relação à posição estrutural da casa, na forma proposta por Miguel (2003). Considerando o rol de ganhos como também os custos inerentes ao ingresso, esses apontam na direção de um cargo de difícil acesso e com recompensas positivas em termos políticos. Por consequência a atratividade do Senado não se limita a poucos postulantes, e sim a um grupo heterogêneo de partidos e políticos que vislumbram a vaga a partir de diferentes metas e estratégias, materializadas em distintas ambições políticas.

Diante da possibilidade de ganhos com a conquista da vaga abre-se variadas rotas cada qual seguindo um percurso específico que demandam

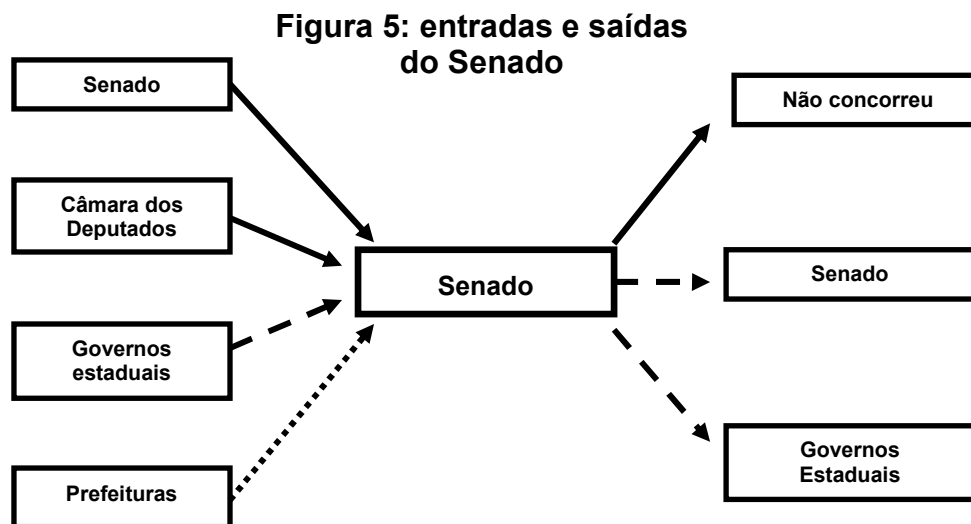
investimentos maiores ou menores conforme o potencial do partido ou do candidato que a pleiteia. Provindos da “base”, originam-se postulantes que buscam ascender na carreira, e vêem o Senado como forma de aumentar o capital político muitas vezes ainda em processo de constituição. Já para quem busca estabilização o Senado oferece incentivos para assegurar a preservação de uma carreira, sendo uma alternativa para aqueles que dispõem de uma experiência política prévia e visa preservá-la. Situação análoga de políticos oriundos de cargos executivos de grande expressão, onde a vaga ao Senado serve tanto para estabilização como um resguardo para futuros movimentos.

A ambição em progredir encontra como principal via ascendente a Câmara dos Deputados. Por situar-se numa posição intermediária na hierarquia de carreiras, a Câmara apresenta-se como um tradicional caminho de acesso para inúmeros cargos. Pois a experiência adquirida numa coletividade parlamentar proporciona a sedimentação de vínculos intrapartidários importantes. Que no caso de deputados, a custo de investimentos como disciplina e fidelidade partidária ou um grande potencial de captação de votos, poderá ter como contrapartida a indicação partidária para concorrer à câmara alta.

A busca pela estabilidade da mesma forma serve de motivação para postulantes que ambicionem o Senado. Seja para quem deseja sedimentar uma carreira política profissional ou para aqueles que querem preservá-la, a opção do Senado é atrativa. A fim de evitar a perda de estoques de capital político já acumulado, muitos senadores apostam na reeleição como forma de manter uma atuação política de grande visibilidade e influência partidária. Num movimento semelhante surgem os casos de senadores provenientes de prefeituras de grandes cidades ou de capitais. Por estarem situados numa posição estrutural semelhante ao Senado, acabam encontrando na casa a oportunidade de investir seu capital acumulado e uma alternativa diante da impossibilidade de reeleição ou na opção de migrar para uma atuação legislativa.

Há que mencionar a via regressiva, cuja fonte principal provém de executivos estaduais. O retorno na carreira realizada pelo movimento de ex-governadores estaduais em direção a câmara alta pode ser vista como a migração de importantes cargos executivos para o cargo legislativo mais ao topo. Nessa situação o Senado não representa uma derrocada na carreira, mas uma forma de resguardo e da manutenção de posições de destaque no vértice partidário. O que

por sua vez impede a perda de capital, como também possibilita sua renovação, para um futuro reinvestimento na carreira executiva.



Fonte: Elaboração própria

De maneira sintética a esquematização dos caminhos até as portas do Senado teriam quatro rotas principais: Câmara dos Deputados, prefeituras de grandes cidades, reeleição de senadores e governos estaduais, como demonstra a figura 5. A variedade de origens aponta a utilização de recursos diversos, desde o iniciante que busca ascensão, como do experiente que não deseja perder espaços na política. Para quem faz um movimento escalar isso representa um fomento a carreira e uma grande oportunidade de ambicionar vãos mais longos, como demonstra a migração de parlamentares oriundos da câmara baixa. Para políticos com carreira mais longa, estar no Senado permite reforçar o status já adquirido, como também refugiar-se sem o risco de perda significativa de espaços na vida pública. No quadro descrito a alternativa de manter-se na casa é de grande valia, como o é para aqueles que após a experiência em executivos buscam refúgio e uma relativa “segurança” política.

Portanto seja qual for a ambição, a conquista da vaga de senador representa uma maximização significativa na carreira. Posto que as vias de saída demonstram que após o ingresso na casa, as rotas de regresso se comprimem, tornando-se uma via praticamente nula. A tendência passa a ser a permanência ou a progressão para algum executivo. Não obstante é possível afirmar que a posição do Senado confere aos seus membros condições de restringirem seu quadro de opções para futuros

movimentos, como se observa em relação ao destino escolhido por senadores que encerram o mandato. A preferência por governos estaduais demonstra haver um intercâmbio contínuo entre esses dois cargos, cujas portas seguem via de mão dupla. O que de certa forma reforça a idéia de ser o Senado um resguardo para “ex-executivos” que desejam retornar a essa condição. O mesmo não pode ser dito com relação às prefeituras municipais e a Câmara dos Deputados, que demonstram ser fornecedoras de senadores, mais que posteriormente não regressam a elas. Para senadores que estão na casa o desejo de permanecer é uma das escolhas com maior recorrência, haja vista a possibilidade de manutenção de algo já conquistado.

2.3 Fecho

Este capítulo visou traçar o perfil políticos dos senadores. As considerações levaram em conta primeiramente a partilha partidária e ideológica da casa, pois entende-se que essas seriam sintomáticas para futuras análises sobre ela. O esboço da distribuição partidária indicou que apesar do efeito redutor, provocado pela regra majoritária de seleção, essa não eliminou a influência do multipartidarismo. O que inicialmente permitiu enxergar alguma flexibilização na permeabilidade política do Senado. Na outra ponta a disposição ideológica, num primeiro momento, reafirma uma tendência mais “conservadora”⁷³ de seus partidos, com clara supremacia da direita e o do centro. Contudo a seqüência eleitoral poderá afirmar um quadro que longitudinalmente se consolida, ou seja, a ocupação de vagas de forma ascendente por partidos de esquerda.

A tentativa de traçar um perfil de carreira dos senadores concorria paralelamente em testar as hipóteses de serem estes uma espécie de elite política, no sentido de "antiguidade" na vida pública. Inicialmente o foco foi o indicador "tempo", tanto ao que se refere à dedicação à atividade política profissional, como ao vínculo partidário. Foi constatado que em ambas situações existe um tipo médio de senador com *seniority* política e partidária alta. Porém, na medida em que ocorria a desagregação dos dados surgia uma variabilidade temporal de dedicação à política e aos partidos. Fazendo com que o convívio dos senadores "antigos" com "novatos"

⁷³ Entende-se presença importante de partidos de direita e centro, e em menor escala a esquerda.

não fosse algo excepcional ou residual.

Corroborando a existência de um quadro de carreiras heterogêneo o número de cargos ocupados e eleições disputadas reproduziram um Senado cujos componentes diferenciam-se com relação ao seu capital político. Nesse levantamento ficou clara a presença de neófitos, ou daqueles com ascensão política rápida. Posteriormente, numa varredura curricular do 1º cargo ocupado e do cargo prévio, pôde-se ver os caminhos percorridos pelos senadores e sua socialização política, que serviu para questionar a previsão de um padrão hegemônico. Tanto os casos de iniciação no "topo" como a previdência em cargos distantes do Senado, convivem com movimentos mais verticais e de socialização política escalar.

Os referidos sintomas da mesma forma se manifestaram nos vínculos partidários. A variabilidade de tempos de filiação se refletiu no número de filiações e migrações partidárias. Com isso a proximidade do senador e o partido não deixaram de absorver incentivos ao processo migratório, haja vista o declínio de senadores com filiação exclusiva.

A segunda etapa analisou o posicionamento estrutural do Senado e as implicações disso para as carreiras políticas. Partiu-se da premissa que o acesso ao Senado seria longo na medida em que exigiria uma escalada prévia extensa. Com isso convergiram políticos com longo tempo dedicado a atuação política. A amostragem evidenciou origens distintas dos senadores. Tal fato sugere que ao ser objeto de múltiplas ambições, apesar do reconhecido estreitamento das chances de entrada na casa, os políticos o almejam em virtude das brechas que incentivam tal objetivo.

Embora seja reconhecida a existência de um alto estoque de capital político por parte de muitos senadores, há de considerar o ingresso importante de senadores com perfil de carreira com contornos laterais e horizontais. O contra argumento em direção da "excepcionalidade" desses casos, defronta-se diretamente com a recorrência longitudinal de políticos que ingressam no Senado tendo à carreira política e partidária ainda em processo de maturação. Assim se por um lado a estrutura de oportunidades mais seleta tem como respaldo o fomento de carreiras verticais e endógenas, por outro não encontra correlação lógica com o incremento de novatos ou iniciantes.

Capítulo 3

Carreiras: estímulos e desestímulos

A exposição das entranhas da vida política dos senadores teve por objetivo a caracterização de um possível "padrão de carreira". Paralelo a essa meta buscou-se testar empiricamente a suposta face "senhorial" do corpo senatorial, mensurando indicadores acerca de sua *seniority* política e partidária. Com ambas as pontas conjugadas subjaz a raiz do problema proposto nesse trabalho, colocando a prova tanto a face "longeva" da carreira dos senadores, quanto o enraizamento partidário. Em ambos os casos a conformação com a imagem de "raposas políticas" prevê a retratação de um currículo político que sintetize um longo tempo dedicado a vida pública com uma carreira partidária consolidada.

Um exame dos indícios permitiu a detecção de importantes vazamentos. A despeito do esperado, as carreiras dos senadores mostram-se num quadro bastante heterogêneo. Se por um lado a presença de políticos "carimbados" é importante, por outro se verifica o incremento de carreiras mais curtas e desapegadas a partidos. Portanto a imagem de uma carreira verticalizada, com ascensão endógena no partido é contrabalanceada por movimentos horizontais e com recrutamento laterais.

O próximo passo será verificar que fatores podem estar concorrendo para pender para um ou outro lado. Nesse sentido aceita-se que o senador cuja carreira é caracterizada por uma longa vivência política emerge fruto de combinações que reforçam as filtragens institucionais da casa. Em contrapartida, nesses mesmos filtros existem brechas passíveis de fomentar carreiras mais incipientes. A orientação desse trabalho assume que, além do regramento eleitoral, as variáveis provindas tanto da competição eleitoral quanto do sistema partidário são relevantes para traçar um mapeamento dos incentivos que reforçam um ou outro caminho. O teste das hipóteses consistirá no cruzamento dos perfis com variáveis distribuídas em três níveis: a institucionalização partidária, medida pela força parlamentar dos partidos; a ideologia partidária, e as influências do mercado político estadual, cujos efeitos podem ser medidos tanto pela competitividade eleitoral, como pelo nível de representação e sobre-representação de cada estado na política nacional.

3.1 força partidária

Um dos itens fundamentais e sintomáticos da estabilidade dos partidos é quando esses se tornam referências para eleitores e correligionários. A denominação partidos estáveis, ou "fortes"⁷⁴, significa redução de riscos e incertezas àqueles que os vêem enquanto alternativa de voto, ou para a própria classe política que os toma como parâmetro para disputas políticas, ou no fornecimento de "emblemas" e "marcas" para municiar a carreira. Sobre esse último item, a "força do partido" ou a sua institucionalização, indica que as organizações partidárias foram capazes de controlar a oferta de representação política, adquirindo condição de oligopólio neste terreno (MARENCO DOS SANTOS, 2000).

Confrontando o monopólio partidário na condição de fornecedores de candidatos, com os custos eleitorais do Senado somos impelidos a considerar que o estreitamento advindo dessa eleição reflita nas linhas estratégicas dos partidos na seleção das candidaturas. Como visto anteriormente a pré-disposição estrutural do Senado na hierarquia de carreiras fora corroborada quando examinado o background político dos senadores, assim como as vias de acesso e saída da casa. O quadro desenhado aponta para a conformação de uma hostilidade ambiental se considerado as exigências e custos eleitorais. Panebianco (2005) considera que um ambiente hostil relaciona-se diretamente com o aumento das incertezas para a organização partidária. A impresivibilidade provinda de uma arena eleitoral criaria uma poderosa pressão sob a organização (PANEBIANCO, 2005), que para o autor acabariam por forçar uma maior coesão e compactação no partido, na forma de refletir-se nas disputas internas por cargos públicos. A estratégia para municiar o êxito da candidatura, sob esse contexto, impeliria os partidos a uma maior seletividade, buscando ofertar candidatos com uma maior confiabilidade no partido⁷⁵.

Nesses termos a obtenção da candidatura ao Senado passa a ser a contrapartida materializada na forma de incentivos seletivos⁷⁶ como meio de manter a coesão dos laços internos. Os dividendos dessa troca são recíprocos, pois a

⁷⁴ Referência usualmente utilizada pela mídia ou senso comum.

⁷⁵ Tsebelis (1998) entendia que a seleção de candidatos se basearia num raciocínio estratégico, onde o partido identificaria os distritos "seguros", com maior potencial de vitória, selecionando para esses casos seus melhores "soldados" para disputá-los.

⁷⁶ Panebianco, 2005.

recompensa pela dedicação ao partido é contrabalanceada à legenda pelos ganhos em potencial advindos da aposta nos candidatos. Nesse quesito Marengo dos Santos (2000) acrescenta que a disponibilidade de membros veteranos oferece um plus na capacidade potencial para influenciar decisões e alocação de recursos. Assim a opção por políticos com grande bagagem é um meio de minimizar riscos de derrotas na arena eleitoral ou parlamentar. O peso da lealdade política, segundo Muller (2005) também permitiria ao partido avaliar o grau de confiança a ser depositado no recrutamento de parlamentares.

Procurando testar essas sugestões utilizaremos uma alternativa para mensurar a "força partidária" fornecida por Paulo Tafner (1996) que arbitrou um critério classificatório do porte dos partidos⁷⁷. Com base no tamanho relativo na Câmara dos Deputados e na representatividade nos estados da federação, o autor dividiu os partidos em quatro tipos: "partidos fortes", "partidos de força intermediária", "pequenos partidos" e "os partidos nanicos". Os "partidos fortes", são aqueles que obtiveram pelo menos 10% das cadeiras e representação em, no mínimo, 2/3 dos estados (pelo menos 18). Os denominados "partidos de força intermediária" reúnem os que conseguiram ao menos 5% dos deputados e representação em mais de 1/3 (9) e menos de 2/3 dos estados. O terceiro, denominado "pequenos partidos", é formado pelos partidos com mais de 1% do total da Câmara, com representação em, no mínimo, 20% das unidades da Federação. O último grupo, "os partidos nanicos", congrega todos os partidos que não atingiram os limites dos grupos anteriores, mas possuem pelo menos um deputado federal (TAFNER, 1996). A partir desses critérios, a tabela seguinte apresenta uma síntese da classificação adotada para o Senado brasileiro.

Tabela 13: Força partidária por ano de eleição (%)

Força partidária nacional	Ano da eleição					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
forte	51,6	74,1	96,3	83,3	65,4	75,0
intermediário	35,5	20,4	-	9,3	7,7	15,1
pequeno	6,5	3,7	3,7	5,6	23,1	7,3
nanico	6,5	1,9	-	1,9	3,8	2,6
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSE

⁷⁷ Essa pesquisa, como salientado no capítulo 1, não aplicará uma definição ampliada de institucionalização partidária, restringindo-se ao desempenho e a regularidade eleitoral do partido.

Podemos observar que a grande maioria dos senadores ingressou no Senado via partidos "fortes", em 75% dos casos. Os "intermediários", além de estarem em franco declínio, representam 15%. Caminho inverso ao que ocorre com os "pequenos", que apesar de conquistarem apenas 7,3%, obtiveram uma saliente ascensão na última eleição. Os "nanicos" por sua vez representam a minoria absoluta com 2,6%. A relação direta que se sobressai é que quanto maior a força do partido, maior é a proporção no Senado. Desta forma o porte partidário se faz prevalecer como uma variável significativa para obtenção de êxito eleitoral como sugerem os dados. Resta-nos examinar o quanto dessa força e presença relaciona-se com determinados perfis de carreira.

Tabela 14: força partidária por faixas de tempo de carreira (%)

anos de carreira	força partidária				Total
	forte	intermediário	pequeno	nanico	
0 a 8 anos	25,0	34,5	28,6	-	26,0
9 a 16 anos	30,6	37,9	7,1	20,0	29,7
17 a 24 anos	18,8	13,8	35,7	40,0	19,8
25 ou mais	25,7	13,8	28,6	40,0	24,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Apesar da prudente associação entre expertise política e porte partidário, para o caso do Senado evidenciam-se pistas de erosão dessa relação. A lógica da correlação confronta-se com combinações irregulares e curvas que demandam linhas interpretativas distintas. A suposta inversa proporcionalidade de carreiras curtas com partidos estáveis ou "fortes" esbarra na evidência que coloca grande parcela de senadores de baixa rodagem nos partidos fortes e intermediários. Mesmo aceitando que em termos absolutos exista a majoritária presença desses, em termos relativos à composição de quadros dos "pequenos" e "nanicos" aponta para uma antítese da expectativa. Embora considerando a menor presença desses em termos de ocupação de cadeiras, é inegável a soberania de quadros partidários experientes nessas legendas, oposto para políticos de baixa *seniority*.

Como demonstrado na tabela 14, os poucos senadores vinculados aos

"nanicos" situam-se nas faixas de 40% para os grupos com carreiras mais longas. Nos "pequenos" os índices reduzem-se para 35,7% e 28,65% respectivamente, mesmo assim extremamente significativos se comparado aos demais. Nas duas faixas de tempo menores a situação se inverte mesmo que em diferentes patamares. O maior contingente de senadores com 0 a 8 anos de carreira ficou por conta dos medianos, com 34,5%. Seguido dos "pequenos", com 28,6% e dos "fortes" com os próximos 25%. A inexistência de senadores com essa bagagem para os "nanicos" é reforçada pela menor parcela de políticos com anos de carreira entre 7 a 12 anos, que vêm a superar apenas os pífios 7,1% dos "pequenos".

Numa hipótese análoga à anterior, a força partidária seria sintomática e correlata a força dos vínculos firmados entre partidos e seus senadores. Contudo, em linhas gerais os diferentes níveis de força apresentaram um padrão declinante na direção de senadores com longa vida partidária. A primeira conclusão é que os partidos, independente de sua força, majoritariamente possuem senadores nas menores faixas de tempo de filiação. Todavia essa tendência não torna o partido irrelevante na utilização de critérios de antiguidade para a sua filtragem interna. Conforme sugerem os dados, mesmo que as linhas decrescentes atestem um declínio dos "antigos", as proporções em que ocorrem permitem considerar como prudente a sugestão que a força partidária se manifeste na forma como o partido seleciona seus quadros. Corroborando essa hipótese observa-se que as menores filiações, proporcionalmente crescem na medida em que diminuí a força do partido. Já a antiguidade partidária cresce em paralelo na direção dos partidos "fortes".

Tabela 15: Força partidária por faixas de filiação (%)

Força partidária nacional	Faixa de tempo de filiação				Total
	1 a 6	7 a 12	13 a 18	19 ou mais	
Forte	35,1	24,6	23,1	17,2	100,0
Intermediário	53,6	28,6	14,3	3,6	100,0
Pequeno	50,0	28,6	14,3	7,1	100,0
Nanico	100,0	-	-	-	100,0
Total	40,9	24,9	20,4	13,8	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Como demonstra a tabela 15, as colunas com as proporções indicativas do tempo de filiação aumentam dos "fortes" aos "nanicos" nas faixas menores, e

diminuem nas maiores. Os “nanicos” nessa situação atestam a fragilidade dos vínculos com seus senadores, quando evidenciado que a totalidade desses situa-se entre 1 a 6 anos de filiação. Em menores proporções os “pequenos” e os “intermediários” evidenciam uma composição semelhante. Nos partidos “fortes” emerge uma distribuição equitativa do tempo de filiação. Apesar de 35,1% dos senadores desses partidos possuírem entre 1 a 6 anos de filiação, as demais faixas sobressaem-se num comparativo com as demais legendas de força inferior. Destacando-se os 23,1% de senadores com 13 a 18 anos de filiação, e os 17,5% com mais de 19 anos.

A relação causal entre a força do partido e a consolidação de determinado padrão de carreira não correspondeu à expectativa prévia. Contudo não implica na inutilização dos partidos enquanto variável explicativa. A observação empírica tratou de mostrar novos contornos em termos da paridade entre partidos e carreiras. Nos primeiros testes, a hipotética concomitância entre partidos fortes e carreiras longas, fora minimizada perante a imponência dos partidos pequenos e nanicos na supremacia relativa de políticos carimbados em seus quadros. O que de certa forma foi respaldado pela significativa presença de políticos com menor bagagem originários de partidos fortes ou intermediários. A necessidade que vem a tona implica em saber as razões que tornam os menores partidos como aqueles que ofertam senadores antigos, como também a receptibilidade relativamente maior dos grandes partidos a iniciantes.

O convívio de políticos com extensa vida pública com partidos fracos pode estar relacionada ao formato da repartição entre o capital individual do senador e o capital coletivo provindo do partido. O entendimento dessa conjugação pressupõe que na promoção de uma candidatura, seja para qual cargo for, se faz necessário o uso de recursos passíveis de serem convertidos para uma campanha exitosa. A origem desses pode ser de natureza legal, material, simbólica⁷⁸ e política no sentido literal do termo. A fatia de “recursos” provinda dos partidos viabiliza ao candidato a oferta da sua candidatura, vantagens em coligações, financiamentos e propaganda eleitoral, o uso das bandeiras, marcas e eleitores da legenda. Por outro lado o próprio político pode trazer consigo o reconhecimento provindo de sua figura pública, seja obtido na vida política ou fora dela, assim como recursos materiais próprios.

A composição desse capital e sua origem, individual ou partidária, não segue

⁷⁸ Carisma pessoal, herança familiar ou política por exemplo.

nenhuma regra *apriori* que determine a dosagem exata para o sucesso eleitoral. Especificamente o caso do Senado parece indicar que ao invés da paridade do capital individual e partidário, ocorre a tendência de uma articulação desequilibrada. Com isso a ascensão de um político experiente via um partido pequeno ou politicamente fraco é viável quando a figura do senador, e aquilo que vem junto a ela, fomentam uma parcela superior de capital para o sucesso no pleito. Conforme mencionado anteriormente, os partidos considerados pequenos ou nanicos constituem-se minorias no Senado. Dando a entender que politicamente fruto de suas próprias forças, não conseguiriam conquistar per si a cobiçada cadeira, caso a campanha não se ancorasse em um candidato de nome expressivo. O que reflete-se na grande presença de políticos de carreira temporalmente longa nessas legendas, a despeito de serem amplamente minoritárias. Já que um capital político cujo pilar é a força do candidato, acaba por possibilitar a esses uma relativa autonomia para migrar, fundar partidos ou se utilizar deles para a continuidade na sua carreira, não se sujeitando as coerções partidárias das grandes legendas. Situação distinta, mas sob o mesmo raciocínio, ocorre com chamados partidos fortes. Esses por sua trajetória e presença marcante na política nacional acabam tornando-se parâmetros para políticos e eleitores, dotando-os de condições para não apenas investir em renovação, mas também no incentivo de seus próprios quadros de maior antiguidade.

Em sintonia com essas considerações, as relações dos partidos com o tempo de filiação dos seus membros, não apenas corroborou a hipótese inicial como também retificou a idéia de uma maior dependência dos partidos fracos a seus senadores. Como observado os dados apontaram que partidos mais fracos, além de possuírem em sua maioria políticos experientes, também são aqueles cujos laços partidários são mais frágeis. Em contrapartida os partidos mais fortes apresentaram índices de lealdade superiores, que evidencia que esses não apenas promovem novos políticos, como premiam seus quadros mais antigos. Com essa premissa a combinação da candidatura de um político com pouca experiência e partido forte viabiliza-se pelo capital partidário. E a conjugação de políticos experientes e partidos fortes reforça-os mutuamente, só que com uma composição do capital político mais equilibrada, diferente ao que ocorre com partidos “fracos” e candidatos experientes,

e partidos fortes e candidatos “fracos”⁷⁹.

3.2 Ideologia

Apesar da incredibilidade de alguns e na crença na indiferenciação entre os partidos⁸⁰, o corte ideológico têm sido recorrente na interpretação de fenômenos políticos. Seja na condição de “atalho cognitivo”⁸¹ no crivo eleitoral, nas dinâmicas migratórias⁸², nas coligações eleitorais⁸³, nas bases sociais de recrutamento⁸⁴ e no padrão de carreira⁸⁵ a ideologia mostra-se como importante variável explicativa.

A questão pertinente nesse trabalho consiste em verificar se o perfil de carreira dos senadores se correlaciona com o posicionamento ideológico do partido. A contribuição da prévia literatura fornece importantes indícios. As referências dos trabalhos de Rodrigues (2002) e Marengo dos Santos & Serna (2007), justifica a relevância da variável ideologia para traçar perfis diferenciados da classe dirigente⁸⁶. O núcleo da argumentação vem a afirmar que a variação no espectro ideológico entre os partidos encontra convergência na distribuição ocupacional e na origem dos recursos para investir na carreira. Essa correspondência deve-se ao fato de que as diferenças ideológicas implicam em distintos recursos para o incremento da carreira política, dotando alguns indivíduos de recursos materiais mais significativos para consolidação de capital pessoal mais sólido, permitindo-os que sejam reconvertidos para a arena política. Outros por sua vez se originariam de profissões cujos ganhos não permitiriam a constituição de um estoque de capital necessário por si ao ingresso e ascensão na carreira política, ancorando-se assim num capital coletivo obtido nas instâncias partidárias.

Seguindo esses pressupostos é sugestivo pensar que as posições ideológicas reproduzam-se na socialização política dos partidos. Conforme sugerido

⁷⁹ Em referência à experiência política.

⁸⁰ Manifesto pelo senso comum em idéias que visualizam uma homogeneidade dos partidos, considerados “todos iguais”, negligenciando aspectos singulares desses, consolidando naquilo que Panebianco (2005) denomina de “preconceito teleológico”.

⁸¹ Downs, 1999.

⁸² Melo, 1999.

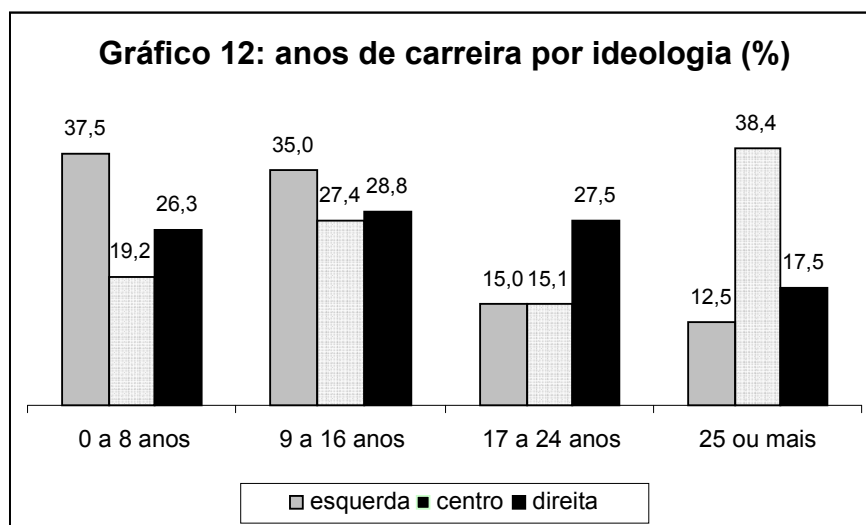
⁸³ Ramos, 2002 & Carreirão, 2006.

⁸⁴ Rodrigues, 2002.

⁸⁵ Marengo dos Santos & Serna, 2007.

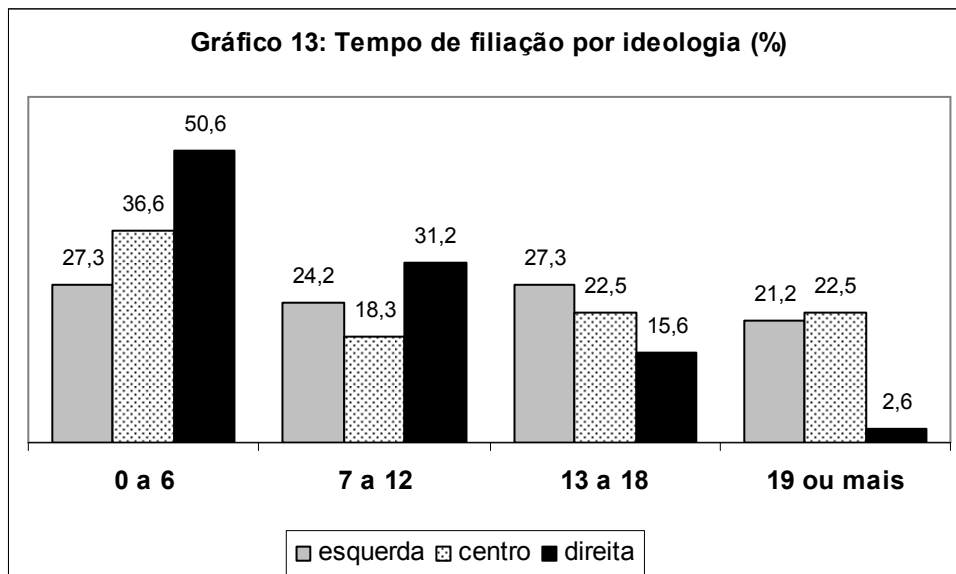
⁸⁶ As conclusões desses autores partiram de estudos na Câmara baixa.

anteriormente, estudos atestam que partidos mais à esquerda do espectro apresentam vínculos partidários mais coesos e duradouros. Já partidos de direita tenderiam a incrementar políticos ao Senado, sem que esses tenham um longo treinamento, e que investem na política via recursos trazidos de fora dela. A expectativa implícita é que a ideologia tende a ter associação relevante com a experiência política e partidária dos senadores.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Embora o respaldo empírico e lógico do argumento, os dados do Senado não apontam uma similitude em relação ao que ocorre na câmara baixa. Ao contrário do esperado, os partidos de esquerda apresentam proporções declinantes na medida em que se avança a experiência de seus senadores. Além de uma maior fatia de senadores com experiência política entre 0 a 8 anos e de 9 a 16 anos, respondendo também pelo menor contingente entre os mais experientes. Os partidos de centro deram sinais de um maior equilíbrio, possuindo não apenas a menor presença dos inexperientes, como as maiores presenças de experiências avançadas. À direita do espectro mesmo não assumindo a liderança na condição de recinto de novatos e de "raposas" como previsto, mostra-se com quadros com *seniority* maiores que em comparação com a esquerda.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Se não podemos prever a *seniority* política dos senadores com base na ideologia, a vinculação partidária confere margem interpretativa de natureza ideológica. Para Mainwaring & Meneguelo & Power (2000) os partidos conservadores (ou de direita) e centro apresentam similitudes no que se refere à disciplina e a fidelidade partidária, algo que os distanciaria dos partidos de esquerda mais afeitos a disciplina de seus quadros. A projeção de ser a direita a maior recrutadora de políticos com laços partidários mais frágeis, se confirma quando a maioria dos seus senadores, 50,6%, figura no grupo de menor tempo de filiação partidária. A queda subsequente em direção aos maiores laços de filiação culmina com os 2,6% de senadores com filiação superior a 19 anos. A relação entre filiação curta e "direita" acentua-se quando se observa o decréscimo nos movimentos para o centro e esquerda. O mesmo ocorrendo com as filiações de longa duração, que tomam corpo a medida em se dirige na direção da esquerda. No centro os percentuais de senadores com menor tempo de filiação caem, alcançado os patamares de 22,5% nas duas faixas com filiação mais coesa. Os partidos de esquerda foram aqueles com a menor presença relativa de senadores com filiação mais baixa, e juntamente com o centro possuem as maiores presença de políticos com maior vinculação no partido.

O distanciamento das relações aferidas para o fenômeno indica que a proximidade entre posição ideológica e perfil de carreira ainda não se consolidou ao moldes da câmara baixa. Sob o ponto de vista da experiência política, observa-se

que as vinculações apresentaram-se distintas, ou seja, a esquerda despontou com maior presença de inexperientes. Entretanto, mesmo que haja razões para crer na baixa relevância dessa hipótese, deve-se considerar, por outro lado, que os vínculos partidários são sintomáticos de uma aproximação importante. A clara relação entre a *direita* e baixa lealdade partidária, e da *esquerda*, juntamente com o *centro*, com filiações mais extensas apontam numa outra direção. Ao que parece, os partidos de esquerda possuem quadros com menor longevidade não por apresentarem um padrão lateral de recrutamento, e sim por eles mesmos enquanto atores políticos estarem ainda ocupando espaços outrora dominados pela classe de políticos de centro e direita. A menor presença da esquerda no Senado, comparativamente com a Câmara dos Deputados, demonstra que a ocupação da casa por parte dessa ocorre em ritmos distintos. Por consequência os próprios quadros dessas legendas apresentam uma vida política menor que políticos da direita e centro, que ocuparam politicamente seus espaços na vida pública bem antes. Os laços de filiação partidária apontam para a continuidade de um modelo de recrutamento endógeno, que na medida em que ocorre um maior ingresso da esquerda no Senado poderá refletir em senadores mais experimentados.

3.3 Nível de competição e Taxa de renovação

O aumento das dificuldades para os senadores inexperientes, oriundas do nível de disputa da eleição, hipoteticamente se acentuaria em contextos de alta competitividade. A elevação da necessidade de votos passaria a demandar dos partidos e candidatos uma adequação a uma concorrência eleitoral mais acirrada. Entre as alternativas de contornar uma arena eleitoral mais competitiva estaria os incentivos para a seleção de políticos mais experimentados, por serem mais “talhados” à eleições eleitoralmente exigentes. Por sua vez políticos com menor rodagem teriam suas possibilidades aumentadas em eleições onde a competição tenha menor exigência de votos. A despeito dessa previsão direta, a maior receptividade advinda com a diminuição da competição eleitoral não significa que senadores com longas carreiras não se elejam nessas condições, ao contrário encontram logicamente campo para tal. Sendo assim a melhor formulação para o

raciocínio implica em pensar no grau de dificuldade imposto pela competição eleitoral. Onde o aumento da exigência de votos haveria uma tendência a maximizar as dificuldades para o aparecimento de novatos. Já a diminuição da competição comparativamente favorecê-los, justamente porque demandaria uma menor quantidade de votos.

Tabela 16: Nível de competitividade por faixa de tempo de carreira (%)

anos de carreira	nível de competitividade		
	baixa	moderada	alta
0 a 8 anos	26,9	17,6	27,3
9 a 16 anos	41,0	23,5	27,3
17 a 24 anos	11,5	29,4	15,2
25 ou mais	20,5	29,4	30,3
Total	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A tabela 16 estabelece o cruzamento das faixas temporais de carreira pelo nível de competitividade. A classificação apresentada considerou competitividade *baixa* aquela eleição cuja quantidade de votos necessários para vencer não ultrapasse 25%; a *moderada* entre 25 e 50%; e a *alta* ficou no patamar de 50% ou mais⁸⁷. Os dados mostram que eleições com baixa competitividade tiveram 26,9% de senadores na menor faixa de tempo, a maior fatia se comparada à eleições mais competitivas. Entretanto o aumento do tempo de carreira não representou em contrapartida um recuo gradativo nas proporções, seguindo por uma oscilação de 41%, 11,5% e 20,5% nas faixas seguintes. No caso de eleições com competição moderada fica evidente uma curva ascendente, subindo de 17,6% para 29,4%, das menores às maiores experiências. O mesmo não ocorrendo em eleições altamente competitivas, que ao contrário da expectativa apresentaram uma grande ocorrência de políticos nas duas faixas inferiores.

⁸⁷ Ponderação de elaboração própria.

Tabela 17: Nível de competitividade por faixa de tempo de filiação (%)

Competitividade	Faixa de tempo de filiação				Total
	0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 ou mais	
Baixa	42,7	21,3	21,3	14,7	100
Moderada	31,9	21,3	38,3	8,5	100
Alta	23,3	40,0	10,0	26,7	100
Total	35,5	25,0	24,3	15,1	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Os efeitos da menor competitividade ficaram mais claros para o tempo de filiação dos senadores. Entre 0 a 6 anos de filiação estão 42,7% de senadores eleitos sob baixa competição eleitoral. Caindo progressivamente até os 14,7% para aqueles com 19 ou mais anos de filiação. No nível de moderado predomina movimentos ondulares. E no nível de alta competição um quadro semelhante, porém com as extremidades mais definidas.

A influência da competitividade eleitoral, ao que parece, influi timidamente nas possibilidades de vitória de candidatos com menor tempo de vida política. Apesar de uma aproximação apenas leve pode-se observar, comparando os níveis de competição, uma maior entrada de senadores com baixa experiência em eleições menos competitivas. Mesma situação ocorrida para o caso dos senadores com menor lealdade partidária. Ainda assim seria incorreto, diante de baixa consistência, assumir uma relação forte entre essas variáveis. A devida cautela nos coloca apenas diante de uma tendência, porém distante de um alinhamento causal entre ambas.

Para esclarecer as imprecisões ocorridas para com os níveis de competitividade, a renovação do Senado se apresenta como uma alternativa de mensurar a competição política, porém não em votos, mas no número de vagas ofertadas. A alternância das eleições no Senado representa a variação de 1 a 2 vagas por estado, totalizando 27 vagas ofertadas a mais ou a menos em cada seqüência eleitoral. Numa situação de renovação de apenas 1/3 das cadeiras, onde é ofertada apenas 1 vaga, tende a uma maximização das dificuldades de acesso. A seqüência eleitoral com a disponibilidade de 2 vagas por sua vez aumentaria as chances de conquista de uma cadeira.

O aumento das "hostilidades ambientais"⁸⁸ forçaria os partidos a adotarem uma seleção mais criteriosa na oferta do candidato. Na alternância da eleição com renovação de 2/3 ocorre uma relativa flexibilização das chances de obtenção de uma vaga, justamente pelo aumento da oferta para duas vagas. A hipótese posta à prova entende que a alternância na renovação tende a agir na seletividade intrapartidária, de um lado por dificultar o ingresso de políticos inexperientes e com baixa vinculação partidária quando a renovação for de 1/3. Por outro, favorecendo o incremento de carreiras políticas e partidárias mais curtas quando houver a renovação de 2/3 das vagas.

Tabela 18: Taxa de renovação por faixas de tempo de carreira (%)

anos de carreira	taxa de renovação	
	1/3	2/3
0 a 8 anos	28,2	24,1
9 a 16 anos	18,8	38,0
17 a 24 anos	23,5	17,6
25 ou mais	29,4	20,4
Total	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A tabela acima cruza a taxa de renovação do Senado com o tempo de carreira dos senadores. A exposição dos dados não oferece a segurança necessária para conferir força ao argumento. A variação entre as faixas temporais e as taxas de renovação aponta relações tênues que impossibilitam firmeza na força explicativa da hipótese. A devida constatação decorre do fato que tanto na renovação de 1/3, como de 2/3, não se observa movimentos ascendentes ou descendentes claros. Com isso mesmo que os senadores mais experientes sejam proporcionalmente maiores em eleições com 1/3 de renovação, o mesmo ocorre com os menos experientes. Essas irregularidades impossibilitam afirmar a predisposição de facilitação para novatos ou veteranos a partir do número de vagas que é ofertado.

Para o caso das faixas de filiação partidária, a tabela 19 demonstra que a taxa de renovação da mesma forma não demonstra haver qualquer relação passível de extrair alguma causalidade. Mesmo havendo uma curva declinante nas eleições

⁸⁸ Panebianco, 2005.

de 1/3 indicando alguma casualidade, esse indício não acrescenta muita validade, pois uma curvatura semelhante ocorre nas eleições com 2/3. Portanto não havendo qualquer diferenciação significativa que leva a considerar a alternância de renovação como relevante.

Tabela 19: Taxa de renovação por faixas de tempo de filiação (%)

Taxa de renovação	Faixas de tempo de filiação				Total
	0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 ou mais	
1/3	43,6	28,2	12,8	15,4	100
2/3	38,8	22,3	26,2	12,6	100
Total	40,9	24,9	20,4	13,8	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

3.4 Sobre-representação

Diferente das distorções representativas salientes na Câmara dos Deputados, que já fora objeto de discussões de inúmeros trabalhos⁸⁹, os efeitos propiciados pela sobre-representação do Senado brasileiro ainda carecem de investigação. A insuficiência de estudos caminha na contramão do acentuado desequilíbrio da representatividade dos diferentes estados brasileiros na câmara alta. A origem desse fenômeno, segundo Backes (2008), teve como fonte inspiradora o modelo americano de composição do Senado, que subtrai as heterogeneidades territoriais em nome da paridade da representação dos estados membros. A mesma autora, contudo, reconhece as maiores distorções promovidas pelo caso brasileiro⁹⁰, manifestada pelo número fixo de senadores por estado, não levando em conta a proporcionalidade de população tal como acontece na câmara baixa. Nesse caso tanto o tamanho populacional como a representação na CD é desconsiderada. A tabela 20 ilustra essas desproporcionalidades e propõe uma

⁸⁹ Soares & Lourenço, 2004.

⁹⁰ A autora aponta o Brasil como um dos maiores índices de desigualdade em países federativos. Acima dos EUA, Suíça, Rússia, Canadá, Alemanha e Espanha. Ficando atrás somente da Argentina (BACKES, 2008).

classificação do nível de sobre-representação.

Tabela 20: População, nº de deputados, nº de senadores, relação Sen./Dep. e nível de sobre-representação por Estado.

UF	População	Deputados	Senadores	Sen./Dep.	nível de sobre-representação
São Paulo	41.011.635	70	3	0,043	baixo
Minas Gerais	19.850.072	53	3	0,057	baixo
Rio de Janeiro	15.812.362	46	3	0,065	baixo
Bahia	14.502.575	39	3	0,077	baixo
Rio Grande do Sul	10.855.214	31	3	0,097	baixo
Paraná	10.590.169	30	3	0,100	baixo
Pernambuco	8.734.194	25	3	0,120	médio
Ceará	8.450.527	22	3	0,136	médio
Pará	7.321.493	17	3	0,176	médio
Maranhão	6.305.539	18	3	0,167	médio
Santa Catarina	6.052.587	16	3	0,188	médio
Goiás	5.844.996	17	3	0,176	médio
Paraíba	3.742.606	12	3	0,250	alto
Espírito Santo	3.453.648	10	3	0,300	alto
Amazonas	3.341.096	8	3	0,375	alto
Alagoas	3.127.557	9	3	0,333	alto
Piauí	3.119.697	10	3	0,300	alto
Rio Grande do Norte	3.106.430	8	3	0,375	alto
Mato Grosso	2.957.732	8	3	0,375	alto
Distrito Federal	2.557.158	8	3	0,375	alto
Mato Grosso do Sul	2.336.058	8	3	0,375	alto
Sergipe	1.999.374	8	3	0,375	alto
Rondônia	1.493.566	8	3	0,375	alto
Tocantins	1.280.509	8	3	0,375	alto
Acre	680.073	8	3	0,375	alto
Amapá	613.164	8	3	0,375	alto
Roraima	412.783	8	3	0,375	alto
Total	189.552.814	513	81	0,158	médio

Fonte: TSE; IBGE.

Por não subestimar a envergadura desse fenômeno, o estudo entende ser relevante a inclusão da variável em questão, pois compreende ser um fator de diferenciação na dinâmica política dos estados. Embora ainda tenhamos uma baixa

produção acadêmica a respeito do fenômeno, as poucas experiências em tomá-lo enquanto variável explicativa não convergiram com relação aos seus efeitos. Gibson, Calvo & Falletti (2003) examinando o efeito da sobre-representação constata que essa provoca uma distorção dos gastos federais na realocação de recursos, acabando por beneficiar populações que vivem em territórios sobre-representados. Em termos de atuação parlamentar Neiva (2008) argumenta que ao contrário do esperado, a desproporcionalidade da representação não foi capaz de explicar o comportamento dos senadores e uma possível tendência regionalista da produção legislativa, havendo sim uma articulação interna centralizada nos partidos a exemplo que ocorre na Câmara dos Deputados.

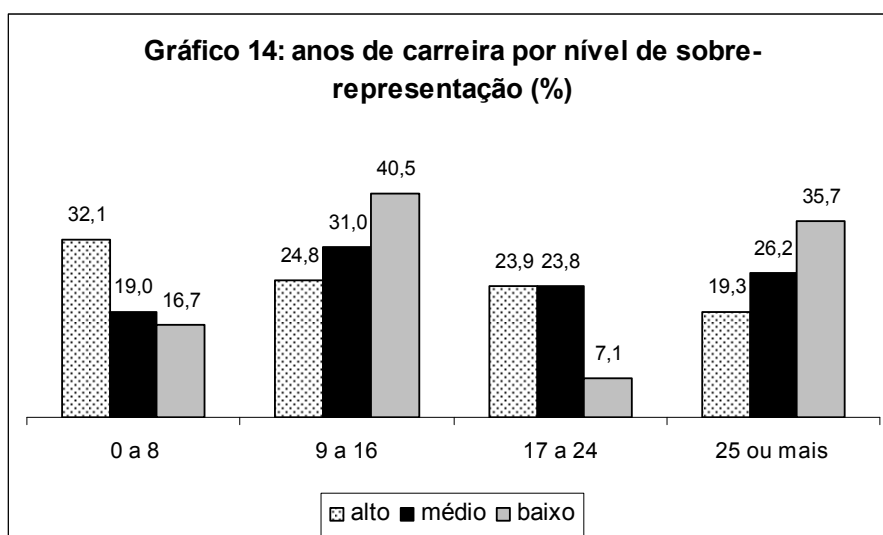
Traduzindo para o tema em questão: Quais seriam as consequências e incentivos da sobre-representação nas carreiras políticas e no recrutamento de elites? O argumento defendido acredita que havendo um número equânime de senadores, a variação da quantidade de deputados passa a refletir-se diretamente na oferta de candidatos assim como nas estratégias partidárias para as candidaturas. Sob o ponto de vista quantitativo, observamos uma variabilidade do somatório de vagas para candidatos ao Senado e a Câmara Federal. Em direção aos estados altamente sobre-representados diminuem-se o total de vagas, que confere um estreitamento do tamanho da classe política local, podendo significar a oligarquização dos postos públicos oferecidos. Esse fenômeno reforçaria a consolidação de oligopólios eleitorais e partidários, que permitiriam a um grupo reduzido de chefes políticos obter o máximo controle sobre as instituições estaduais (GIBSON, 2004). Nesse caso a fertilidade de carreiras longevas seria maior do que em contextos sub-representados, onde a quantidade mais expansiva de cargos incentivaria a competição e renovação das elites.

Uma hipótese alternativa basear-se-ia nos efeitos proporcionados pela relação de vagas entre deputados e senadores para a seleção partidária de candidaturas. Nela o estreitamento entre a oferta de candidatos à câmara alta e baixa, aos moldes dos estados sobre-representados, aproximaria os perfis dos candidatos. O raciocínio leva em conta que quanto maior for a discrepância de vagas para deputados e senadores, maior será a “triagem” partidária para selecionar seus postulantes ao Senado. Dessa forma quanto mais sub-representado o estado, a tendência de uma maior diferenciação entre os perfis políticos dos candidatos ao Senado e a Câmara, diferente do que aconteceria em estados sobre-representados.

Dois agravantes nesse ponto merecem destaque. O primeiro acrescenta a renovação alternada de 1/3 e 2/3 das eleições ao Senado, que altera a cada quatro anos as proporções das vagas. A outra considera a possibilidade legal⁹¹ de cada partido ofertar um número de candidatos à CD uma vez e meia maior que as vagas disponíveis. Nesses termos a proporcionalidade de candidatos a deputados e senadores poderia ser ilustrada da seguinte forma:

- Eleições com renovação de 1/3: 1 senador / n° de deputados X 1,5
- Eleições com renovação de 2/3: 2 senadores / n° de deputados X 1,5

Assim numa eleição com 1/3 de renovação poderia haver 1 candidato a senador para 105 candidatos a deputados federais por partido no estado de São Paulo, enquanto que em Rondônia a relação cairia drasticamente de 1 para 12. Ou seja, hipoteticamente entende-se que a sub-representação dificultaria o acesso ao Senado, ao passo que a sobre-representação possibilitaria um encurtamento a ele. Traduzida para efeitos de carreira entende-se que a sobre-representação age positivamente para o fomento de carreiras laterais e com ascensão horizontal. E a sub-representação ao contrário, dificultaria o surgimento dessas, maximizando chances de políticos experientes.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

⁹¹ Conforme Art. 18. da resolução nº 23.221 do TSE, cada partido político poderá requerer o registro de candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa e Assembleias Legislativas até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, caput).

Ambas as hipóteses podem ser averiguadas a partir do cruzamento da variável tempo com o nível de sobre-representação do estado. O gráfico 14 possibilita visualizar a participação de cada faixa de tempo nos diferentes níveis. Nos estados cuja sobre-representação é considerada alta ocorre um gradativo e evidente declínio da presença de políticos mais experientes. Num nível médio os movimentos apesar de mais instáveis, a exceção de da faixa entre 17 e 24 anos, apresentam maiores proporções de faixas com maior experiência, e menor com senadores entre 0 e 8 anos de carreira com relação ao nível anterior. Para os sub-representados não há um aclave nítido em direção aos maiores tempos de carreira, principalmente com a queda acentuada de senadores com 17 a 24 anos de carreira. No entanto as extremidades sejam nos senadores com pouca ou muita experiência há um contraste importante com estados de nível "alto". Nas pontas da tabela pode-se notar a relação relativamente aproximada entre grande experiência (25 ou mais anos de carreira) e a sub-representação; e do grupo de menor experiência (0 a 8 anos) à estados com alta sobre-representação.

Tabela 21: nível de sobre-representação por tempo de carreira

nível de sobre-representação	anos de carreira desagregado			
	0 a 8	9 a 16	17 a 24	25 ou mais
alto	70,0	47,4	66,7	44,7
médio	16,0	22,8	25,6	23,4
baixo	14,0	29,8	7,7	31,9
Total	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Por um ângulo distinto podemos observar a distribuição de cada faixa de carreira tendo essas como referência para analisar sua distribuição pelos diferentes níveis de sobre-representação. Nessa nova disposição observamos por coluna, da tabela 21, onde cada faixa de experiência apresenta maior incidência. De antemão é visível, em razão da maior presença de estados sobre-representados no Senado (tabela 20), que a maioria dos senadores concentra-se nesses. Contudo a variação das ocorrências confere importante margem interpretativa para o teste das hipóteses propostas. Assim pode-se afirmar que os senadores com menor experiência política, aqueles com 0 a 8 anos de carreira, são provenientes em 70% dos casos de estados altamente sobre-representados, e 14% tiveram origem em nível baixo. Situação semelhante para senadores com alta experiência (17 a 24 anos), que oscilam entre

66,7% e 7,7% entre os dois extremos. Na faixa entre 9 a 16 anos a presença no nível alto cai para 47,7% e sobe para 29,8% nos estados com baixa sobre-representação. Situação que acentua-se para os mais experientes (com 25 ou mais anos), que em comparação com os demais são aqueles senadores com menor presença no nível alto de sobre-representação com 44,7%, como também os com maior presença em contextos sub-representados com 31,9%.

Tabela 22: média, mediana e soma do nível de sobre-representação por tempo de carreira

	anos de carreira desagregado			
	0 a 8	9 a 16	17 a 24	25 ou mais
média	0,293	0,231	0,28	0,215
mediana	0,375	0,188	0,333	0,176
soma	14,626	13,171	10,927	10,121

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

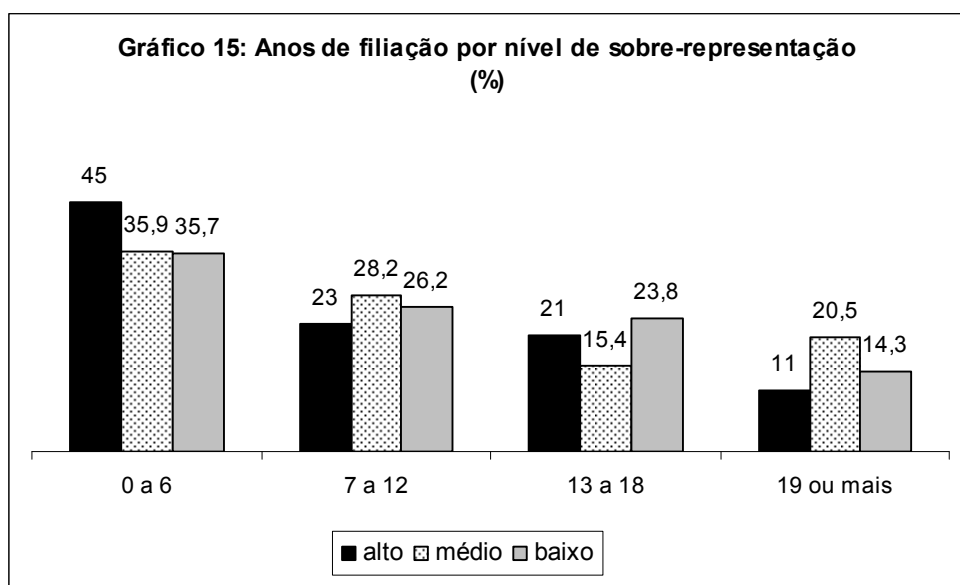
Numa tentativa de aprofundar essas evidências, a tabela 22 propõe uma síntese dos dados relativos aos níveis de sobre-representação de cada faixa de experiência. Depois de calculado a taxa de sobre-representação, a partir da razão entre o número de vagas para senador e deputado federal conforme a tabela 20, e extraindo as médias de cada faixa é evidente o contraste entre as duas extremidades de experiência. Entre os mais inexperientes a média é de 0,293, caindo para 0,215 entre os mais experientes. Padrão análogo para a mediana, que cai respectivamente de 0,375 para 0,176. Somando-se as taxas de sobre-representação de cada faixa as diferenças ficam ainda mais salientes variando de 14,626 para 10,121.

As conclusões extraídas desses dados permitem considerar relevante o efeito das discrepâncias da representação estadual. Por mais que não tenhamos condições de traçar uma rígida casualidade entre as variáveis, puderam-se observar algumas aproximações. Em estados com sobre-representação alta, ficou claro uma maior proximidade na promoção de senadores com baixo capital político. Entretanto esse dado não exclui que nos mesmos ocorra a manutenção de carreiras longas, como presumivelmente esse fenômeno ocorre em certos estados do norte e nordeste⁹². Ou seja, a maiores facilidades para os novatos não implicam, ao contrário, em maiores dificuldades aos experientes. No extremo da sub-

⁹² No capítulo 4 será examinado mais a fundo a origem regional dos perfis de carreira.

representação, mesmo tendo sido demonstrado a presença de senadores inexperientes advindos desses estados observa-se que esses aparecem em proporções comparativamente diminutas. Distinto ao caso dos políticos com grande experiência, que são em proporções superiores originários de estados sub-representados.

Os vínculos partidários por sua vez apresentam contornos mais salientes do que a longevidade na carreira. Claramente nota-se que a alta desproporcionalidade da representação, a despeito do ocorrido com o tempo de carreira, relacionou-se diretamente com filiações temporalmente menores, com destaque para os 45% entre 0 a 6 anos, e a queda para 11% entre os de 19 anos ou mais. A mesma curva decrescente também fora observada entre os sub-representados, porém em patamares distintos. Nesse nível a proporção de senadores com tempo de filiação inferior foi menor que os demais níveis, a proporção de senadores com maior tempo de filiação foi maior que no nível "alto". No plano médio observamos um quadro mais híbrido, e uma acentuada presença de políticos mais experientes comparando os demais níveis.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A maior ocorrência de políticos com experiência partidária e política menor nos estados sobre-representados parece indicar que o processo político nesses locais está se tornando cada vez mais competitivo e fragmentado, mesmo em sistemas políticos tidos como exemplares da política oligárquica (BORGES, 2008). Com isso a sobre-representação além de agir sob a dinâmica concorrencial das

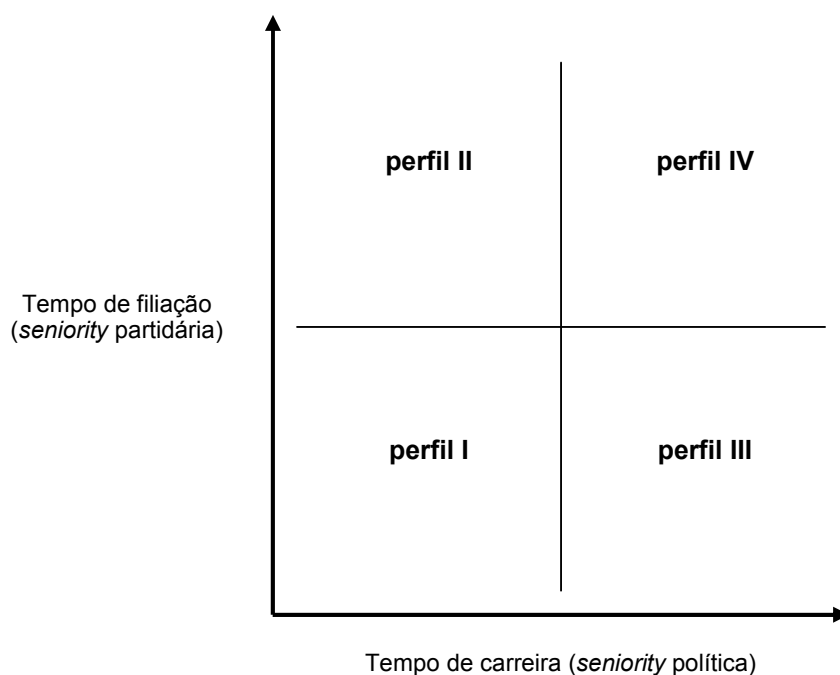
classes políticas estaduais, tem servido de incentivo para renovação, abrindo brechas para saltos e abreviação na ida até o Senado.

Capítulo 4

Perfis de carreira

Os capítulos anteriores trataram de discutir a composição senatorial ao que se refere às carreiras de seus integrantes. A varredura feita permitiu expor traços que não comungam com uma caracterização homogênea dos senadores. A devida conclusão deve-se a desigual posse capital político pelos mesmos, compilados numa série de indicadores que corroboram um desnivelamento na sua composição e envergadura. Nesse capítulo a meta é traçar uma síntese dos dados levantados de maneira a dar forma aos diferentes perfis encontrados. As dimensões analisadas até então procuraram mensurar a carreira tanto na atividade política propriamente dita, como na vinculação partidária. Por mais que se tenham levantados importantes indicadores tais como cargos prévios, número de eleições disputadas e cargos ocupados, ou então dados referentes à migração partidária, esses puderam ser condensados no indicador tempo. Nesse caso tanto o tempo de carreira, como o tempo de filiação do senador constituem-se nos eixos fundamentais para essa investigação.

Figura 6: cruzamento do tempo de carreira e filiação



Fonte: elaboração própria

A conjugação do tempo de filiação e de carreira sintetiza a composição do capital político, e seu cruzamento distingue grupos ao que diz respeito à quantificação devida ao investimento na vida política e partidária. A figura 6 dispõe quatro quadrantes fruto do encontro entre os eixos. No primeiro quadrante situam-se senadores cuja característica é a menor experiência política e partidária comparado aos demais. Acima estão senadores que compartilham a menor faixa de experiência política, acrescida de uma vida partidária mais longa. O terceiro grupo trata-se de senadores com grande experiência, retratado num grande tempo de atividade política profissional, que, no entanto fora calcada sem fortes vínculos nos seus partidos, vide que se localizam na faixa de menor tempo de filiação. Já o quarto e último grupo agregam as tradicionais "raposas" políticas e partidárias. Nesse quadrante estão localizados senadores que convergem uma longa carreira político-institucional e vínculos mais duradouros aos seus partidos. Essa disposição primária, procura de uma forma objetiva e quantitativa abarcar as variedades existentes no Senado brasileiro. Portanto tanto as salientes carreiras, como as de menor expressão, poderão ser agregadas conforme são compostas, ou seja, na vida política e partidária do senador.

A título classificatório, e a fim de ilustrar essas diferenças no perfil das carreiras, se denominará os quatro grupos respectivamente como: "*novatos*" para o perfil I, "*novatos de partido*" para o II, "*raposas*" para III e "*raposas de partidos*" para o perfil IV. As imprecisões inerentes a esses conceitos derivam das suas inevitáveis conseqüências homogeneizantes, risco esse presente caso fosse utilizado os *grands parlementaires* e *parlementaries moyens*⁹³ de Dogan (1999), ou raposas e *outsiders* de Marengo dos Santos (1997). A literalidade do termo "novato" pode conotar a imagem de iniciante ou do calouro que advém de fora da arena política sem nenhuma experiência. Nesse caso não faria justiça aos senadores com tempo de carreira, ainda que baixo, existente ou em processo de maturação como casos apreciados nos perfis I e II. Com o intuito de evitar tais desvios considera-se a distinção "novato" e "raposa", como uma linha divisória mínima entre políticos com nenhuma ou baixa experiência e aqueles com vasta experiência⁹⁴. O complemento

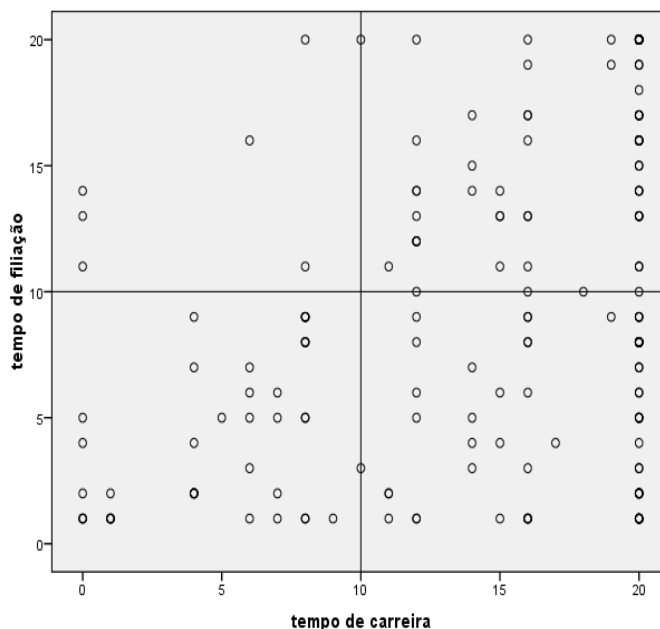
⁹³ Para Dogan essa tipologia deriva da grande diversidade de parlamentares, do ponto de vista da duração da carreira e da posição na hierarquia.

⁹⁴ Em Marengo dos Santos (1997) essa distinção possibilita isolar de um lado o político com um longo tempo de treinamento (cargos públicos, vida partidária, campanhas eleitorais), dos indivíduos com escassa experiência política.

"de partido", longe de considerar "apartidário" quem não o possui, apenas designará a conformação de uma forte vinculação partidária, indicado por um extenso tempo de filiação, e sua ausência, ao contrário, implicando em laços menos coesos⁹⁵.

A hipótese lançada no cerne do trabalho entendia que a retratação do Senado enquanto recinto de políticos experimentados, aproximado ao perfil de "raposas", não seria fidedigna aos incentivos que haveriam de incidir sobre a casa, conferindo uma variação de perfis. Por isso em nenhum momento negou-se a presença de veteranos no Senado, ou que esses constituiriam uma minoria, ao contrário, apenas defende-se que a câmara alta a despeito de uma rigorosa restrição de suas regras eleitorais, possibilitaria o convívio desses com senadores com um perfil político-partidário distinto. A conjugação de incentivos provindos dos partidos políticos e do mercado político tornariam as rotas de acesso ao Senado mais rígidas ou flexíveis conforme sua combinação, resultando em carreiras onde a vida longa na política como no partido não fosse necessariamente a regra.

Gráfico 16: Distribuição da seniority política e partidária



⁹⁵ Todos os senadores, investidos no cargo o fizeram via partidos, como não poderia ser diferente haja vista a obrigatoriedade legal. Assim essa designação apenas ressalta a força da vinculação entre político e partido.

Tabela 23: Distribuição de perfis de carreira

perfis de carreira	%
novatos (I)	23,3
novatos de partido (II)	4,1
raposas (III)	38,3
raposas de partido (IV)	34,2
total	100,0

Fonte: elaboração própria

No gráfico 16 e na tabela 23 está ilustrada a distribuição dos diferentes perfis existentes no Senado. A fronteira de cada um fora delimitada nos 10 anos de carreira e de filiação, e à direita do gráfico comprimem-se carreiras com mais de 20 anos. Essa ponderação não está livre de aleatoriedade, porém procura reproduzir um corte relativamente médio nas linhas de tempo. A distribuição gráfica aponta que, à exceção dos "novatos de partidos" com apenas 4,1% dos casos, existe uma relativa equidade nos demais perfis, onde os "novatos" apresentam-se com 23,3%, 38,3% para "raposas" e 34,2% para as "raposas de partido".

A primeira imagem saliente nesses cortes tem sua raiz nas diferentes combinações, sob o ponto de vista temporal, da vida política e partidária. Tendo o indicador tempo o "staff" de sintetizador da experiência dos senadores partiu-se ao movimento de retorno, ou seja, traduzí-los em suas partes de maneira a forjar a convergência com a exposição gráfica. A tabela 24 distribui uma leitura primária dos níveis de experiência e a correspondência desses com os perfis estabelecidos. O eixo temporal para o tempo de carreira delimita o primeiro contraste, que além de graficamente visível, numericamente se acentua com o avanço para os perfis mais tradicionais. As médias de 4,9 anos de carreira para o perfil I e 5 anos para o II salta para 21,9 e 24,9 anos nos demais grupos. O mesmo ocorrendo com o número de eleições e cargos disputados, que nos perfis de maior experiência chega à média 4 e 5 respectivamente. Bem superior as médias encontradas nos perfis I e II.

Tabela 24: anos de carreira, nº de eleições e cargos ocupados por perfil

	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
anos de carreira	4,9	5	21,9	24,9
eleições disputadas	1	2	4	5
cargos ocupados	1	1	4	5

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Reforçando essas primeiras constatações a envergadura da carreira seria sintomática do peso curricular dos senadores. A díade senadores inexperientes vs. experientes materializa-se naquilo que os mesmos trazem na bagagem. A relação entre grande experiência e um currículo de peso manifesta-se positivamente quando observadas os variados cargos já ocupados pelos senadores do perfil III e IV. Além de possuírem passagem por toda a estrutura de cargos brasileira, o que lhes confere um currículo diversificado, despontam com as maiores experiências em cargos de grande visibilidade. Assim a dimensão "qualitativa" do currículo fica evidente a importante parcela de senadores que nesses perfis obtiveram passagens pela câmara baixa, governos estaduais, prefeituras, ministérios e até mesmo no executivo federal. Comparando com os perfis de menor tempo de atuação, que também apresentam senadores com experiências plurais, essas ainda são menores e proporcionalmente inferiores, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 25: Cargos prévios ocupados por perfil (%)

Cargos prévios	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
Vereador	13,0	11,1	19,7	30,8
Prefeito	6,5	-	46,5	33,8
Vice-prefeitura	2,2	11,1	1,4	3,1
Secretarias municipais	4,8	-	4,5	3,2
Deputado estadual	15,2	11,1	42,3	60,0
Deputado federal	26,1	11,1	70,4	60,0
Senador	19,6	11,1	28,2	38,5
Governador	8,7	11,1	38,0	56,9
Vice-Governador	2,2	11,1	15,5	16,9
Secretarias estaduais	32,6	12,5	30,9	17,7
Ministérios	10,9	12,5	15,7	20,3
Presidente da república	-	-	2,8	3,1
Vice-presidência	-	-	-	1,5

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Os cargos políticos ofertados no Brasil já foram quase em sua totalidade ocupados por senadores de todos os perfis, residindo as diferenças nas proporções em que são distribuídos. Os "novatos" apresentam senadores com passagens por todos os níveis da federação, porém em proporções pequenas, semelhante ao caso dos "novatos de partido". Destaque para os 32,6% de ex-secretários estaduais e 26,1% de ex-deputados federais. O caso dos "raposas" faz jus a sua bagagem, onde

46,5% desses senadores já ocuparam prefeituras, 42,3% assembleias estaduais e 70,4% registram passagem pela câmara baixa. Entre os "raposas de partido" destaque para o contingente de 60% desses com passagem pelos legislativos estaduais e pela Câmara dos Deputados. Além dos 56,9% de ex-governadores.

O resultado para essas diferenças encontra explicação na socialização política dos senadores. A menor experiência presente nos perfis I e II tendem a significar caminhos mais curtos para justificar a chegada ao Senado de forma mais rápida. Posto isso a iniciação na vida política ocorreria, majoritariamente, em cargos de proximidade estrutural ao Senado. Já os senadores com carreiras longas, por terem uma socialização política mais ampla, apresentariam uma ascensão mais escalar, partindo de cargos de base.

Tabela 26: Primeiro cargo ocupado por perfil (%)

cargos	tipo de carreira			
	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
vereador	13,0	11,1	18,3	26,2
prefeito	4,3	-	19,7	12,3
deputado estadual	4,3	11,1	32,4	33,8
deputado federal	23,9	-	23,9	20,0
senador	43,5	55,6	-	1,5
governador	2,2	11,1	2,8	3,1
Vice-governador	2,2	11,1	2,8	1,5
Vice-prefeito	2,2	-	-	1,5
administração	4,3	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

A tabela 26 aponta que as iniciações em cargos de topo possuem uma predominância nos senadores com menor experiência. Para o caso dos "novatos", 43,5% iniciou a atividade política ocupando a vaga de senador, número próximo dos 55,6% dos "novatos de partido". Em situação totalmente oposta estão os senadores com maior experiência, onde o início na política via câmara alta não ultrapassou 1,5% dos casos. Para ambos os perfis de "raposas" os caminhos de partida são mais diversificados, porém concentram-se em cargos municipais e estaduais, mesmo que com importante fatia de iniciantes na câmara baixa. Os senadores do perfil III tiveram seu rito de entrada na carreira em 32,4% dos casos em assembleias legislativas, seguido de 23,9% pela câmara federal e em proporções inferiores nos

executivos e legislativos municipais. Origem semelhante do perfil IV, que também teve o legislativo estadual como a principal porta de entrada na política. Além de uma importante passagem inicial pelo cargo de vereador em 26,2% das ocorrências.

Tendo a iniciação política relação com o perfil da carreira do senador, o mesmo paralelo é passível de ocorrer para o cargo ocupado anterior ao Senado. Acompanhando o raciocínio de que a combinação de baixo tempo de vida política e a conquista de um cargo situado ao topo, como o de senador, implique num encurtamento de caminho, é lógico supor que o movimento até o Senado tenha se dado mediante um longo salto. Ao passo que senadores com tempo de atividade política extensa, seguem caminhos estruturalmente escalar, ou então por razões aferidas no capítulo 2 recuam na carreira até o Senado.

Tabela 27: Cargo prévio à entrada no Senado por perfil (%)

cargos	tipo de carreira			
	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
nenhum	10,9	22,2	-	-
vereador	4,3	11,1	1,4	3,1
prefeito	2,2	-	19,7	9,4
deputado estadual	13,0	11,1	5,6	3,1
deputado federal	21,7	-	26,8	20,3
senador	19,6	22,2	18,3	32,8
governador	6,5	11,1	21,1	26,6
presidente da república	-	-	2,8	-
Vice-Presidente	-	-	-	1,6
Vice-Governador	-	11,1	4,2	3,1
administração	21,7	11,1	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Baseado nesse pressuposto encontramos uma anterioridade de cargos aonde os senadores do perfil I e II chegam ao Senado sem ocupar cargo algum, como ocorre com 10,9% e 22,2% respectivamente. As prefeituras, cuja anterioridade ao Senado é vertical, aparecem com maior força para os "raposas". A câmara baixa, rota clássica para chegar o Senado, confirma sua condição de oferecer múltiplas saídas aos deputados quando, à exceção do perfil II, aparece com uma relativa estabilidade perante os perfis. Aqueles que se reelegeram, algo freqüente no

Senado⁹⁶, são presentes nos quatros perfis, com destaque para o perfil IV com 32,8%. Os senadores oriundos de governos estaduais são mais salientes nos perfis mais experimentados, como também o foram os raríssimos casos de oriundos do executivo federal. A exceção ocorre com os senadores "novatos" que em 21,7% são originários da administração.

Corroborando essa sugestão, por consequência teríamos que concluir que tanto a iniciação política, como a ocupação do cargo prévio à carreira de senador fora forjado seguindo rotas variadas, encurtadas ou estendidas conforme sejam as possibilidades providas do capital disponível pelo político e pelo seu partido. Essas mobilidades encontram convergência direta com cada perfil averiguado. Fica claro na tabela 28 que os perfis III e IV ascendem ao Senado em sua maioria por um movimento iniciado no plano municipal, passando por cargos estaduais e posteriormente atingindo a esfera federal. Contrastando com a situação dos perfis I e II, onde a predominância é um movimento direto até a esfera federal, sem passagens prévias pela política municipal e estadual.

Tabela 28: Movimento de ascensão na carreira por perfil (%)

Movimentos	Perfil de carreira			
	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
municipal - estadual - federal	15,9	-	46,2	54,7
municipal - federal	4,5	11,1	10,8	1,6
estadual - federal	9,1	33,3	32,3	29,7
direto para esfera federal	70,5	55,6	10,8	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Para os perfis III e IV os caminhos trilhados até a chegada na câmara, em sua maioria, segue a lógica hierárquica da estrutura política brasileira. Ilustrando esse ponto 46,2% dos "raposas" e 54,7% dos "raposas de partido" seguiram essa rota. Evento que fora inexistente aos "novatos de partido" e pequeno entre os "novatos". Na outra ponta o início da vida política direto no plano federal foi realidade para 70,5% dos "novatos" e 55,6% dos "novatos de partido", num evidente choque com os números apresentados pelos senadores mais talhados. Entre as faixas intermediárias de movimentos não há um claro predomínio ou uma aproximação lógica, como há nas extremidades, constituindo movimentos usuais e indistintos.

⁹⁶ vide capítulo 3.

A verticalização encontrada na longevidade da carreira possui sua outra face no desigual cultivo de uma vida fidedigna aos partidos. A variação da *seniority* partidária indica diferentes usos do recurso partidário para o ingresso no Senado. O investimento temporal nas legendas teve oscilação grande entre os distintos perfis de carreira. O complemento "partidário" dos perfis II e IV ratifica a maior fidelidade desses senadores com as legendas. Em ambas situações há uma grande dedicação temporal despendida aos partidos, mesmo que cada perfil se diferencie com relação a longevidade na vida pública. Os "novatos de partido" compensam sua pequena experiência política por uma longa vivência sob filiação do seu partido. A média de 16 anos de filiação dedicados ao partido e a filiação exclusiva são as grandes armas desses senadores para viabilizar sua candidatura. Os "raposas de partido" por sua vez conseguiram combinar longa trajetória política paralela ao cultivo de laços duradouros aos partidos. A média de 17,9 anos de filiação, somada a grande carreira, ilustra um eficaz laço de reciprocidade instituído. Onde a concomitância da vida política e partidária, permitiu ao político angariar recursos e espaços no partido, como a própria instituição passou a colher dividendos políticos com a figura do senador.

Tabela 29: Tempo de filiação, nº de filiações, migração partidária e migração no mandato por perfil

	Perfil I	Perfil II	Perfil III	Perfil IV
tempo de filiação	3,8	16	4,9	17,9
nº de filiações	2	1	3	2
migração partidária	66,7%	11,1%	98,6%	70,8%
migração dentro do mandato	34,9%	22,2%	23,2%	4,7%

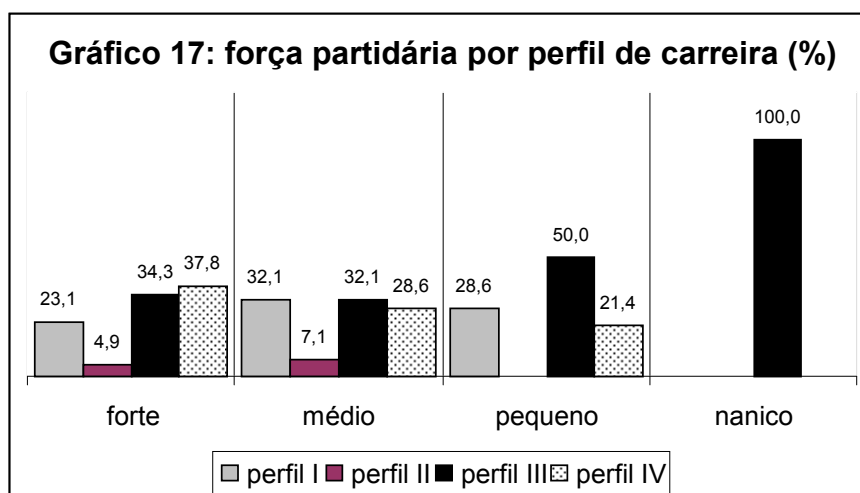
Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Para os perfis desprovidos de enraizamento partidário as médias de filiação caem drasticamente. Os 4,9 anos de filiação dos "raposas" contrastam com sua antiguidade na política. Esses senadores cultivaram seu grande capital numa posição exógena aos partidos, forjando uma figura política forte, que vem a ser seu grande atrativo a oferecer aos partidos que desejam candidatá-los. Os "novatos", grupo com menor capital, destacam-se por carregar também a menor vinculação média aos partidos, com apenas 3,8 anos de filiação e 2 filiações partidárias. Esse perfil notabiliza-se por composição de capital que agrega uma fraca vida política e partidária. A viabilidade de uma candidatura nessas condições necessitaria de

utilização de recursos extra-políticos que justificasse a sobreposição de uma carreira lateral com ingresso vertical aos partidos. Sendo assim as sugestões advindas da influência dos partidos políticos e dos mercados políticos estaduais merecem serem resgatados.

4.1 Partidos, força e ideologia

A aproximação dos perfis de carreira com a força do partido encontra sua correspondência na já referida combinação entre o capital individual e partidário. As conclusões feitas sobre a interação entre essas partes deram conta de afirmar que o acesso ao Senado demanda certo *quantum* de capital, devido à posição da casa na política brasileira. Conseqüentemente a viabilidade de uma candidatura seria improvável a um político desprovido tanto de um capital partidário e individual suficiente. Essa ressalva torna compreensível as razões pelas quais políticos inexperientes ascendem ao Senado, como também os partidos politicamente inexpressivos. Ou seja, dependerá da composição do todo do capital político investido.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Cruzando a força dos partidos com a tipologia estabelecida nesse trabalho podemos afirmar a consistência dessa argumentação. No gráfico 17 os partidos

“nanicos” ofertam senadores em sua totalidade experientes e com baixa vinculação partidária (perfil III). Os pequenos, apesar de uma maior variedade, também concentram-se em senadores com o mesmo perfil. No lado dos partidos médios e fortes passa a ter uma composição mais heterogênea. Nesses partidos surgem os maiores percentuais de senadores do perfil IV, justamente aqueles que convergem um forte capital individual e partidário. Nessas mesmas forças, em menores doses, surge o perfil II, o de senadores inexperientes mais longamente vinculados a suas legendas, algo que se mostra inviável nos nanicos e pequenos. A relação que se sobressai é que quanto menor for a força do partido mais dependente será de políticos experientes para ter êxito na eleição ao Senado. Com isso o capital individual do senador é maior que o do próprio partido. Porém isso não significa que os partidos mais fortes não possam comportar políticos experientes ou que sejam apenas produtores de novatos. Os dados sugerem apenas que em razão de sua força possuem uma condição de maior independência da figura dos candidatos que os possibilita um quadro mais heterogêneo, tanto para apostar em novatos como também para compor uma forte candidatura com um político experiente de forma mais equilibrada.

Tabela 30: Ideologia partidária por perfil (%)

ideologia	tipo de carreira				Total
	tipo I	tipo II	tipo III	tipo IV	
esquerda	20,0	87,5	13,5	21,2	20,7
centro	31,1	12,5	33,8	50,0	37,8
direita	48,9	-	52,7	28,8	41,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Outra face da correlação com os partidos encontra correspondência na ideologia partidária. No mesmo raciocínio anterior, sobre a combinação dos capitais, a variável ideologia fornece indícios sob a parcela provinda do capital partidário a partir das diferenças oriundas da socialização e investimentos endógenos ou exógenos de cada partido na oferta de candidaturas. Aos partidos de esquerda é vinculada a idéia de um grande investimento na aposta de correligionários fiéis. Evidenciado pela significativa presença de senadores, que em comum têm um grande tempo de filiação (perfis II e IV). No outro extremo os partidos de direita têm

como elo comum maioria dos seus quadros aqueles com baixa vinculação aos partidos como os perfis I e III, sendo sintomático do recrutamento exógeno das legendas à direita. O centro, pela própria posição ideológica, possui uma posição mais híbrida contemplando senadores dos perfis I, III e principalmente IV.

Tabela 31: Partidos por perfil de carreira (%)

Partidos	Perfis de carreira				Total
	I	II	III	IV	
PMDB	20,0	12,5	14,9	42,4	25,4
DEM (PFL)	20,0	-	29,7	21,2	23,3
PSDB	11,1	-	21,6	7,6	13,5
PT	8,9	87,5	1,4	12,1	10,4
PTB	11,1	-	5,4	3,0	5,7
PP	11,1	-	5,4	1,5	5,2
PDT	4,4	-	6,8	3,0	4,7
PPS	4,4	-	5,4	3,0	4,1
PR (PL/PRONA)	6,7	-	1,4	-	2,1
PRN	-	-	2,7	-	1,0
PDC	2,2	-	1,4	-	1,0
PDS	-	-	-	3,0	1,0
PC do B	-	-	-	1,5	0,5
PSB	-	-	-	1,5	0,5
PMN	-	-	1,4	-	0,5
PRTB	-	-	1,4	-	0,5
PSD	-	-	1,4	-	0,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dados biográficos)

Tratando individualmente os partidos podemos complexificar a liga dessas relações, e mesmo assim é ainda mais nítida a aproximação anteriormente feita. A tabela 31 elenca todos os partidos que já ocuparam uma cadeira ao menos no Senado. Apesar da intensa variedade podemos observar certas concentrações em alguns partidos e perfis. Os “novatos” foram em 20% dos casos filiados ao DEM (PFL) e ao PMDB. Os “novatos de partido” em quase sua totalidade se originaram do PT com 87,5% e inexistindo em partidos de direita. O caso das “raposas”

assemelha-se aos “novatos”, concentrando-se à direita e centro, com 29,7% no DEM (PFL), 21,6% no PSDB e 14,9% no PMDB. A situação dos “raposas de partido” é mais concentrada, onde 42,4% vieram do PMDB, seguido do DEM (PFL) com 21,2% e em menor escala o PT.

Essas aproximações com as variáveis partidárias confirmam relações sugeridas no decorrer desse e de outros trabalhos. A relevância dos partidos seja sob o ponto de vista da sua força ou institucionalização e de sua ideologia gera conseqüências importantes em diversos níveis da vida política. Os laços estabelecidos dessas variáveis com as diferenças na carreira dos senadores atestam particularidades que agregadas a outras permitem visualizar certas rupturas no caráter senhorial da casa.

4.2 Região e sobre-representação

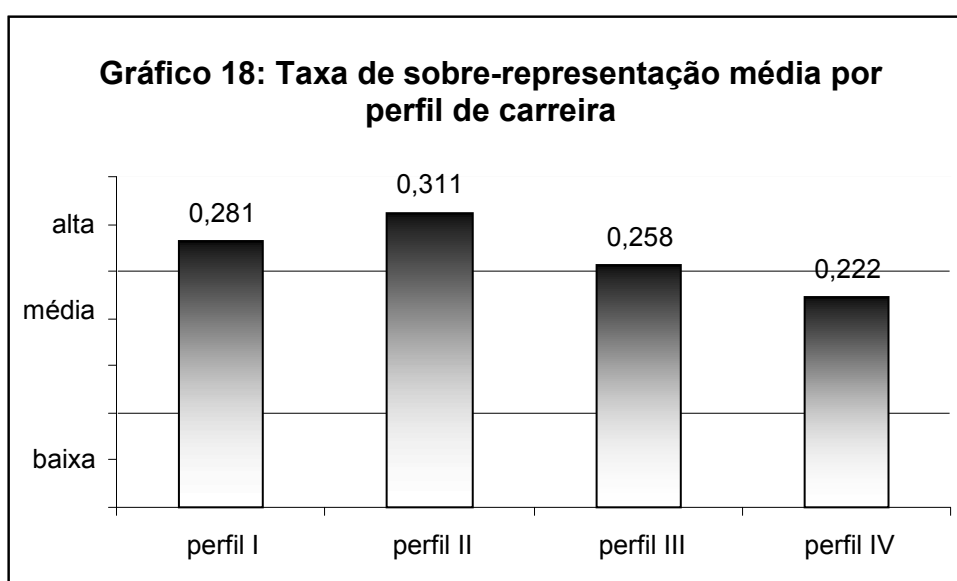
Se do ponto de vista partidário podemos identificar os diferentes senadores o que dizer com relação a sua origem estadual? Já foram mencionados os incentivos advindos da sobre-representação no reforço de determinadas carreiras que agem tanto no sentido de maximizar as dificuldades prévias ou então de minimizá-las. Na hipótese anterior o aumento do nível de sobre-representação teria como conseqüência uma relativa flexibilização para as candidaturas ao Senado, pois agiria sobre a dinâmica concorrencial da classe política. Considerando essa sugestão é possível prever a incidência desses efeitos para os distintos perfis.

Tabela 32: Nível de sobre-representação por perfil (%)

nível de sobre-representação	Perfil de carreira				Total
	I	II	III	IV	
baixo	19,0	-	31,0	50,0	100
médio	16,7	4,8	42,9	35,7	100
alto	27,5	5,5	39,4	27,5	100
Total	23,3	4,1	38,3	34,2	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

À primeira vista todos os níveis de sobre-representação possuem presença importante de todos os perfis, exceto o caso do tipo II, que pela condição minoritária aparece em proporções menores. Todavia a identificação das maiores incidências em cada nível permite alguma inferência. Os senadores do perfil I são mais proeminentes em estados sobre-representados, situação semelhante ao perfil II. Por sua vez tanto as “raposas” do perfil III são, em sua maioria, oriundos de um nível mediano, e as do perfil IV são grande maioria em estados sub-representados. Nesse quesito os traços de uma relação causal não permitem grandes conclusões, sendo recomendada a devida cautela.



Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Como exposto na tabela 20 do capítulo 3 a classificação da sobre-representação baseou-se na razão entre o número de senadores e deputados ofertados por cada estado, e acreditava-se que isso agiria sobre a competitividade da classe política local. O agrupamento dessas faixas classificatórias buscou aproximar números similares, contudo com a inevitável conseqüência dos desvios. Como forma de facilitar as nuances dessa interação o gráfico 18 apresenta as médias da taxa de sobre-representação (n° de senadores / n° de deputados) de cada perfil. Nele observa-se que à medida que avançam os perfis diminui a taxa de sobre-representação média. Nesse caso os senadores com menor experiência (perfis I e II) são em média mais salientes em estados onde a sobre-representação é alta, ou seja, onde a relação entre o número de vagas para senador e deputado é mais discrepante. O perfil III apresentou média na faixa alta, porém com números

menores, e o perfil IV reduziu a taxa ficando na faixa média.

Tabela 33: região por perfil (%)

Região	perfil de carreira				Total
	I	II	III	IV	
Norte	42,2	37,5	31,1	19,7	30,1
Nordeste	20,0	25,0	33,8	27,3	28,0
Centro-oeste	20,0	25,0	16,2	13,6	16,6
Sudeste	13,3	-	13,5	18,2	14,5
Sul	4,4	12,5	5,4	21,2	10,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Contornos similares podem ser vistos com relação ao caráter regional de cada perfil. A região sul do país demonstra ofertar senadores com longa carreira política e partidária. Distinto ao que ocorre no norte do país, onde senadores com perfis de carreiras mais curtas surgem com mais frequência. No nordeste brasileiro a distribuição é mais equilibrada, sobressaindo-se o perfil III, indicando a continuidade de oligarquias. Já no sudeste e centro-oeste não desponta nenhuma regularidade mais forte. Apenas a maior presença do perfil IV no sudeste, e do perfil II no centro-oeste. Em geral observa-se que senadores com grande experiência não encontram obstáculos pela sobre-representação ou pela região do país, talvez o caso mais destoante seja a pequena presença do perfil III no sul do país, como foi tratado no capítulo anterior, contudo em relação aos senadores de carreira mais curta observa-se sua maior frequência em determinados nichos.

Tabela 34: perfil de carreira por eleição (%)

perfil de carreira	ano da eleição				
	1990	1994	1998	2002	2006
perfil I	35,5	27,8	29,6	14,8	11,1
perfil II	-	3,7	3,7	7,4	3,7
perfil III	48,4	44,4	29,6	29,6	40,7
perfil IV	16,1	24,1	37,0	48,1	44,4
total	100	100	100	100	100

Fonte: Senado e FGV-CPDOC (dicionário histórico e biográfico)

Num plano longitudinal ficam claras tendências de variação da distribuição dos perfis. Entre 1990 e 2006, as proporções seguem declinantes e em outros casos ascendentes. Na primeira situação enquadram-se os “novatos”. A presença desse perfil mostra-se em declínio progressivo durante as cinco eleições. Os 34,5% de 1990, cai para 11,1% em 2006, com a tendência da continuidade da queda. Situação similar ocorre com os “raposas”, que se encolhem mesmo que em ritmos mais moderados, variando de 48,3% em 1990 para 27,8% em 2006. Um movimento oposto acontece para os “raposas de partido”, que ao contrário só ascendem, variando de 13,8% para 48,1% entre as cinco eleições. E em menor escala os “novatos de partido”, que mesmo minoritários obtiveram uma leve subida em 2006. O quadro descrito aponta para uma solidificação da *seniority* dos senadores. Primeiro pelo franco declínio de senadores com menor experiência, que segue o mesmo destino daqueles com baixa vinculação, vide os casos dos “novatos” e “raposas”. Podemos assim argumentar que ocorre um processo de solidificação da *seniority* como critério de promoção ao Senado. Decorrente tanto de uma maior seletividade partidária, como também pela continuidade e permanência de senadores que acabam por migrar e serem classificados num outro perfil.

4.4 Quadro geral

Sobrepostos os indicadores e cruzando-os tendo como referência os eixos da antiguidade política e partidária, formatou-se uma tipologia que pudesse desagregar as distinções e aproximar as semelhanças entre os senadores. Um esboço de uma tipologia ideal⁹⁷ procura assim traçar as principais características que demarcam as diferenças nas carreiras. A construção dessa classificação com isso vem a ser uma idealização elaborada a partir de traços comuns de cada perfil. O quadro 1 apresenta uma síntese dos achados estipulando uma caracterização mínima do que fora descrito.

⁹⁷ Weber, 1992.

Quadro 1: tipologia básica dos senadores

	Perfis de carreira			
	Perfil I: “novatos”	Perfil II: “novatos de partido”	Perfil III: “raposas”	Perfil IV: “raposas de partido”
Anos de carreira	4,9	5	21,9	24,9
Eleições disputadas	1	2	4	5
Cargos ocupados	1	1	4	5
Primeiro cargo ocupado	Senador e Deputado federal	Senador	Deputado estadual e federal	Vereador e Deputado estadual
Cargo prévio de senador	Deputado federal e Administração	Nenhum e Senador	Deputado federal e Governador	Governador e Senador
Movimento entre as esferas	Direto para esfera federal	Direto para esfera federal	Municipal - Estadual - Federal	Municipal - Estadual - Federal
Anos de filiação	3,8	16	4,9	17,9
n° de filiações	2	1	3	2
% de migração partidária	66,7%	11,1%	98,6%	70,8%
% de migração dentro do mandato	34,9	22,2	23,2	4,7
Força partidária	pequeno e médio	médio e forte	pequeno e nanico	forte
Partidos de maior recorrência	PMDB e DEM	PT	PSDB e DEM	PMDB e DEM
Ideologia de maior recorrência	direita	esquerda	direita	centro
Sobre-representação	alta	alta	média	baixa
Região do país	norte e nordeste	norte	norte e nordeste	sul e nordeste

Fonte: elaboração própria.

Os "novatos"

Representam a antítese da tradicional imagem aferida aos senadores brasileiros. Ao contrário de uma carreira alicerçada numa longa vida política e

partidária, esse grupo de senadores emerge a casa com baixa ou em alguns casos sem nenhuma experiência. A curta vida pública compatibiliza-se com a presença de figuras como *outsiders* e diletantes entre seus representantes. Comparando-os com os demais perfis representam aqueles com as menores médias de tempo de carreira e filiação, com 4,9 e 3,8 anos respectivamente. Sendo sintomático a essa escassez de experiência o fato de terem disputado em média somente uma eleição e ocupado apenas um cargo público antes de atingir o Senado.

A abreviação da carreira até a câmara alta é estimulada por uma iniciação política direto na esfera federal e em via de regra em cargos de topo. Caracterizando-se por um padrão lateral de ingresso na política, geralmente na condição de deputado federal ou diretamente como senador, alicerçada numa ambição fortemente progressiva. Ao que se refere aos vínculos partidários, esse reflete a baixa experiência na política, já que se qualificam como os senadores com os laços partidários mais frágeis. Fato esse corroborado pelo caráter migratório do grupo, que a despeito da curta carreira trazem consigo em média duas filiações partidárias, fruto de migrações que já acometeram 66,7% do perfil, e que continuam a ocorrer após assumirem a condição de senador.

No quesito partidário obtém passagem à política majoritariamente via partidos de direita, que pelo padrão exógeno e lateral de recrutamento possuem uma permeabilidade à reconversão maior para o ingresso de quadros com baixo capital político acumulado. Suas filiações distribuem-se em legendas de diferentes portes, tanto nos partidos pequenos, intermediários e fortes. Entretanto a maior recorrência de "novatos" acontece no DEM (PFL) e no PMDB, justamente dois partidos de grande força. Os estados de maior promoção de novatos são das regiões Norte e Nordeste, onde existe uma alta sobre-representação, destacando-se o Acre, Roraima, Tocantins e Ceará.

No decorrer das cinco eleições, diversos políticos puderam ser classificados nesse perfil. Citamos os casos de Amazonino Mendes (PDC) no Amazonas e o outsider Henrique Almeida (PFL) no Amapá em 1990. Na eleição seguinte destaque aos estados sobre-representados, com Marina Silva (PT) no Acre, Jeferson Peres (PDT) no Amazonas, Romero Juca (PPR) em Roraima, e em São Paulo Romeu Tuma (PL). No ano de 1998 temos o neófito Tião Viana (PT) no Acre, Heloisa Helena (PT) em Alagoas, José Roberto Arruda (PP) e Luis Estevão (PMDB) ambos no Distrito Federal. Em 2002, novamente no Acre conquista a vaga Augusto Botelho

(PDT). Oriundos do PL temos Magno Malta no Espírito Santo e Marcelo Crivella no Rio de Janeiro. Já na última eleição entre os "novatos" aparecem Kátia Abreu (PFL) do Tocantins e José Vicente Claudino (PTB) do Piauí.

Os "novatos de partido"

Perfil de carreira mais raro entre os senadores, pois ao contrário dos demais a vida no partido é mais extensa do que a experiência político-institucional. A disparidade do tempo de filiação partidária com a ocupação de cargos públicos indica uma forte vinculação ao partido, que permitiu ao senador cultivar dividendos partidários decisivos para a indicação da vaga, oriundos de um grande investimento temporal na legenda. A forte proximidade com o partido confere ao perfil um tempo médio de filiação em torno de 16 anos, em patamar semelhante aos "raposas de partido". Essa condição torna os "novatos de partido" como os senadores mais fiéis, pois além do longo tempo de filiação caracterizam-se por terem filiação exclusiva, algo empiricamente diminuto.

Por outro lado, carecem de uma grande experiência política, retratada em 5 anos de carreira em média, número relativamente superior ao perfil anterior. Suas participações em pleitos eleitorais também são baixas, com apenas 2 eleições no currículo, e com a ocupação de apenas 1 cargo eletivo em média. Nesses itens sua proximidade com os "novatos" é maior, tanto na progressividade da ambição na carreira como principalmente na iniciação política. O encurtamento do caminho até o Senado é abreviado por uma ascensão direta à esfera federal, geralmente tendo o próprio cargo de senador como introdutório na vida política.

A mescla de baixa experiência política com longo tempo de filiação aproxima esses senadores aos partidos de esquerda, que por apresentarem um forte investimento endógeno de recrutamento acabam selecionando políticos com grandes serviços prestados, ou no caso materializado com a fidelidade partidária. Entre as legendas com maior recorrência está o PT, que demonstra ser o partido que mais recorre as suas fileiras internas na oferta de novos candidatos, propiciando uma renovação política a custo da lealdade. Contudo o elo do partido com o perfil têm se mostrado exitoso sob circunstâncias de alta sobre-representação,

principalmente nos estados do Norte do país, como Acre, Pará e Rondônia e um grande destaque para o Distrito Federal.

O perfil minoritário desses senadores pode ser retratado nos casos de Darcy Ribeiro (PDT) no Rio de Janeiro em 1990. Jose Dutra (PT) no Sergipe em 1994. Ney Suassuna (PMDB) na Paraíba e Lauro Campos (PT) no Distrito Federal em 1998. E nas últimas eleições destaque para Fátima Cleide (PT) em Roraima, Ana Julia (PT) no Pará e Ideli Salvati (PT), com seus 22 anos de filiação, em Santa Catarina.

Os "raposas"

A principal marca desse perfil é o amplo tempo dedicado à carreira política profissional. Os "raposas" do Senado possuem um estoque de capital amplo, que fora cunhado após a passagem por vários cargos e eleições, lhes conferindo um patamar de reconhecimento e status político alto. Retratado pela média de 21,9 anos de atividade política e de 4 cargos e eleições prévias no currículo, a carreira desses senadores apresenta um padrão vertical de mobilidade até os cargos de topo. Com experiência pública à frente de cargos municipais, estaduais e federais, esses senadores iniciaram na política em grande parte nos legislativos estaduais ou federais. Entre os cargos pelo qual já passaram estão postos de grande expressão, tais como governos estaduais e em alguns casos até o executivo federal⁹⁸. A anterioridade à ocupação do cargo no Senado está localizada na maioria das vezes na câmara federal ou nos executivos estaduais, que sugere uma ambição política progressiva e regressiva respectivamente.

A extensa vida na política permitiu a esse grupo fomentar ao longo de suas carreiras uma relativa autonomia e independência⁹⁹ em relação aos partidos. O reconhecimento público e intra-pares adquirido ao longo do tempo na cena política possibilitou a constituição de um sólido capital. O teor e a grandeza desse dotaram os "raposas" de uma fácil aceitabilidade nas legendas partidárias, mesmo sem cultivarem uma vida fiel a elas. A média de apenas 4,9 anos de filiação, bem abaixo

⁹⁸ Caso de Fernando Collor de Melo.

⁹⁹ Mesmo dependendo dos partidos para candidatar-se, esses senadores, em virtude de sua bagagem, ostentam de uma aceitabilidade entre as legendas, já que confere alto potencial de ganhos a elas.

dos "novatos de partido" e das "raposas de partido", aliada a um caráter altamente migratório, com a média de 3 filiações, comunga com um alto índice de migração que atesta um desapego e baixo investimento em vida partidária.

Sob essas condições os políticos desse perfil oferecem em troca a sua candidatura no partido, sua bagagem na política e o potencial de vitória que essa traz. Por conta disso, são justamente os partidos "pequenos" e "nanicos" que possuem a maior presença de "raposas" no seu interior. Já que a chance de vitória desses numa eleição à câmara alta é depositada quase que exclusivamente na figura de candidatos de grande experiência, e seria inviável com a insuficiência de força dessas legendas. A combinação de grande experiência política e baixa vida partidária os aproxima de ideologias mais à direita, justamente pelo fato dessas em sua maioria, cultivarem um padrão de recrutamento horizontal (MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2001). Exemplos corriqueiros de aparição estão no DEM (PFL), PSDB, e em partidos de menor porte.

O caráter majoritariamente "nordestino" e "nortista" dos "raposas" aponta a continuidade de resquícios oligárquicos em estados dessas regiões. Os casos oriundos de Alagoas, Maranhão, Piauí, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco exemplificam essa tendência. Contudo sua incidência não localiza-se apenas em estados com sobre-representação alta, sendo também recorrente em níveis médios.

Ilustrando os "raposas" podemos citar Helio Campos (PMN) em Roraima, Epitácio Cafeteira (PDC) do Maranhão e Josaphat Marinho (PFL) da Bahia na eleição de 1990. Na seguinte vieram, entre outros, Levi Dias (PPR) no Mato Grosso do Sul e Bernardo Cabral (PP) no Amazonas. Francisco Morazildo (PTB) em Roraima, e Eduardo Siqueira (PFL) no Tocantins são os exemplos de 1998. Em 2002 destacam-se Antonio Carlos Valadares (PSB) em Sergipe, Heráclito Fortes (PFL) e Mão Santa (PMDB) no Piauí. Expedito Junior (PP) em Rondônia, Marisa Serrano (PSDB) no Mato Grosso do Sul, Fernando Collor de Melo (PRTB) em Alagoas e Joaquim Roriz (PMDB) no Distrito Federal como exemplos de 2006.

Os "raposas de partido"

A particularidade que diferencia os "raposas de partido" dos restantes é o fato de terem tanto o eixo tempo de carreira e tempo de filiação convergindo para altos índices. O encontro dessas duas faces os torna o grupo politicamente mais seletivo do Senado, já que a despeito da longa vida na política, tal como os "raposas", compartilham uma forte lealdade aos partidos.

A média de 24,9 anos de carreira soma-se à de 5 cargos eletivos prévios já ocupados e 5 eleições já disputadas, sendo as maiores entre todos. O grande tempo de carreira do perfil torna-os com uma socialização política mais ampla, vide que entre os principais cargos de ingresso na vida política se dá bem na base, via câmara municipal, seguido do cargo de deputado estadual. Por consequência sua passagem pela política congrega todos os níveis da federação, da base até os altos cargos de topo, como governadores ou então executivo federal, que torna o processo de chegada ao Senado provável por conta da extensão e da seqüência seguida na carreira. A anterioridade ao Senado, em virtude da envergadura da carreira, tem como cargos prévios mais recorrentes os de senador e governador. A chegada à câmara alta está ancorada numa motivação regressiva e estática. Portanto, como atestado no capítulo 3 a busca pela câmara alta nessa situação significa um investimento de manutenção da carreira, tanto no regresso feito a partir de ex-governadores como de senadores que buscam sua reeleição.

A amplitude do capital político desses senadores se completa pela parcela cultivada sob fortes laços com os partidos. A face partidária desse perfil materializa-se na média de 17,9 anos de filiação, e de apenas 2 filiações, que em virtude da longa carreira pode ser considerado um número pequeno. A tendência oposta à migração os tornam, além de possuírem as menores quantidades de filiações, aqueles que menos migram quando já investidos na condição de senador. Sua vida partidária têm se mostrado mais ativa nas legendas de centro, e em partidos "fortes", entre os quais DEM (PFL) e principalmente o PMDB.

A grande presença desses senadores é regionalmente variada, com aparições no nordeste, sudeste e sul, tendo como elo comum a sub-representação. Os estados de São Paulo, Bahia, Paraíba e principalmente o Rio Grande do Sul surgem como as principais origens para o grupo.

Nessa elite política e partidária podemos claramente ver a grande parcela de senadores do PMDB. Como os casos de Garibaldi Alves no Rio Grande do Norte e Pedro Simon no Rio Grande do Sul em 1990. Jader Barbalho no Pará, Humberto

Lucena na Paraíba, Gerson Camata no Espírito Santo, Jose Fogaça no Rio Grande do Sul e Iris Resende em Goiás repetem a dose pemedebista em 1994. Em 1998 além dos pemedebistas Gilberto Mestrinho no Amazonas e Jose Sarney no Amapá, temos Saturnino Braga (PSB) no Rio de Janeiro e Jorge Bornhausen (PFL) em Santa Catarina. Na eleição de 2002, o quadro partidário é mais heterogêneo, com Artur Virgilio (PSDB) no Amazonas, Antonio Carlos Magalhaes (PFL) na Bahia, Paulo Paim (PT) no Rio Grande do Sul, Tasso Jereissatti (PSDB) no Ceará, Roseana Sarney e Edson Lobão pelo PFL no Maranhão. Na ultima eleição destaque para Inácio Arruda (PC do B) no Ceará, Eduardo Suplicy (PT) em São Paulo e Álvaro Dias (PSDB) no Paraná.

Considerações finais

A predisposição institucional que combina regra majoritária e um reduzido número de vagas consolida uma estrutura de oportunidades extremamente restritiva ao Senado. As dificuldades desse quadro trariam desdobramentos diretos nas linhas estratégicas dos partidos e dos candidatos devido ao alto grau de incerteza que se impõe. Aos partidos haveria uma motivação para uma triagem interna mais rigorosa, acabando por promover candidatos experientes e com maior potencial de vitória. De outro lado existiria um desestímulo de candidatos com menor *seniority* política em concorrer e dos partidos em ofertá-los. Essa tendência “conservadora” do Senado teria por conseqüência a consolidação de uma elite política e partidária no corpo de seus membros.

Posto dessa forma, a resposta a nossa pergunta inicial seria afirmativa, com a confirmação de um status "senhorial" dos senadores brasileiros. Apostando na problematização dessa tendência, o argumento desse trabalho entende que a despeito dos incentivos a favor de uma oligarquização dos senadores, existem por sua vez processos políticos passíveis de potencializar uma oxigenação na casa. Portanto, se as restrições eleitorais convergem pró uma maior seletividade de políticos com alta *seniority*, as mesmas em conjunto com outras variáveis, que compõem o ambiente político e partidário, podem viabilizar a candidatura de senadores com menor experiência, gerando uma maior circularidade da casa.

O exame detalhado da bagagem político-partidária dos senadores indicou a existência de uma clara heterogeneidade no tamanho e na composição do capital político dos mesmos. O tempo de carreira apontou que mesmo existindo senadores com vida política longa esses compartilhavam espaços com aqueles desprovidos de um grande capital. A variação encontrada demarcava verticalmente senadores com muito tempo de vida política ao topo, até os com baixa ou sem nenhuma vivência. Convergingo nessa direção, os dados referentes à quantidade de cargos ocupados e eleições disputadas deram conta de confirmar esses contrastes. Os indícios levaram a crer, frente às discrepâncias encontradas, que o perfil vertical de carreira, ao contrário do que poderia se imaginar, não era homogêneo.

Tal hipótese foi corroborada quando verificadas os caminhos trilhados pelos políticos até o Senado. Considerando a estrutura de cargos brasileira, observou-se

que a ascensão política, após iniciada a carreira, nem sempre seguia um movimento escalar, havendo saltos e por conseqüência encurtamentos do caminho. As rotas verticais e ascendentes contrabalanceavam-se com movimentos laterais, sendo possível localizar senadores cuja introdução na vida política deu-se diretamente nos cargos de topo, ou então no próprio Senado.

As origens prévias dos senadores também se mostraram variadas, indicando a grande atratividade do cargo, que pelos dividendos oferecidos estimula postulantes de diversas origens políticas a ambicionarem sua ocupação. A busca pela câmara alta brasileira, pelas evidências, demonstra ser um objeto de desejo viável não somente a uma elite política desejosa em conservar seu capital, mas também para aqueles que querem ascender politicamente ou até mesmo iniciar a vida pública. E mesmo aceitando as dificuldades prévias para conquista-lá, os atalhos surgidos evidenciam brechas que apenas as restrições eleitorais não conseguem explicar.

Ao que tange aos laços partidários, de maneira semelhante, esses não confirmaram a expectativa de serem os senadores, hegemonicamente, grandes investidores na vida partidária. Essa afirmação confronta-se com a hipótese de que os partidos, frente aos altos custos eleitorais, selecionariam candidatos com alta *seniority* partidária, como contrapartida aos serviços prestados. Mesmo que existam tais situações, os dados mostraram que o cultivo de grandes lealdades também apresenta variações importantes, seja no quesito tempo de filiação, número de filiações ou nas migrações partidárias. Tornando assim clara a permeabilidade da casa aos fenômenos migratórios e de infidelidade partidária que acometem a política brasileira. Onde paralelo ao cultivo de grandes vínculos partidários, existem filiações mais curtas e com laços mais frágeis. Permitindo concluir que o recrutamento e a seleção de candidaturas não se dão apenas via endógena ao partido, apontando para investimentos horizontais de filiação.

A convivência de carreiras com contornos verticais e endógenos de um lado, e horizontais e laterais por outro, nos obrigou a questionar quais razões, frente às reconhecidas restrições institucionais, poderiam estar concorrendo para o incremento de carreiras que não sigam um molde mais tradicional. Admitindo os reais incentivos provindos da regra eleitoral, essa variável isoladamente não fornece respostas para a variabilidade de perfis políticos dos senadores. Sendo assim, como uma casa regida por um princípio eleitoral excludente apresenta uma tamanha

variabilidade nas carreiras de seus quadros? Entre os fatores possíveis, poderíamos citar os de natureza cultural, sociológica ou socioeconômica, todavia esse trabalho aposta que os partidos políticos e a concorrência do mercado eleitoral concorrem diretamente para incentivar um ou outro perfil de carreira.

Testando essas afirmações, a força do partido mostrou-se relevante quando observada a capacidade dos "fortes" em selecionar endogenamente seus quadros como também promover renovação. Oposto que ocorre nos partidos menores, cujo êxito num pleito ao Senado só é viável com candidatos experientes, numa forma de compensar a insuficiência de força. Em caráter complementar a variável ideologia apontou que a *direita* possui maior proximidade com senadores infiéis, tanto os com muita ou pouca experiência. A *esquerda* ao contrário a característica é a fidelidade dos senadores, sejam eles experientes ou não. E o *centro* mesclando nos dois pólos. Com relação as discrepâncias na representação estadual, essa demonstra também ser sintomática para as carreiras. A sobre-representação estadual deu mostra de ser mais receptiva aos iniciantes, já a sub-representação relativamente mais seleta. A competitividade eleitoral, retratada tanto na quantidade de votos e na taxa de renovação do Senado, não apresentou relações passíveis de estipular alguma predisposição ou causalidade.

As hipóteses aqui testadas obviamente não conseguem abarcar a complexa trama política que envolve a promoção de uma candidatura, terreno esse muitas vezes de difícil mensuração. Com isso é importante frisar que a oferta de um candidato a um posto tão concorrido como o Senado não está livre de ser influenciada por estratégias eleitorais, tais como coligações e permuta de cargos¹⁰⁰, "apadrinhamentos" ou o súbito surgimento de "aventureiros"¹⁰¹.

Uma hipótese a ser testada seria a influência da regra majoritária numa faceta ainda pouco examinada. Parte-se premissa que as eleições majoritárias, apesar de serem eleitoralmente mais excludentes, apresentam uma face capaz de tornar as candidaturas mais personalizadas e focadas na figura do(a) candidatos(as) que a eleição proporcional. Por assim ser acabariam por potencializar fatores que nas proporcionais tenderiam a ser mais "pulverizados". Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que a disputa num modelo majoritário, aos moldes do

¹⁰⁰ Entre os itens mais barganhados nas negociações eleitorais estão as candidaturas. Onde muitas coligações são seladas tendo como moeda de troca a concessão da candidatura a outro partido.

¹⁰¹ Político do tipo "celebridade".

Senado, poderia minimizar a carência de uma vida política e partidária prévia, viabilizando assim candidaturas laterais devido a uma maior personificação do candidato. Conseqüentemente viabilizaria candidaturas de novatos ou de políticos com pouca experiência. Contudo esse é um aspecto que carece de verificação, constituindo-se apenas numa sugestão, necessitando para tal de estudos que confirmem ou analisem com mais profundidade esse fenômeno.

Para os fins desse trabalho, a questão fundamental passou a ser como as instituições, os partidos e o mercado eleitoral filtram essas possibilidades, no sentido de dificultar ou facilitar candidaturas de diferentes perfis. As hipóteses complementares testadas limitam-se a expor, para além da casualidade da regra eleitoral, as influências advindas dos partidos políticos, da desproporcionalidade da representação estadual e da competitividade eleitoral, mensurando os impactos para o incremento das carreiras. No sentido de responder como esses fatores poderiam estar agindo positivamente ou negativamente para a circularidade política do Senado.

Após verificadas a heterogeneidade senatorial, e sugerir hipóteses para tal, buscou-se agregar as variações encontradas numa tipologia baseada no cruzamento da *seniority* política e partidária. A classificação procurou posicionar os senadores conforme o tamanho do seu capital. O resultado distinguiu quatro perfis de carreira: os *novatos*, com menor experiência política e partidária; os *novatos de partido*, com grande experiência apenas no partido; os *raposas*, com alta experiência política, e os *raposas de partido*, com vida política e partidária longa.

Constatou-se que a figura do senador "antigo e experiente" ainda se faz presente. O que não se presenciou foi uma uniformidade desse padrão, em virtude do ingresso de senadores com características políticas distintas. Essas ocorrências, na visão desse trabalho, não se constituem em eventos casuais, e sim motivados por razões político-institucionais. Entretanto é necessário advertir que na perspectiva longitudinal surgem indícios de um gradativo aumento das longas carreiras. Haja vista as médias temporais de carreira e filiação que se acentuam, indicando uma progressiva solidificação das carreiras, e da cada vez menor presença de novatos.

Tal previsão deriva da própria estabilidade política do país que gradativamente reflete-se no âmbito das carreiras. Polsby (1968) e Clapp (1962) adotam o argumento segundo o qual a continuidade e, por conseguinte, a sedimentação das "regras do jogo" tenderia a reduzir os espaços de "ingresso

lateral", agindo na direção pró *seniority* como critério de promoção política. Dessa forma a oligarquização senatorial, mesmo que em ritmo tênue, seria uma consequência da própria maturação das instituições políticas brasileiras.

Quanto aos limites do trabalho cabe novamente citar os custos arcados pela perspectiva aqui assumida. Foi aceito que as variáveis institucionais, acrescidas pelos partidos políticos e pelo mercado eleitoral seriam interdependentes e intervenientes na consolidação das carreiras. Não restam dúvidas que existam explicações oriundas de outras matrizes teóricas que concorrem para explicar o mesmo fenômeno, podendo ser essas de natureza cultural¹⁰², sociológica¹⁰³ e até mesmo econômica¹⁰⁴. Contudo a finalidade foi apenas mostrar como essas variáveis testadas realizavam a filtragem dessas carreiras, de forma a viabilizá-las ou não.

Faz necessário ainda ressaltar que o reduzido número da amostra pode ter comprometido a seguridade das inferências. Como alternativa optou-se por uma análise descritiva na verificação das hipóteses, de maneira a dar um contorno mais simples e parcimonioso aos dados. Salieta-se também que o desenvolvimento da argumentação careceu da apresentação de dados comparativos referente à carreira dos ocupantes de outros cargos. A presença desses dados poderia enriquecer o trabalho oferecendo parâmetros para a compreensão das peculiaridades nas carreiras dos senadores e se essas eram singulares ou não na política brasileira.

Contudo, diante da carência de estudos dedicados ao Senado brasileiro, essa pesquisa, dentro de seus limites, contribuiu para o preenchimento dessa lacuna. Os resultados aqui apresentados oferecem sugestões predispostas a serem complementadas por futuros estudos. Já que demandam um aprofundamento, pois sugerem traços específicos sobre a dinâmica de uma classe política ainda em transformação.

¹⁰² Sugerindo que determinados padrões culturais seriam mais afeitos e férteis ao incremento de determinado tipo de carreira.

¹⁰³ A adoção de aspectos simbólicos, na forma de "heranças políticas" ou familiares.

¹⁰⁴ Estabelecendo relação entre o desenvolvimento econômico de certas regiões e a predisposição em facilitar ou obstacularizar a manutenção de oligarquias.

Referências Bibliográficas

- ALCÁNTARA, Manuel & FREIDENBERG, Flávia. Partidos políticos de América Latina. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.
- AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BACKES, Ana Luiza. Fortalecimento parlamentar de minorias regionais e suas razões. IN: LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- BOHN, Simone. Mulheres e qualidade das candidaturas nas eleições para o Senado: Brasil e Estados Unidos em contraste. IN: LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- BORGES, André. Já não se Fazem mais Máquinas Políticas como Antigamente: evidências sobre o caso da Bahia e algumas hipóteses. 6º Encontro da ABCP. Unicamp – Campinas, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro : B. Brasil. 2002.
- BOURDOUKAN, Adla. “Trajetória de Carreira e Arenas Políticas”. 5º Encontro da ABCP. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte. 2006
- BRAGA, Maria do S. Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. In: Partidos Políticos: Organização, Recrutamento Político e Representação, desenvolvido no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, com financiamento da FAPESP, 2008.
- BRAGA, Maria do S. Sousa & BORGES, Tiago D. P. Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros. 6º Encontro ABCP, Unicamp, Campinas, 2008.
- CAREY, John & SHUGART, Matthew. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. Electoral Studies, 13/4, 1996.
- CARREIRÃO, Yan de Souza & KINZO, Maria D’Alva. Kinzo Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004.
- CARREIRO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opin. Pública. 2006.
- CLAPP, Charles L. The Congressman. His Work and He Sees it. Washington, The Brookings Institution. 1962.
- CODATO, Adriano. A formação do Campo Político Profissional no Brasil: Uma

hipótese a partir do caso de São Paulo. Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 16, n., jun. 2008.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique. IN: OFFERLÉ, Michel. La profession politique. XIXe.-Xxe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice & SARTORI, Giovanni. Los Partidos Políticos. 3ªed. Fondo de Cultura económica. México, 1965.

DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

DUVERGER, Maurice. Los sistemas electorales. San José: Centro Interamericano de Asesoría y Promoción Electoral, 1988.

FERREIRA, Denise Paiva & BATISTA, Carlos Machado & STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo, FGV, 1999.

FGV-CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983). Coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense, 2003.

FLORENTINO, Renata. Saindo de Cena: Parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990 – 2006). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, jun. 2008

FREIDENBERG, Flavia & SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco. “Como se escolhe um candidato a Presidente? : Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina”. Opinião Pública, vol.8, no.2, p.158-188, out. 2002.

GIBSON, Edward L., CALVO, Ernesto F. & FALLETTI, Tulia G. Federalismo realocativo: sobre-representação legislativa e gastos públicos no hemisfério ocidental. Opinião Pública, 2003.

GIBSON, Edward L. Editor, Federalism and Democracy in Latin America, Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press (2004).

JANDA, Kenneth. Comparative Political Parties: Research and Theory, IN: ADA, W. Finifter (ed.), Political Science: The State of the Discipline II Washington, D.C.: American Political Science Association, 1993.

KIEWIET, Roderick e ZENG, Langche. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. American Political Science Review. 1993.

- KINZO, Maria D'Alva. Bases Sociais do Recrutamento Político no Sistema Partidário Brasileiro. Resenha, RBCS - vol. 17 n° 50, 2007.
- KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. RBCS Vol. 20 n°. 57, 2005.
- LAAKSO, M. e TAAGEPERA, R. Effective Number of Parties: a measure with application to Western Europe. Comparative Political Studies, vol.12, n°1, 1979.
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- LEMOS, Leany Barreiro & RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado Brasileiro: Um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90. IN: LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- LEONI, Eduardo.; PEREIRA, Carlos. & RENNO, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente : escolha de carreiras na Câmara dos Deputados. Opinião Pública, Campinas, n. 9, 2003.
- LEVITSKY, Steven. Transforming Labor-Based Parties in Latin América: argentine peronism in comparative perspective. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. Instituições Políticas Democráticas: O segredo da legitimidade. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1997.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. Rio de Janeiro,Edições Loyola, 1993.
- LIANOS, Mariana & SÁNCHEZ, Francisco. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Conesul. IN: LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.
- LIPSET, Seymour & ROKKAN, Stein. Estruturas de clivagem, sistema partidário e alinhamentos de eleitores. IN: LIPSET, Seymour. Consenso e Conflito. Lisboa, Gradiva, 1993.
- MAINWARING, Scott Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto; FGV,Rio de Janeiro, 2001.
- MAINWARING, Scott & TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas

partidários após a terceira onda de democratização. Opinião Pública, 2005.

MAINWARING, Scott & MENEGUELO, Rachel & POWER, Timoty. Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. RBCS 29: 5-34, 1995.

MARCH, James & OLSEN, Johan. Redescoving institutions. The organizacional basis of politics. New York, Free Press, 1989.

MARENCO DOS SANTOS, André. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os 204 deputados brasileiros (1946 – 1998). (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS, 2000.

MARENCO DOS SANTOS, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 45, 2001.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas Fronteiras do Campo Político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. RBCS , 12 (33),1997.

MARENCO DOS SANTOS, André & SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22, n. 64, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo F. Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/1998). Tese de Doutorado, UFMG. 1999.

MICHELS, Robert. A Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília, Unb, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Revista de Sociologia Política, 2003.

MONTEIRO, J. Cauby S. & CAVALERO, M. C. Mira & LIMA, Tatiana Lobato. O Neo-institucionalismo e viés antipartidário nos estudos legislativos. Adcontar, Belém, v. 2, nº 1, 2001.

MORGENSTERN, Scott & NACIF, Benito. (eds) Legislative Politics in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MOSCA, Gaetano. La Clase Política. México: Fondo de Cultura Económica,1984.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na câmara dos deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. Dados vol.48. Rio de Janeiro, 2005.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Os poderes dos senados de países presidencialistas e o caso do Brasil. IN: LEMOS, Leany Barreiro (org.). O Senado Federal

- Brasileiro no Pós-Constituinte. Ed. Unilegis de Ciência Política, Brasília, 2008.
- NORRIS, Pippa. Passages to power. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, Pippa. Electoral engineering. Voting rules and political behavior. Cambridge University Press, 2004.
- PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- PATRÍCIO, Inês; SANTOS, Fabiano Guilherme M. Um modelo de produção legislativa em diferentes contextos institucionais. Caxambu. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996.
- RAE, Douglas. The Political Consequences of Electoral Laws. New Haven, Conne.:Yale University Press, 1967.
- RAE, Douglas. W., & TAYLOR, M.: The Analysis of Political Cleavages, New Haven / CT (Yale University Press), 1970
- RAMOS, Marisa. Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000). Opinião Publica, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara de Deputados, Ed.USP, São Paulo, 2002.
- ROSIE, R, e MACKIE, T. T. Do Parties Persist to Fail? The Big Trade-off Facing Organization. In: LAWSON, K. e MERKL, P. When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- SAMUELS, David. "Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil". Legislative Studies Quarterly XXV, 2000.
- SAMUELS, David . Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil. Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil : 1946-1999. In : DINIZ, E.; BOSCHI R. & SANTOS, F. Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 2000.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Ed. Brasileira rev. ampl., RJ, Zahar, Brasília, UNB, 1982.
- SCHLESINGER, Joseph. Ambition and Politics: Political Careers in the United States. Chicago: Rand McNally, 1966.

- SHUGART, Matthew e CAREY, John. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, 1995.
- SOARES, Márcia M. & LOURENÇO, Luiz Cláudio A representação política dos estados na federação brasileira. RBCS, 2004.
- TAFNER, Paulo. Proporcionalidades e exclusão no sistema político-eleitoral brasileiro. Ed. IPEA. Rio de Janeiro, 1996.
- TAROUCO, Gabriela. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2002). IV Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da USP, São Paulo, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. Livro I – Leis e Costumes. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2001.
- TSEBELIS, George. Jogos Ocultos. EDUSP: São Paulo, 1998.
- VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, 2007.
- WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais, São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- WEBER, Max. Partidos e Organização Partidária, In: *Economia e Sociedade*. Brasília, UnB, 1999.
- WEBER, Max. A política como vocação, in: Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 2002.